



PATROCINADORES

Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)

Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed)

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef)

CONSELHO DELIBERATIVO

Romildo Carneiro Rolim - Presidente

Stélio Gama Lyra Júnior - Vice-Presidente

José Jurandir Bastos Mesquita

José Nilton Fernandes

Nivaldo Trindade Santos

Reginaldo da Silva Medeiros

CONSELHO FISCAL

Antônio Nogueira Filho - Presidente

Adelson Belchior Chaves - Vice-Presidente

Lúcia de Fátima Barbosa da Silva

Luiz Sérgio Farias Machado

DIRETORIA EXECUTIVA

Zilana Melo Ribeiro - Diretora-Presidente

José Danilo Araújo do Nascimento - Diretor de Administração e Investimentos

José Alan Teixeira da Rocha - Diretor de Previdência

OUVIDORIA

Maria Auxiliadora Bezerra - Ouvidora

CANAIS DE RELACIONAMENTO

RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES

0800 9705775 (chamadas de fixo)

4020-1615 (chamadas de celular)

relacionamento@capef.com.br

www.capef.com.br

Av. Santos Dumont, 771, Centro, Fortaleza - CE

OUVIDORIA

ouvidoria@capef.com.br

EXPEDIENTE

CONTEÚDO E APROVAÇÃO

Gerência de Desenvolvimento Institucional da Caoef - GEDIN

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

GO! Branding + Design

MENSAGEM DA DIRETORIA

Importantes conquistas foram registradas ao longo de 2016, mesmo com um cenário econômico desfavorável. Os Planos administrados pela Capecf merecem destaque por terem superado as suas respectivas metas atuariais. O Plano BD apresentou rentabilidade de 13,67%, frente a uma meta atuarial 12,44%, e o Plano CV I apresentou rentabilidade de 13,86% contra uma meta de 12,14%.

Fazendo um comparativo entre os resultados dos Planos administrados pela Capecf e os Planos do *ranking* elaborado pela ADITUS Consultoria Financeira, empresa de consultoria de investimentos para Fundos de Pensão, em uma amostra que compreende os dados de 115 EFPCs, divididos em: 237 planos de benefícios, sendo 108 planos BD, 73 planos CD e 56 planos CV, o Plano CV I, na relação risco x retorno, ficou na 10ª posição entre os 237 planos. Na comparação apenas com os planos da modalidade CV, o Plano CV I ficou em 1º lugar no ano de 2016, do total de 56 planos CV. Já o Plano BD da Entidade obteve em 2016, na relação risco x retorno, o 27º lugar entre os 237 planos. Na modalidade de benefícios definidos, o plano BD da Capecf obteve a 21ª colocação entre os 108 planos.

Além dos resultados dos Planos, outro destaque foi o fortalecimento da governança corporativa, por meio de algumas realizações que podem ser conferidas neste documento, como a reeleição da ouvidora através do voto, aperfeiçoamento dos processos de gestão de riscos e controles internos, forte atuação de comitês internos, reeleição da Capecf para o Conselho Deliberativo da Abrapp, participação da Entidade em Comissões Técnicas Regionais, dentre outros.

A proximidade da Entidade com o público e o maior envolvimento dos Participantes nos eventos realizados foram outros destaques do ano. Os Encontros Estaduais, por exemplo, visitaram 10 cidades ao longo do ano e reuniram mais de 500 Associados; já o Seminário de Investimentos teve recorde de participação, em torno de 400 pessoas nos dois dias de evento, contando também com as participações pela intranet e pelo *site*. Envolvimento este também registrado nas promoções realizadas ao longo do ano, que juntas obtiveram mais de 700 Participantes, foram elas:

- Capecf no Encontro de Administradores;
- O ano em que aderi à Capecf;
- Capecf no Passaré;
- Meu Pai/Mãe é fera em Finanças;
- Guia de Dicas Financeiras

Por compreender que essa proximidade com os Participantes é fundamental para a promoção do conhecimento, para a construção de soluções compartilhadas; e para fortalecimento institucional e do próprio sistema previdenciário, a Capef também investe consideravelmente na educação financeira e previdenciária de seu público.

Uma das ações para ampliar o conhecimento dos Participantes sobre os Planos Previdenciários foi o lançamento de uma série de publicações, denominada “Conheça seu Plano”, cujo intuito foi abordar de modo didático as regras dos Planos BD e CV I. Outra ação foi o lançamento do “Jogo da Previdência”, um jogo de tabuleiro virtual que simula os passos que o Participante do Plano CV I realiza desde o momento da adesão até a fase aposentadoria.

Lançado em 2016, outro importante canal de relacionamento com o Participante é o aplicativo do Plano CV I, que já obteve mais de 2.400 *downloads*. O aplicativo oferta aos Participantes do Plano uma nova alternativa de acompanhamento dos resultados, acesso aos informativos, pagamento de tempo de serviço passado, aportes facultativos ao Plano, revisão do custeio, simulação de benefícios, dentre outros, de uma forma mais atrativa, acompanhando a evolução tecnológica atual e também às expectativas e exigências desse público.

Sabemos, portanto, que muito ainda precisa ser feito, como a ampliação das adesões ao Plano CV I; redução da contribuição do Plano BD; alteração regulamentar do Plano CV I, de modo a flexibilizá-lo ainda mais; busca por alternativas eficazes de investimentos para continuidade do atingimento das metas atuariais dos Planos, em meio a um cenário ainda muito desafiador. Enfim, continuaremos atentos aos desafios e à condução responsável da Entidade e dos recursos de cada Participante.

Este documento foi elaborado para que você, Participante, possa ter acesso às informações relevantes referentes ao seu Plano de Benefícios e à sua Entidade.

Boa leitura!

A Diretoria



José Danilo A. do Nascimento
Diretor de Administração e Investimentos

Zilana Melo Ribeiro
Diretora-Presidente

José Alan Teixeira da Rocha
Diretor de Previdência

sumário

GOVERNANÇA CORPORATIVA	>	10
GESTÃO DE RELACIONAMENTO	>	18
EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	>	24
GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	>	30
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	>	37
GESTÃO ADMINISTRATIVA	>	56
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	>	63
NOTAS EXPLICATIVAS	>	74
PARECERES	>	115
SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	>	135

LINHA DO TEMPO 2016



Comemoração do Dia do Participante



Aniversário da Capecf: 49 anos



Promoção "O ano em que aderi à Capecf"



Palestra no BNB "TSP do Plano CV I"



Promoção: Minha Mãe é Fera em Finanças



Encontro Estadual em Natal-RN



Limite de EAP do Plano BD é ampliado

JAN

FEV

MAR

ABR

MAI

JUN



Capecf no Encontro de Administradores do BNB



Encontro Estadual em Fortaleza-CE, João Pessoa-PB e Recife-PE



Encontro das Comissões e dos Dirigentes de Investimentos na Capecf



Lançamento do Aplicativo do Plano CV I



Divulgação inicial da série "Conheça seu Plano"



Encontro Estadual em Aracaju-SE, Maceió-AL; e Salvador-BA.

Divulgação inicial do processo de eleição para Ouidor



Pesquisa de Satisfação 2016



Reeleição da Ouidora



Realização do 23º Seminário de Investimentos



Novo método de cálculo de EAP: SAC



Encontro Estadual em Montes Claros-MG



JUL AGO SET OUT NOV DEZ

Recadastramento de Pensionistas



Novos menus do Aplicativo "Plano CV I"



Lançamento do Jogo da Previdência



Promoção: "Meu Pai é Fera em Finanças"



Lançamento do Guia de Dicas Financeiras



Reeleição da Capef para o Conselho da Abrapp



Realização da ação "Capef no Passaré"



Encontro Estadual em Teresina-PI e São Luís-MA



49
anos
DE EXISTÊNCIA

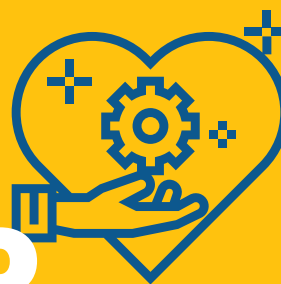


2º
maior
FUNDO DE PENSÃO DO NO/NE

32º
maior
FUNDO DE PENSÃO DO BRASIL



missão



Proporcionar bem estar aos participantes e beneficiários, por meio da administração de planos de previdência privada.

valores

Ética

Transparência

Prudência

Excelência

Gestão Compartilhada

Credibilidade

PATRIMÔNIO DE INVESTIMENTOS

R\$ **4,033** BI TOTAL

12.046

PARTICIPANTES



PLANO BD

R\$ **3.463** MI

PATRIMÔNIO

6.615

PARTICIPANTES



PLANO CV I

R\$ **570** MI

PATRIMÔNIO

5.431

PARTICIPANTES



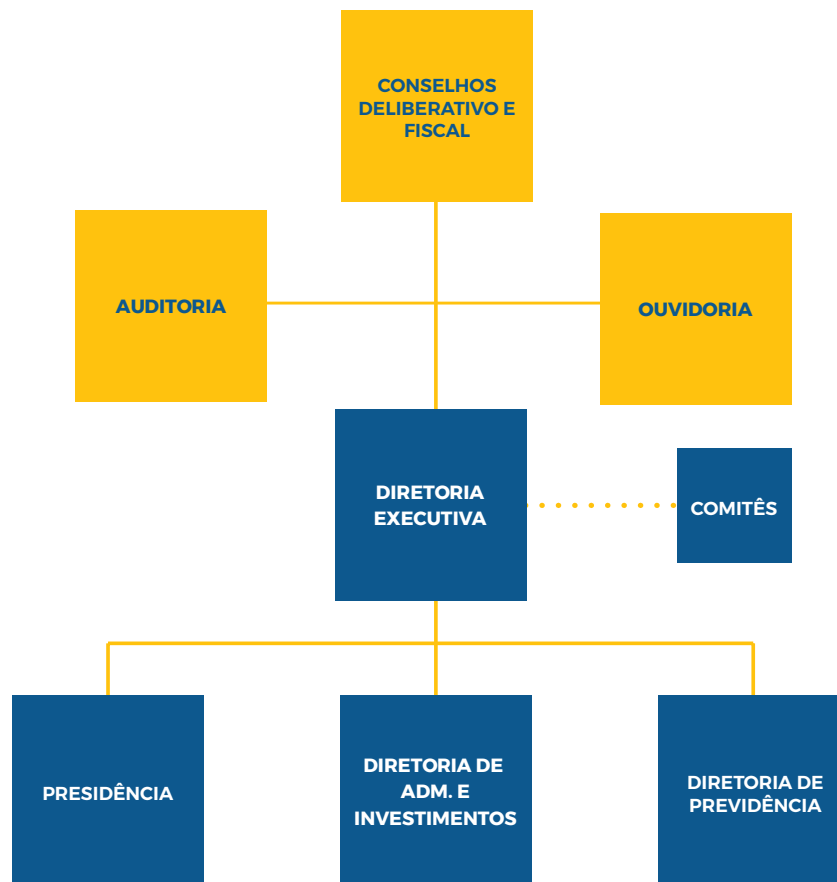
GOVERNANÇA CORPORATIVA

As boas práticas de governança corporativa são implementadas visando o aprimoramento dos processos de gestão como forma de agregar valor ao negócio no longo prazo.

O trabalho realizado pela Capef se desenvolve em sintonia com as melhores práticas de governança corporativa, considerando os controles internos adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos previdenciários que administra, de modo a garantir o cumprimento de seus objetivos institucionais.

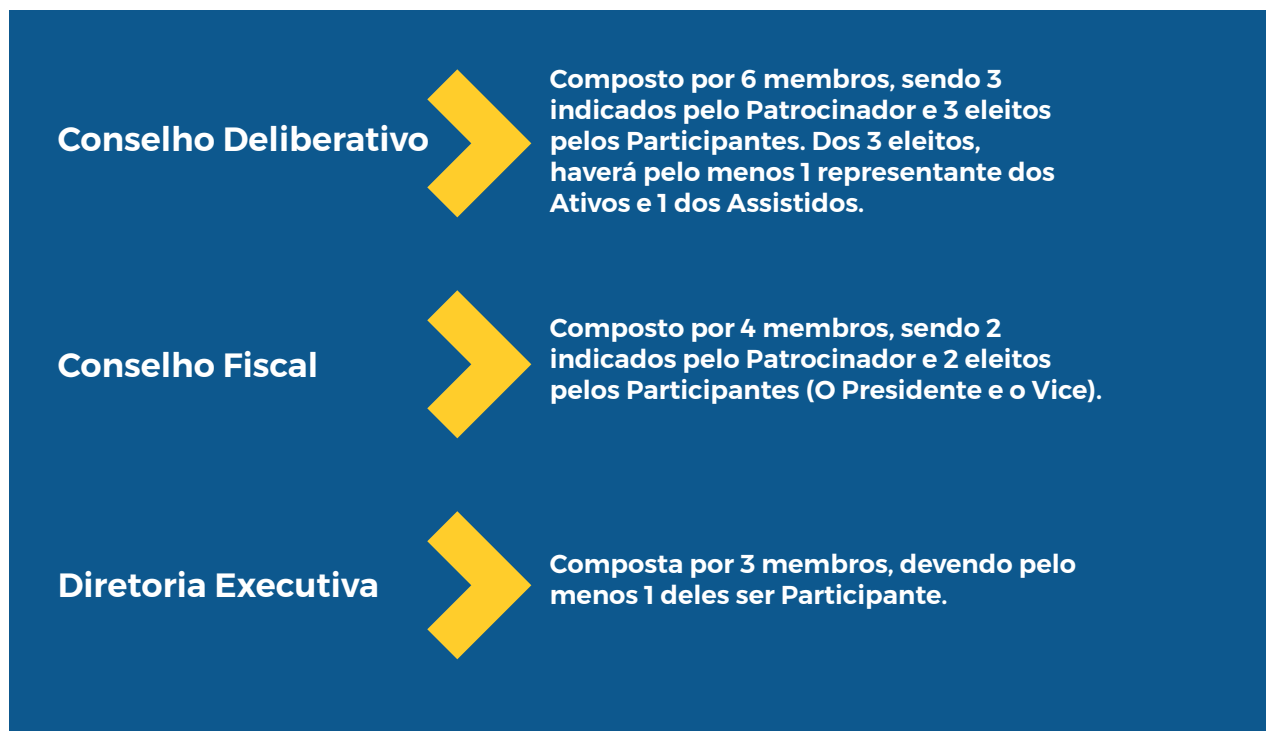
Cada um dos órgãos e colegiados apresentados no diagrama a seguir exerce um papel fundamental na instrumentalização da governança corporativa da Capef.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA



*Comitês Internos: Ética, Investimentos, Segurança da Informação, Controles Internos e Comissão Administrativa.

Gestão Compartilhada



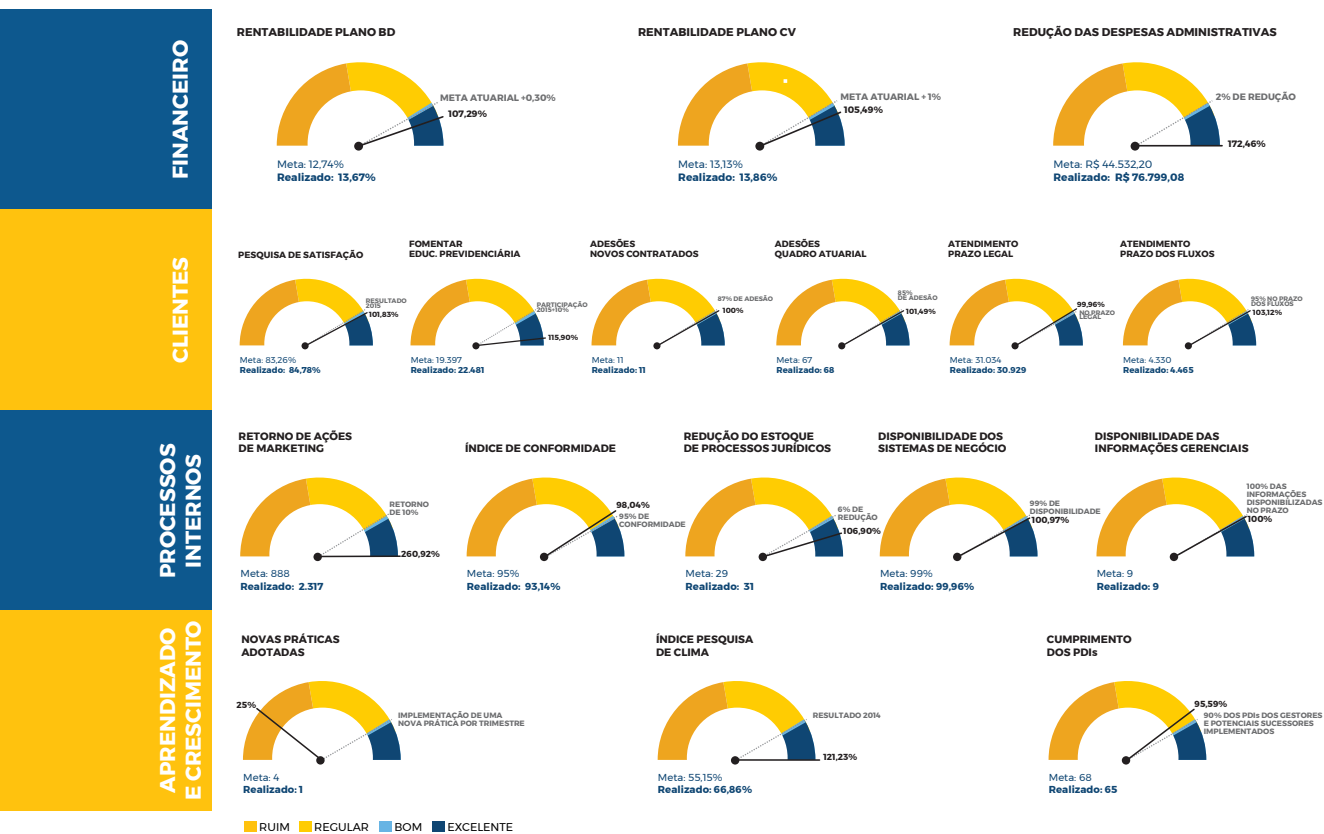
Planejamento Estratégico

Visando desenvolver vantagens competitivas que favoreçam a sustentabilidade do negócio, a Capecf adota desde 2010 um modelo de Planejamento Estratégico ancorado na metodologia do *Balanced Scorecard*, a qual permite a definição de objetivos estratégicos, seus indicadores e metas, bem como o acompanhamento sistemático dos resultados alcançados.

Na Capecf, esse acompanhamento ocorre mensalmente, por meio dos Fóruns de Avaliação e Gestão. Ao final de cada reunião, os resultados são divulgados ao corpo de funcionários por meio dos murais de “Gestão à Vista” e pelos Fóruns de Alinhamento com as Equipes. Trimestralmente, também são realizados os Fóruns de Alinhamento Institucional, nos quais a Gerência de Desenvolvimento Institucional apresenta a todos os resultados acumulados. Neste último fórum, também ocorre o repasse de informações institucionais, por meio de um diálogo direto entre a Diretoria e os colaboradores da Capecf.

Em 2016, esse planejamento estratégico passou por uma revisão, que contou com a participação dos colaboradores e gestores da Entidade, conduzida por uma consultoria externa. Esse trabalho de revisão do planejamento, realizado por meio de um processo bastante participativo, deu origem a um novo mapa estratégico, evidenciando os principais objetivos a serem perseguidos pelos profissionais da Entidade.

No quadro abaixo, apresentamos os resultados apurados ao final de 2016.



Ouvidora é reeleita pelos Participantes

Em julho de 2016, a Caepf iniciou a divulgação do processo eleitoral para a escolha do representante dos participantes no cargo de Ouvidor da Entidade.



Comissão eleitoral (Dorisval de Lima, Bruna Albuquerque e Maria Marlice Moura) com a Ouvidora reeleita, Auxiliadora Bezerra



A votação ocorreu entre os dias 5 e 19 de setembro pela internet e por telefone, obtendo a participação de 3.326 pessoas, conforme tabela apresentada na página anterior.

Foi reeleita pela maioria dos participantes a Sra. Maria Auxiliadora Bezerra, que iniciou seu segundo mandato no dia 01/11/2016.

Aperfeiçoamento dos processos de Gestão de Riscos e Controles Internos

Dando continuidade aos preceitos das boas práticas de governança, a área de Gestão de Riscos e Controles Internos da Entidade iniciou um trabalho de formalização dos modelos de gerenciamento de riscos. Em 2016, foram elaborados os modelos de gestão de risco de mercado e operacional, em que constam: limites e vedações; instrumentos e indicadores; métodos de gestão e avaliação; análise, avaliação e tratamentos dos riscos; monitoramento e efetividade dos controles e testes de consistência dos controles.

Ainda em 2016, o Relatório Trimestral de Riscos, apresentado aos Conselhos da Entidade, passou a conter um maior acompanhamento do risco legal, incluindo em seu monitoramento as contingências judiciais dos planos da Entidade.

Atualização dos Regimentos dos Comitês Internos

A Capef já se utiliza de vários comitês e comissões para o auxílio do desenvolvimento de sua governança. Em 2016, todos os regimentos dos comitês foram atualizados e padronizados, bem como a consolidação das normas, pareceres, deliberações e procedimentos internos para divulgação na Intranet.

A seguir a relação dos comitês e comissões que atuam na Capef:

- **Comitê de Ética**
- **Comitê de Investimentos**
- **Comitê de Segurança da Informação**
- **Comitê de Controles Internos**
- **Comissão Administrativa**

Reeleição da Capef para o Conselho Deliberativo da Abrapp

Em dezembro, todos os fundos de pensão associados à Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) elegeram, em pleito eleitoral, seus dirigentes para o triênio 2017/2019. Na ocasião, a Capef foi reeleita para compor o Conselho Deliberativo da Associação.

A participação da Entidade no Conselho da Abrapp contribui com o desenvolvimento e fortalecimento do sistema previdenciário fechado do País, além de promover o compartilhamento de informações e a integração entre as demais EFPCs participantes.



Seminário de Investimentos é realizado pelo 23º ano



Dirigentes do BNB e da Capecf fazem discurso de abertura do Seminário



Participantes lotam auditório do Passaré

Desde 1993, a Capecf realiza o Seminário de Investimentos, cujo objetivo é reunir especialistas de instituições financeiras com os Participantes, conselheiros e profissionais de investimentos da Entidade, a fim de discutir o desafiador cenário econômico e traçar a Política de Investimentos dos planos administrados pela Caixa para o próximo ano.

Em 2016, a 23ª edição do referido evento obteve uma grande participação do público, incluindo não apenas os Participantes da Entidade, mas alunos da faculdade de atuária, a imprensa e dirigentes das entidades locais.

Considerado importante instrumento de governança da Capecf, o Seminário de Investimentos é, de acordo com seus dirigentes, uma das principais ferramentas para a boa gestão dos investimentos dos planos da Entidade, haja vista os excelentes resultados alcançados nos últimos anos, mesmo em um cenário econômico desfavorável.

A programação do evento contou com participações de especialistas do Governo e de renomadas instituições financeiras do País, como o Secretário-Adjunto da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda; o Diretor-Superintendente substituto da PREVIC; Diretor-Superintendente da Fundação Itaipu-BR e membro do Conselho/Comissão da Abrapp; além de especialistas do Itaú; Bradesco; Vinci Partner; Bozano; Rio Bravo Investimentos; economista-chefe do BNB; dentre outros.

Capecf sedia encontro das Comissões Técnicas Regionais e dos Dirigentes de Investimentos

Por meio de seus dirigentes e gestores, a Capecf participa ativamente de Comissões Técnicas, que se reúnem periodicamente com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências entre as Entidades e disseminar conhecimento ao segmento previdenciário, buscando a melhoria contínua da gestão.

Uma dessas reuniões aconteceu na sede da Capecf, no dia 15/04/2016, com a presença dos Diretores de Investimentos da Região Norte e Nordeste e com os membros da Comissão Técnica Regional de Investimentos - CTRI, a qual o Diretor de Administração e Investimentos da Capecf, Danilo Araújo, faz parte.

Na ocasião, cerca de 30 dirigentes e técnicos de fundos de pensão, como a Faser, Ecos, Fabasa, Faelce, Bases, Cageprev dentre outras, discutiram temas atuais de relevância para o segmento, como: vantagens e desvantagens de terceirizar o Fundo de Risco de Empréstimo a Participantes; rentabilidade dos planos e as estratégias adotadas para o atingimento das metas atuariais e alternativas de investimentos.



Os diretores da Capecf, Alan Teixeira e Danilo Araújo conduzem a apresentação sobre a Capecf

Presença no IX Encontro de Representantes da AABNB



Zilana Ribeiro apresenta a situação da Capecf

Alinhada aos princípios da transparência e do compartilhamento de informações entre as associações representativas dos funcionários, a Capecf esteve presente, por meio de sua Diretora-Presidente, Zilana Ribeiro e de seu Consultor de Atuária, Sérgio Cardoso, no IX Encontro de Representantes da AABNB, realizado em Fortaleza, nos dias 04 e 05 de agosto de 2016.

O Encontro acontece a cada dois anos e tem como objetivo informar o seu corpo de associados sobre temas relevantes do cenário econômico, resultados e situação financeira das Entidades Capecf e Camed, reforma da previdência, dentre outros.

A Presidente da Capecf, Zilana Ribeiro, apresentou a situação atuarial e o desempenho dos investimentos dos Planos administrados pela Capecf e o Consultor Sérgio Cardoso proferiu a palestra sobre a previdência complementar e as reformas previstas.

GESTÃO DE RELACIONAMENTO

Estabelecer uma relação próxima e satisfatória com seus participantes é uma das principais pautas da gestão da Entidade. Seja por meio dos atendimentos agendados no Canal “Hora Marcada”, no qual o participante pode agendar o melhor horário para ser atendido, ou pelos canais mais tradicionais, como telefone e o e-mail, a área de Relacionamento com Participantes conta com uma equipe capacitada para atender as demandas sobre os Planos Previdenciários, Adesões ao Plano CV I, Convênio INSS e Empréstimos.

Área de Relacionamento com Participantes

Em 2016, a área realizou mais de 40.000 atendimentos, por meio dos diversos canais disponíveis. Abaixo seguem quantitativos de atendimentos segregados por público, assunto e plano.

ATENDIMENTOS		
PÚBLICO	ASSUNTO	PLANO
24.376 ASSISTIDOS	32.451 PLANOS BD E CV I	29.725 PLANO BD
13.275 ATIVOS	4.424 CONVÊNIO INSS	9.169 PLANO CV I
655 BENEFICIÁRIOS DE PECÚLIO	3.409 OUTROS ATENDIMENTO	1.390 NÃO IDENTIFICADOS
454 PENSIONISTAS DE ALIMENTOS	40.284 TOTAL	40.284 TOTAL
1.524 OUTROS		
40.284 TOTAL		

canais de atendimento



TELEFONE FIXO

0800 9705775



CELULAR

4020 1615



ATENDIMENTO PRESENCIAL

**Av. Santos Dumont, 771
Centro - Fortaleza-CE**



E-MAIL

relacionamento@capef.com.br



HORA MARCADA

**agendamento
eletrônico pelo site**

ATENDIMENTOS EM 2016 POR CANAL



25.714
TELEFONE



7.289
E-MAIL



4.600
PRESENCIAL



2.681
CORRESPONDÊNCIA



40.284
TOTAL

Ouvidoria

Na linha da excelência no atendimento e respeito nas relações com seus participantes, a Capecf oferece a Ouvidoria: um canal de atendimento para tratar as sugestões, elogios, reclamações e demais casos que fujam da alçada da Área de Relacionamento com Participantes.

Em 2016, a Ouvidoria realizou 312 atendimentos, segregados pelas demandas:



Plano CV I ganha aplicativo

Antenada às expectativas dos Participantes e aos avanços tecnológicos, a Capecf lançou em junho/2016, um **aplicativo do Plano CV I** destinado aos seus Participantes e aos empregados do Patrocinador ainda sem cobertura previdenciária.

Agora, pelo próprio *smartphone*, é possível acompanhar os resultados do Plano, acessar o extrato individual, simular o benefício de aposentadoria, efetuar aportes, antecipar o pagamento do Tempo de Serviço Passado (TSP) e muito mais.

Além disso, os empregados do Banco sem cobertura previdenciária podem conhecer melhor as vantagens do Plano e efetuar sua adesão de uma maneira bem mais prática e rápida.



COMO BAIXAR

O aplicativo está disponível para *download* nas plataformas *iOS* e *Android*. Para baixar o App, você deve acessar as lojas da *Apple* ou da *Google Play*, digitando no campo de busca o nome: **Plano CV I**.

Encontro com Participantes

Os Encontros com Participantes já fazem parte do calendário anual da Capef e têm o objetivo de fortalecer o relacionamento entre o Participante e a Entidade, além de disseminar informações sobre os Planos de Benefícios.

Encontro estadual em Fortaleza-CE



Encontro estadual em Recife-PE



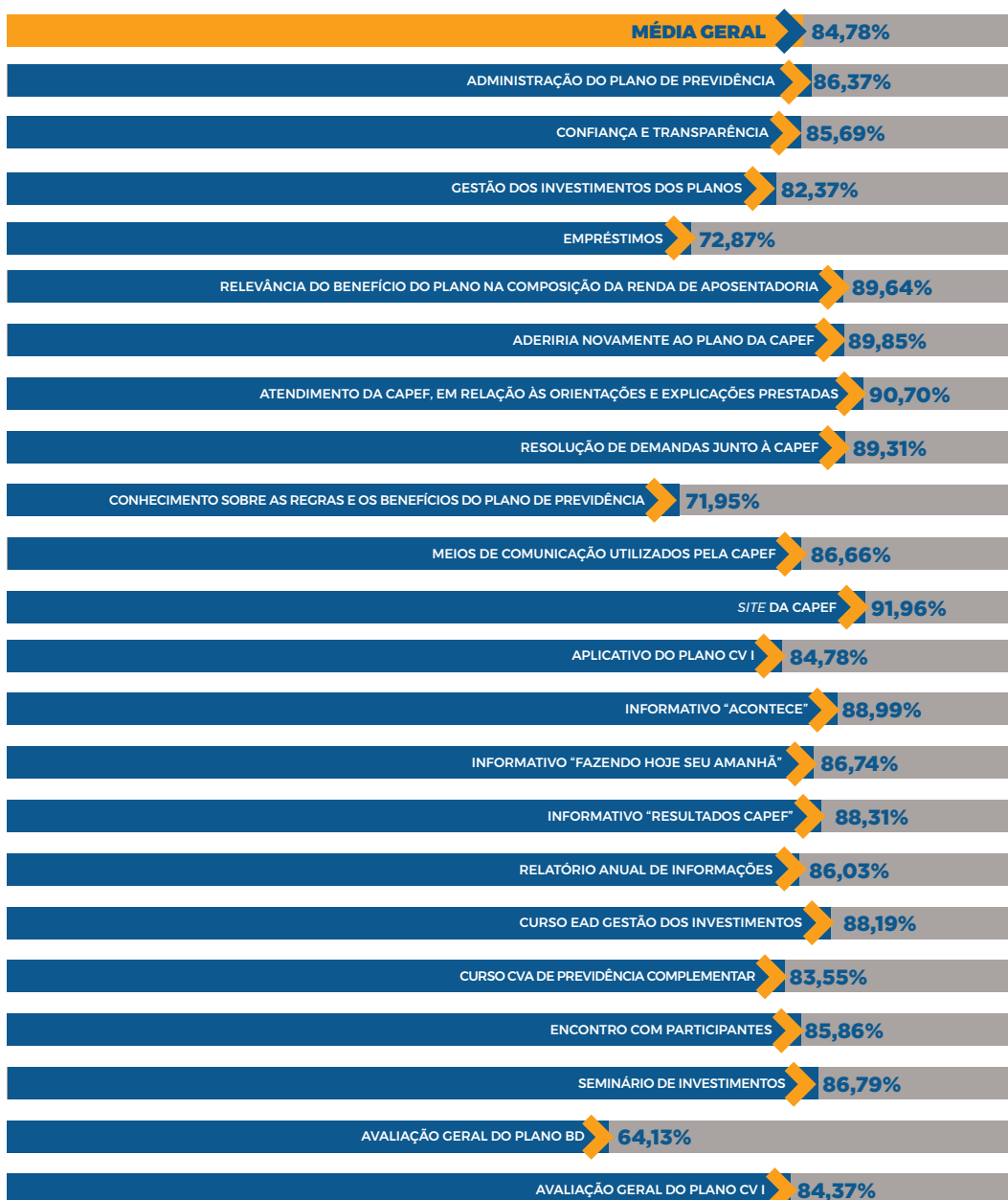
Em 2016, foram realizados encontros em 10 cidades sempre com a presença de um dos diretores e da Ouvidora, totalizando a participação de 577 associados.

		
FORTALEZA	19/ABRIL	65
JOÃO PESSOA	25/ABRIL	62
RECIFE	26/ABRIL	47
NATAL	20/MAIO	47
ARACAJU	06/JUNHO	60
MACEIÓ	07/JUNHO	38
SALVADOR	20/JUNHO	60
MONTES CLAROS	21/NOVEMBRO	74
TERESINA	05/DEZEMBRO	69
SÃO LUÍS	06/DEZEMBRO	55

Pesquisa de Satisfação: Recorde de Participação

Promovida anualmente pela Capecf com o objetivo de aprimorar a gestão dos planos previdenciários, a pesquisa de satisfação 2016, ocorrida entre os meses de setembro e dezembro, apresentou uma participação recorde neste ano.

No total, **3.072** associados participaram da pesquisa, sendo 2.126 ativos e 946 assistidos. A média geral de aprovação entre todas as perguntas foi de **84,78%**, superior ao resultado obtido em 2015, de 83,26%.



Comemoração festiva em homenagem ao Dia do Participante



Participantes da Capef, lotam o salão do BNB Clube



Associados participam dos atendimentos ofertados pela Camed, AMC e Sindiônibus

Para celebrar o Dia Nacional da Previdência Social e do Aposentado, a Capef promoveu no dia 30 de janeiro, no BNB Clube Aldeota, em Fortaleza/CE, um evento em homenagem ao Dia do Participante.

Diferentemente dos anos anteriores, cuja agenda era direcionada aos Aposentados e Pensionistas, este ano a programação foi extensiva a todos os Participantes e Beneficiários da Entidade. Cerca de 120 Participantes, entre Ativos e Assistidos, reuniram-se para participar de atividades interativas, como quiz, ginástica laboral, fei-

joada e samba de mesa.

“Essa reunião é uma oportunidade rara de interação entre aqueles que ajudaram a construir a história do Banco do Nordeste e aqueles que estão dando continuidade ao projeto de desenvolvimento da nossa região”, destacou a Diretora-Presidente da Capef, Zilana Ribeiro, em seu discurso de abertura do evento.

As publicações tiveram início no mês de junho e término em outubro, totalizando 16 edições. As edições foram enviadas por *e-mail* aos Participantes e também estão disponíveis para consulta no *site* da Capecf.

Diversão e conhecimento com o Jogo da Previdência

No final do ano, a Capecf lançou o Jogo da Previdência. Um *game* educativo de tabuleiro *online*, onde o jogador conhece o caminho percorrido por aqueles que se inscrevem no Plano CV I, desde a sua adesão até a fase de recebimento de benefícios.

O objetivo da Capecf com essa iniciativa é aumentar o conhecimento previdenciário do seu público, de uma forma lúdica e divertida, que ao longo da partida terá a oportunidade de conhecer as regras, características e benefícios oferecidos pelo Plano CV I.

▶ COMO FUNCIONA?

A plataforma do jogo está disponível no site da Capecf. Para acessar, o participante deverá incluir o número do CPF na tela inicial.

A partir daí, o jogador cairá em casas as quais ele poderá ganhar ou perder pontos, conhecer mais a fundo sobre o tema em questão e responder a perguntas.

No final, apresenta-se a pontuação obtida e a posição a qual o jogador encontra-se no *ranking* geral. Cada participante poderá jogar quantas vezes quiser, mas o *ranking* apresentará apenas a melhor pontuação obtida.



Palestra sobre o Tempo de Serviço Passado



Zilana Ribeiro esclarece dúvidas dos Participantes sobre o TSP

A Capef realizou no dia 25 de maio, uma palestra sobre “Conceitos de Previdência: Tempo de Serviço Passado do Plano CV I”, no miniauditório do BNB – Passaré, cujos objetivos foram:

- ▶ **Ampliar os conhecimentos acerca do cálculo do Tempo de Serviço Passado (TSP) contratado pelos Participantes do Plano CV I;**
- ▶ **Apresentar o novo extrato do TSP, disponível no site;**
- ▶ **Esclarecer dúvidas do público sobre o tema.**

O evento foi transmitido pela Intranet do Banco, para que todos os Participantes ativos residentes em outras localidades pudessem participar e ampliar seu conhecimento sobre o assunto.

Promoções Interativas com o Público

Em 2016, diversas promoções interativas foram realizadas com intuito de estimular o interesse do público pelos temas de educação previdenciária, promovendo a interação e o conhecimento.

ENCONTRO DE ADMINISTRADORES

A Capef marcou presença no Encontro de Administradores em 2016, realizando ações interativas com os gestores do Banco. O evento, que é promovido anualmente pelo BNB, ocorreu durante os dias 18 e 19 de fevereiro, na praia do Cumbuco, em Caucaia/CE.

Mais de 400 Participantes visitaram o estande da Capef e participaram de ações interativas, como o “Jogo dos Adesivos” e a “Roleta Premiada”.



O ANO EM QUE ADERI À CAPEF



Para comemorar os 49 anos da Capef e recordar da época em que cada participante começou a fazer parte da história da Entidade, foi lançada a promoção ‘O ano em que aderi à Capef’.

Para participar, o Associado deveria enviar por *e-mail*, uma foto sua tirada no ano em que adериu à Capef, juntamente com uma frase que contasse o que lhe motivou a ingressar em um de nossos planos previdenciários.

MINHA MÃE É FERA EM FINANÇAS



Para participar da Promoção, as mães enviaram dicas explicando como praticam a educação financeira com seus filhos, ensinando-os a lidar de forma equilibrada com o dinheiro.

CAPEF NO PASSARÉ

Em comemoração à semana do Bancário, em agosto, profissionais da Capef estiveram presentes em estande no BNB-Passaré para realizar atendimento aos funcionários do Banco sobre assuntos relacionados aos Planos BD e CV I.



MEU PAI É FERA EM FINANÇAS

Semelhante à Promoção do Dia das Mães, a Capef também incentivou os pais a pensarem na importância do planejamento financeiro em todas as fases da vida de seus filhos.

Todos os pais que enviassem as dicas ganhariam um livro impresso de finanças “Poupança Começa na Infância” e teriam a sua dica publicada em um Guia de Dicas Financeiras.



Agora chegou a vez dos papais!

Envie sua dica para o e-mail: comunicacao@cafef.com.br explicando COMO VOCÊ PRÁTICA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COM SEUS FILHOS e ganhe de imediato o livro Poupança Começa na Infância!

LANÇAMENTO DO GUIA DE DICAS FINANCEIRAS

O Guia de Dicas Financeiras surgiu a partir das dicas enviadas pelos participantes das Promoções do Dia das Mães e dos Pais e pode ser acessado no site da Capef por todos aqueles que desejam construir uma base de educação financeira nos futuros cidadãos do País.



GESTÃO DE APRENDIZAGEM

A Capef entende que a capacitação de seus colaboradores, alinhada com a estratégia e visão de futuro da Entidade, são fatores fundamentais para fomentar o engajamento entre as equipes.

Atualmente, 79% dos colaboradores da Capef possuem ensino superior completo, o que demonstra um alto índice de capacitação daqueles que prestam seus serviços. Ainda assim, a Entidade foca no treinamento e desenvolvimento desses funcionários, pois acredita que o crescimento deles reflete diretamente na qualidade dos serviços realizados.

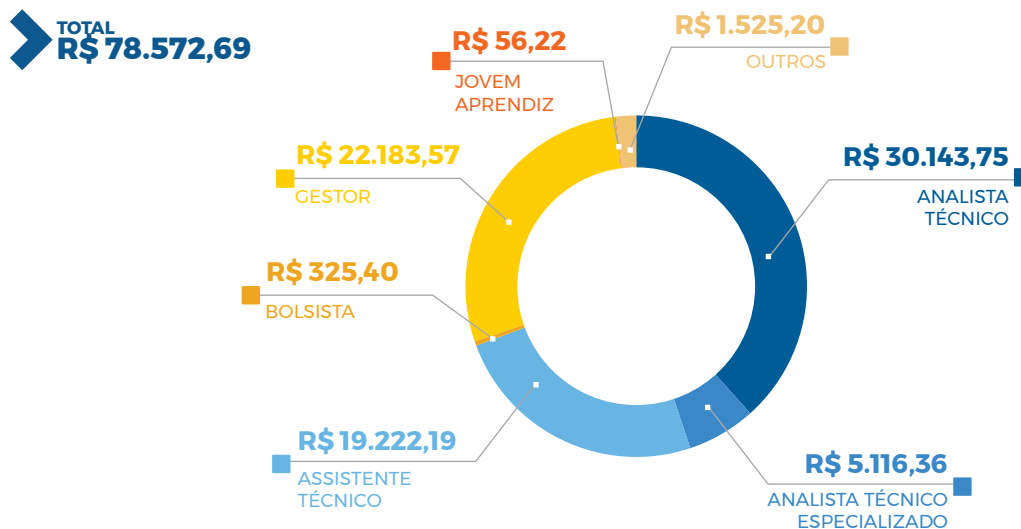
PERFIL FUNCIONAL



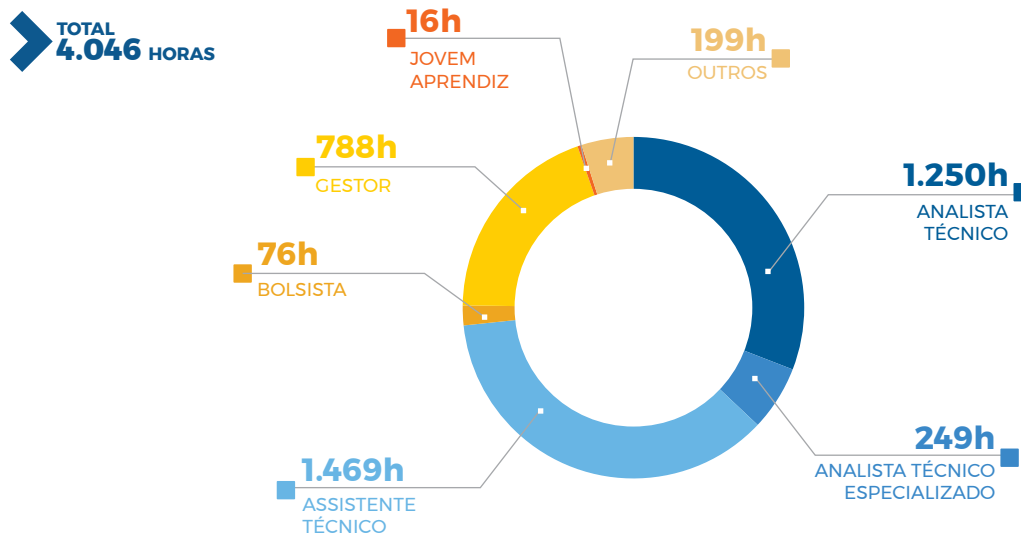
			TOTAL	%
MESTRADO	4	1	5	8%
ESPEC. / MBA	12	12	24	37%
SUPERIOR COMPLETO	10	12	22	34%
SUPERIOR INCOMPLETO	10	3	13	20%
NÍVEL MÉDIO	1	0	1	1%
	37	28	65	100%

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

Investimento em treinamento



Carga horária de treinamento por cargo



OBS: A Diretoria e os Conselhos não estão incluídos nos gráficos, pois alguns de seus treinamentos são ressarcidos pelo BNB.

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

As ações de educação financeira e previdenciária, a parceria com o Patrocinador e o contato dos profissionais do atendimento com os empregados do Banco têm ampliado o nível de interesse das pessoas em aderir ao Plano CV I e em acompanhar mais de perto a gestão de seu plano.

Como resultado desse trabalho, o Plano CV I registra no final de 2016 a marca de **5.431** Participantes.

Os dois Planos possuem **12.046** Participantes, entre Ativos, Assistidos e Beneficiários de Pensão segregados, conforme o quadro a seguir:

PARTICIPANTES	BD	CV I	Total
ATIVOS	1.741	5.315	7.056
CONTRIBUINTES	145	5.159	5.304
NÃO CONTRIBUINTES	1.596	56	1.652
CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO	0	100	100
ASSISTIDOS	4.874	116	4.990
APOSENTADOS	3.682	94	3.776
BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO	1.192	22	1.214
TOTAL ⁽²⁾	6.615	5.431	12.046*

** Em 31/12/2016, registra-se 706 participantes associados aos dois Planos (BD e CV I).*

Recadastramento 2016

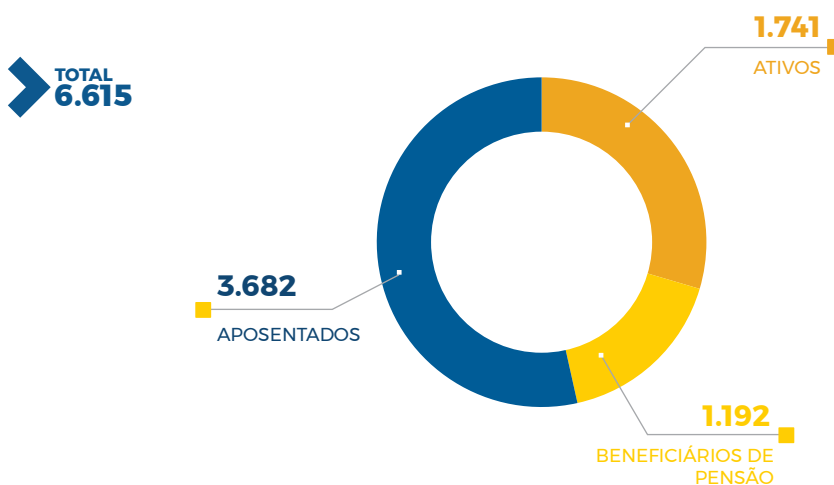
A Capef realiza o recadastramento de seus Participantes regularmente visando conferir segurança à folha de pagamentos, evitando que benefícios indevidos sejam pagos, além de tornar mais eficaz a comunicação com o seu público.

Em 2016, a Capef promoveu o processo de recadastramento de todos os Pensionistas dos Planos BD e CV I, obtendo 100% de eficácia.

PLANO BD

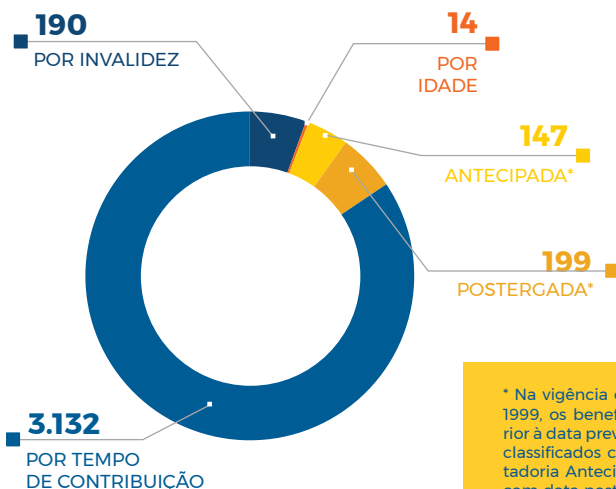
Distribuição Quantitativa de Participantes e Beneficiários

O quantitativo de Aposentados do Plano BD evidencia a maturidade do Plano com quantidade de Assistidos bem superior a de Participantes Ativos.



TIPOS DE APOSENTADORIA

Destaca-se ainda que a maioria dos Assistidos aposentou-se por tempo de contribuição (85%).



* Na vigência do Regulamento do Plano BD de 1999, os benefícios concedidos com data anterior à data prevista na Tabela de Referência eram classificados como Suplementação de Aposentadoria Antecipada. E os benefícios concedidos com data posterior à data prevista na Tabela de Referência eram classificados como Suplementação de Aposentadoria Postergada, embora em ambos os casos tratem-se de aposentadoria por tempo de contribuição junto ao INSS.

ATIVOS

Dos 1.741 Participantes Ativos, 1.115 (64%) pertencem ao sexo masculino, dos quais 92% (1.021) com idade entre 45 e 64 anos. Das 626 mulheres, 94% (591) pertencem à mesma faixa etária. Destaca-se ainda no quadro abaixo, 125 Participantes Ativos com mais de 64 anos de idade.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
35 a 44	2	2	4
45 a 54	265	385	650
55 a 64	326	636	962
Acima de 64	33	92	125
TOTAL	626	1.115	1.741

ASSISTIDOS

Dos 3.682 aposentados, 2.603 (71%) pertencem ao sexo masculino, dos quais 1.242 com idades entre 65 e 74 anos. Das 1.079 mulheres, mais da metade (551) pertence à faixa etária de 55 a 64 anos. Destaca-se ainda no quadro abaixo, grande quantidade de Assistidos com idade superior a 74 anos de idade (1.060).

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
45 a 54	53	27	80
55 a 64	551	401	952
65 a 74	348	1.242	1.590
75 a 84	109	820	929
Acima de 84	18	113	131
TOTAL	1.079	2.603	3.682

BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO

Dos 1.192 Beneficiários de Pensão, 1.092 (92%) pertencem ao sexo feminino. Destaca-se ainda no quadro abaixo, grande quantidade de Beneficiários com idade superior a 74 anos de idade (435).

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Até 24	26	35	61
25 a 34	2	4	6
35 a 44	15	6	21
45 a 54	72	8	80
55 a 64	189	19	208
65 a 74	362	19	381
75 a 84	320	8	328
Acima de 84	106	1	107
TOTAL	1.092	100	1.192

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2016, o Plano BD obteve o total de R\$ 157,74 milhões com as contribuições pagas por Participantes e Patrocinador.



BENEFÍCIOS PAGOS

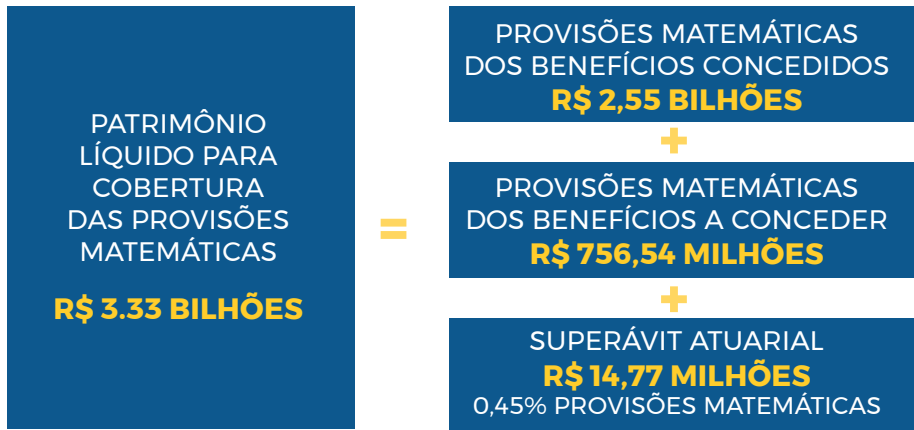
Em 2016, foram pagos R\$ 340,03 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos entre 48.140 pagamentos, com valor médio de R\$ 7.063,34. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 43,83 milhões, distribuídos em 14.626 pagamentos, com valor médio de R\$ 2.996,56.

BENEFÍCIOS PAGOS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
Suplementação de Aposentadoria	48.140	340.029.208,05	7.063,34
Suplementação de Pensão	14.626	43.827.752,33	2.996,56
Total	62.766	383.856.960,38	6.115,68

Por ser um Plano maduro, observa-se que os benefícios pagos superam as receitas obtidas com as contribuições.

Resultado Atuarial

O Plano de Benefícios Definidos possuía, em 31/12/2016, R\$ 3,33 bilhões de recursos acumulados para fazer jus às obrigações do plano, denominadas de Provisões Matemáticas. Tais provisões foram apuradas para os benefícios concedidos em R\$ 2,55 bilhões e para os benefícios a conceder em R\$ 756,54 milhões e são calculadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder. O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2016 foi de R\$ 14,77 milhões, portanto, o Plano BD apresenta superávit, conforme apresentado a seguir:

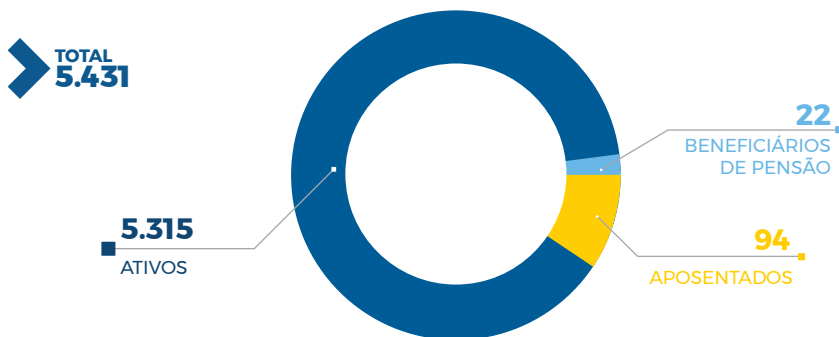


Fonte: Balanço Atuarial do Plano BD
Posição: Dez/2016

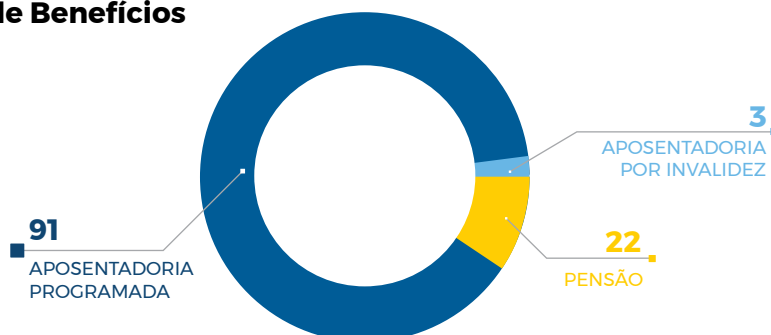
PLANO CV I

Distribuição Quantitativa de Participantes e Beneficiários

O Plano CV I conta com um total de 5.431 Participantes e Beneficiários. Por ser um Plano relativamente novo, a grande maioria (98%) dos Participantes faz parte do grupo de Ativos.



Tipos de Benefícios



ATIVOS

Dos 5.315 Participantes Ativos, 3.507 (66%) são homens, dos quais 2.542 (72%) pertencem a uma faixa etária dos 25 aos 44 anos de idade. Entre as mulheres, observamos que 1.335 (74%) pertencem à mesma faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
20 a 24	33	70	103
25 a 34	634	1.318	1.952
35 a 44	701	1.224	1.925
45 a 54	284	540	824
55 a 64	144	334	478
Acima de 64	12	21	33
TOTAL	1.808	3.507	5.315

ASSISTIDOS

Dos 94 Participantes Assistidos, a maioria (74%) pertence a uma faixa etária de 55 a 64 anos de idade.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
35 a 44	1	1	2
45 a 54	9	9	18
55 a 64	19	51	70
Acima de 64	4		4
TOTAL	33	61	94

BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO

Dentre os 22 Beneficiários de Pensão, destacamos que 15 deles pertencem ao sexo feminino e 7 pertencem ao sexo masculino.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
0 a 19	3	5	8
20 a 24	1		1
25 a 34	2		2
35 a 44	4	1	5
45 a 54	2	1	3
Acima de 54	3		3
TOTAL	15	7	22

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2016, o Plano CV I obteve o total de R\$ 106,42 milhões com as contribuições pagas de Participantes Ativos e Patrocinador.



BENEFÍCIOS PAGOS

Em 2016, foram pagos R\$ 1.512 mil em benefícios de aposentadoria, distribuídos em 1.140 pagamentos, com valor médio de R\$ 1.326,51. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 277 mil, distribuídos em 144 pagamentos, com valor médio de R\$ 1.920,35.

BENEFÍCIOS PAGOS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
Suplementação de aposentadoria	1.140	1.512.223,38	1.326,51
Suplementação de pensão	144	276.530,35	1.920,35
TOTAL	1.284	1.788.753,73	1.393,11

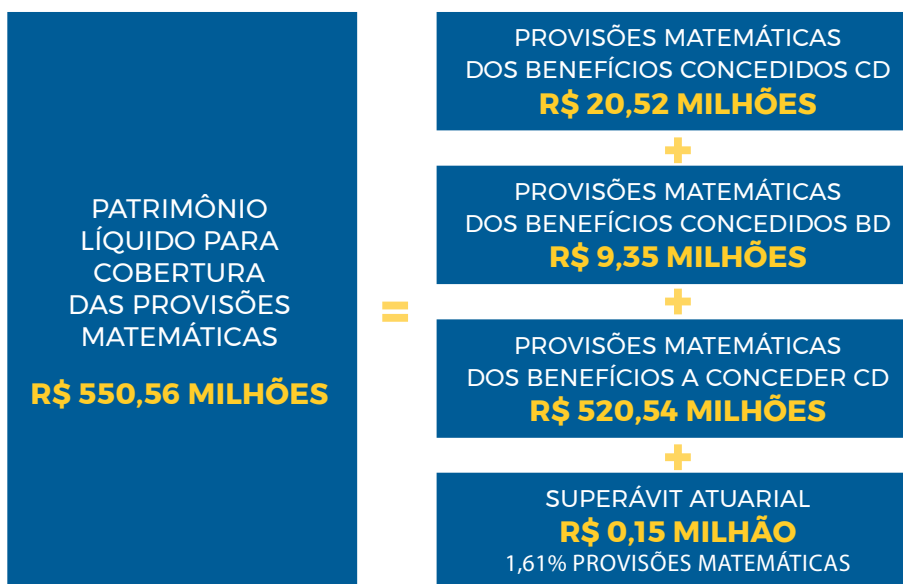
Por ser um Plano novo e ainda em fase de arrecadação de contribuições da maioria dos Participantes, o valor arrecadado com contribuições do Plano CV I supera e muito o valor pago com benefícios.

Resultado Atuarial

O Plano de Contribuição Variável I possuía, em 31/12/2016, R\$ 550,56 milhões de recursos acumulados para fazer jus às obrigações do plano. Essas obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas para os benefícios concedidos em Contribuição Definida R\$ 20,52 milhões e em Benefício Definido R\$ 9,35 milhões, já as Provisões Matemáticas para os benefícios a conceder – Contribuição Definida, R\$ 520,54 milhões.

As provisões matemáticas são calculadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, ou seja, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2016 são de R\$ 150 mil ou R\$ 0,15 milhão, portanto, o Plano CV I apresenta superávit, conforme apresentado a seguir:



Os Fundos Previdenciais do Plano totalizam R\$ 19,33 milhões (fundo de solvência R\$ 10,52 milhões e de risco R\$ 8,81 milhões).

Fonte: Balanço Atuarial do Plano CV I
Posição: Dez/2016

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Situação econômica do Brasil

O Brasil iniciou 2016 convivendo com uma série de problemas políticos/econômicos, que culminaram com a troca de comando presidencial no país. Com relação a questões econômicas, vivenciamos um ano com um aprofundamento da recessão econômica, inflação elevada e com uma taxa de desemprego crescente.

Nos três primeiros trimestres de 2016, a economia continuou apresentando números negativos, totalizando sete trimestres consecutivos de queda do PIB, sequência de retração mais longa do indicador. Até o fechamento do 3º trimestre, os três grandes grupos que compõem o PIB (indústria, serviços e agropecuária) apresentaram resultados ruins. Anualmente comparando a indústria, setor de serviços e agropecuária apresentaram resultados de -2,90%, -2,20% -3,0%, respectivamente. Para 2017, a expectativa é de que a atividade já comece a reagir e apresente números positivos.

Com relação à inflação, o IPCA encerrou o ano de 2016 abaixo do teto da meta definida pelo governo. O INPC e o IPCA terminaram o ano de 2016 com 6,58% e 6,29%, respectivamente. A previsão é de que a inflação reduza gradualmen-

te, face à fraqueza da atividade econômica, menor efeito da desvalorização do Real e deterioração do mercado de trabalho. A equipe técnica do Banco Central trabalha para uma convergência da inflação para o centro da meta (4,5%) no final de 2017 e 2018.

Com relação à política monetária, o Banco Central deu início a um novo ciclo de afrouxamento monetário depois de quatro anos, reduzindo a SELIC duas vezes em 0,25% ao longo de 2016, trazendo a taxa básica de juros da economia brasileira de 14,25% a.a. para 13,75% a.a. O processo de queda da SELIC deverá continuar prosseguindo ao longo de 2017, que deverá terminar no patamar abaixo de dois dígitos.

Quanto aos mercados em 2016, os preços dos ativos brasileiros melhoraram bastante entre o começo e o final do ano. Os agentes de mercado começaram a enxergar, a partir de abril/2016, com a possibilidade do *impeachment*, uma dissipação dos riscos políticos/econômicos. A bolsa brasileira saiu do patamar de 37.497 pelo fechamento em 26/01/2016 para 60.227 pontos em 29/12/2016. A taxa de juros das NTN-B longas com vencimento em 2050 saíram de 7,54% em 21/01/2016 para 5,73% em 30/12/2016. A taxa de câmbio que no início do ano chegou a ser cotada a R\$ 4,15 em 21/01/2016, apresentou a taxa de R\$ 3,29 em 30/12/2016.

Planos BD e CV I: Superam a Meta Atuarial e Merecem Destaque

Apesar do cenário não ser favorável, os Planos administrados pela Capef merecem destaque por terem superado as suas respectivas metas atuariais. O Plano BD apresentou rentabilidade de 13,67%, frente a uma meta atuarial 12,44%, e; o Plano CV I apresentou rentabilidade de 13,86% contra uma meta de 12,14%.

Segundo o *ranking* elaborado pela ADITUS Consultoria Financeira, empresa de consultoria de investimentos para Fundos de Pensão, em uma amostra que compreende os dados de 115 EFPCs, divididos em: 237 planos de benefícios, sendo 108 planos BD, 73 planos CD e 56 planos CV, totalizando aproximadamente R\$ 202 bilhões em ativos, o Plano CV I, na relação risco x retorno, ficou na 10ª colocação no ano de 2016 entre os 237 planos. Na comparação apenas com os planos da modalidade CV, o Plano CV I ficou em 1º lugar no ano de 2016, do total de 56 planos CV.

Já o Plano BD da Entidade obteve em 2016, na relação risco x retorno, o 27º lugar entre os 237 planos. Na modalidade de benefícios definidos, o plano BD da Capef obteve a 21ª colocação entre os 108 planos.

PLANO BD

Distribuição dos Investimentos

O Plano BD encerrou o ano de 2016 com um total de investimentos de R\$ 3,46 bilhões. Para manter a liquidez e a rentabilidade necessárias à maturidade do Plano BD, a Capef adota uma postura conservadora na aplicação dos recursos. No final do ano, os investimentos estavam assim distribuídos:

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
Renda Fixa	3.084.564,28	89,08
Renda Variável	6.925,35	0,20
Investimentos Estruturados	8.559,86	0,25
Imóveis	271.142,57	7,83
Operações com Participantes	91.417,08	2,64
TOTAL	3.462.609,15	100,00

Rentabilidade

Em 2016, o Plano BD alcançou rentabilidade de 13,67%, ou seja, 1,23 ponto percentual acima da meta atuarial (INPC+5,50% a.a. equivalente a 12,44%). Dentre os segmentos de aplicação, o de Investimentos Estruturados foi o grande destaque, com *performance* positiva de 38,91%, seguido pela carteira de Operações com Participantes com rentabilidade de 15,28%, conforme apresentado no quadro a seguir.

RENTABILIDADE	%
Renda Fixa	14,22
Renda Variável	(4,24)
Investimentos Estruturados	38,91
Imóveis	6,40
Operações com Participantes	15,28
TOTAL INVESTIMENTOS	13,67

Rentabilidade dos Investimentos dos últimos 5 anos (%)

No acumulado dos últimos 5 anos, a rentabilidade do Plano BD superou a meta atuarial em 10,05%. Essa superação da meta nos últimos anos foi o que possibilitou a concessão de reajuste integral dos benefícios dos Ativos e Assistidos do Plano.

DESCRIÇÃO	2016	2015	2014	2013	2012
RENTABILIDADE NOMINAL	13,67	16,30	14,59	14,45	13,54
INPC	6,58	11,28	6,23	5,56	6,20
RENTABILIDADE REAL	6,65	4,51	7,87	8,42	6,91
RESULTADO ACIMA/ABAIXO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL	1,15	-0,99	2,12	2,42	0,91

Considerando os últimos cinco anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 6,86%, calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

Renda Fixa

Ao final de 2016, o segmento Renda Fixa apresentou rentabilidade de 14,22%, superior à meta atuarial em 1,78 ponto percentual. Nesse segmento estão alocados 89,08% dos recursos do Plano BD (R\$ 3,08 bilhões), distribuídos em um Fundo de Investimento exclusivo (R\$ 2,56 bilhões) com gestão compartilhada entre BNB e Capef; um fundo exclusivo, Fortaleza Multimercado (R\$ 159,75 milhões) sob a gestão da Capef; dois fundos abertos, um administrado pelo Santander (R\$ 5,38 milhões) e o outro sob a gestão da Vinci Partners (R\$ 10,41 milhões); uma parcela alocada em títulos públicos federais (R\$ 346,31 milhões); e uma participação em debêntures de emissão do BNDES (R\$ 4,11 milhões).

FI Multimercado

A gestão própria do Fundo de Investimento em Multimercado apresentou uma rentabilidade de 16,88%. Na posição de 30/12/2016, o fundo possuía um patrimônio de R\$ 159,75 milhões com a seguinte composição: 93,75% em ativos de Renda Fixa (R\$ 149,77 milhões) e 6,25% em fundos imobiliários (R\$ 9,98 milhões).

Renda Variável

A carteira de Renda variável do Plano BD (R\$ 6,93 milhões) é composta atualmente apenas por ações ordinárias do Banco do Nordeste. No ano, o resultado do segmento foi negativo em 4,24%.

Investimentos Estruturados

O segmento de Investimentos Estruturados é composto por fundos imobiliários integrantes da carteira própria da Capef, com patrimônio de R\$ 8,56 milhões. Em 2016, o resultado do segmento foi de 38,91%, superior ao desempenho do índice que referencia os fundos imobiliários na bolsa (IFIX), que se valorizou 32,29%.

Investimentos Imobiliários

O segmento de Investimentos Imobiliários, no qual estão alocados 7,83% dos recursos do Plano BD, alcançou uma rentabilidade de 6,40%, ficando abaixo, portanto, da meta atuarial de 12,44%.

Os principais fatores que impactaram nessa rentabilidade foram: o cenário econômico nacional desfavorável, que influenciou diretamente nas atividades dos clientes (locatários), mantendo a taxa de vacância da carteira elevada e consequentemente reduzindo a rentabilidade inerente à locação, principal fonte de remuneração da carteira; e o resultado pouco expressivo dos resultados das reavaliações patrimoniais positivas no ano.

O índice de vacância dos imóveis do Plano fechou o ano de 2016 em 13,56%. As unidades vacantes mais representativas estão situadas nos imóveis: Edifício Manhattan Tower e Edifício Gustavo José de Matos, ambos no Rio de Janeiro; e Edifício Pedro Biagi, em São Paulo.

Durante o ano de 2016, foram efetivadas as seguintes vendas: vagas de garagem n°s 333, 334 e 437 do Edifício Beira Mar Trade Center (CE); Loja, sobreloja e subloja do Visconde de Ouro Preto (RJ), todas com apuração de lucro contábil.

Essas vendas contribuíram para o reenquadramento da carteira de imóveis ao percentual limite de 8%, estabelecido pela legislação.

Operações com Participantes

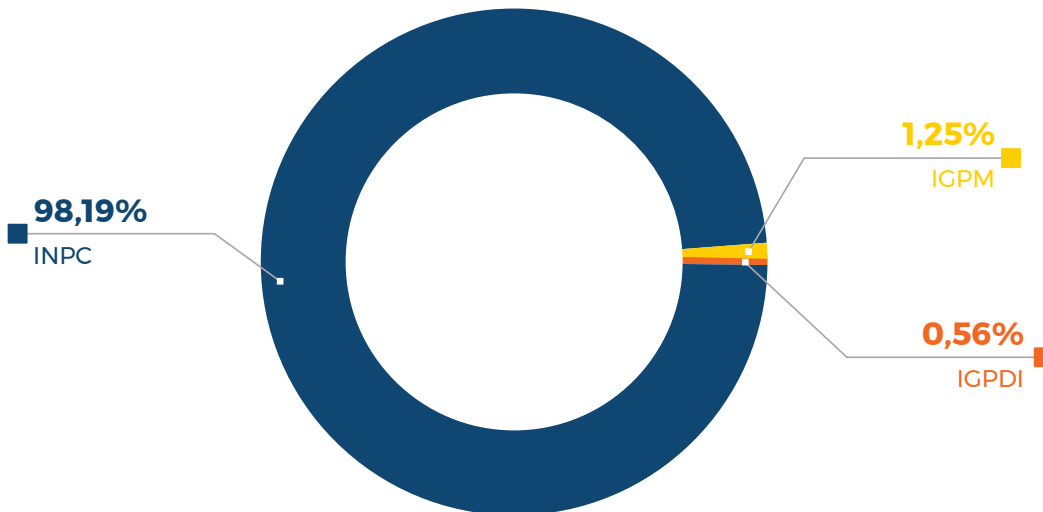
O segmento de Operações com Participantes, no qual estão alocados 2,64% dos recursos do Plano BD, compreende os Empréstimos aos Participantes e os Financiamentos Imobiliários.

Durante o exercício, o segmento alcançou rentabilidade de 15,28%, superando, portanto, a meta atuarial de 12,44%.

Empréstimos a Participantes

No exercício de 2016, o Plano BD realizou 2.615 liberações de empréstimos. O por-

tfólio no final do ano foi de 9.102 contratos ativos, totalizando R\$ 85.560 mil, saldo líquido após o desconto de provisões de perdas. No que se refere à composição dos saldos devedores por tipo de indexador, a carteira de empréstimos ficou distribuída de acordo com o gráfico a seguir.



Para garantia dos empréstimos concedidos, a Capef mantém o fundo garantidor de empréstimo unificado, com adesão obrigatória e custeio pelos próprios mutuários, objetivando assegurar a quitação de dívidas nos casos de falecimento. Ao final de 2016, o fundo registrou saldo de R\$ 8.905 mil.

No Plano BD, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 15,59%, superando a meta atuarial (INPC + 5,50%) de 12,44%, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que acarretou despesa da ordem de R\$ 275,91 mil no período.

Financiamentos Imobiliários

A linha de Financiamento Imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo 46 contratos ativos. Ao final de 2016, o valor total dos contratos, líquidos das provisões, correspondia a um montante de R\$ 5.856 mil. Todos os contratos estão cobertos por apólice de seguro prestamista.

Rentabilidade Bruta e Líquida

No quadro a seguir, apresentamos a rentabilidade bruta e líquida dos custos de gestão da carteira de investimentos.

SEGMENTOS	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)
Renda Fixa	14,22	14,23
Imóveis	6,40	7,72
Operações com Participantes	15,28	15,28
Investimentos Estruturados	38,91	38,91
Plano BD	13,67	13,79

Fundos Exclusivos

FUNDOS INVESTIMENTOS EXCLUSIVOS	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)
BNB FI RF Previdenciário Exclusivo	14,10	14,10
Fundo Fortaleza Multimercado	16,88	16,90

PLANO CV I

Distribuição dos investimentos

O Plano CV I encerrou o ano com patrimônio de R\$ 570,25 milhões. No quadro a seguir, apresentamos a distribuição dos investimentos do Plano CV I.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
Renda Fixa	531.589,75	93,22
Investimentos Estruturados	7.634,71	1,34
Operações com Participantes	31.027,84	5,44
TOTAL INVESTIMENTOS	570.252,29	100,00

Rentabilidade

O Plano obteve rentabilidade de 13,86%, enquanto a meta atuarial (IPCA+5,5%) no mesmo período foi de 12,14%. Dentre os segmentos de aplicação, o de In-

vestimentos Estruturados foi o grande destaque, com *performance* positiva de 32,29%, seguido pela carteira de Operações com Participantes com rentabilidade de 13,65%, conforme apresentado no quadro a seguir.

RENTABILIDADE	%
Renda Fixa	13,60
Investimentos Estruturados	32,29
Operações com Participantes	13,65
TOTAL INVESTIMENTOS	13,86

No ano de 2016, os preços dos ativos brasileiros apresentaram ótima *performance* entre o começo e o final do ano. Melhora essa em virtude de expectativas de mudanças na condução da política econômica do País. O Ibovespa fechou o ano com uma valorização de 38,94%. O IMAB 5+, índice que mede a rentabilidade das NTNBS de vencimentos mais longos ficou em 31,04%. Os resultados dos investimentos alcançados em 2016 foram considerados satisfatórios.

Vide a seguir tabela com a rentabilidade do plano nos últimos cinco anos.

DESCRIÇÃO	2016	2015	2014	2013	2012
Rentabilidade nominal	13,86	16,68	12,908	-1,579	14,306
Ipca	6,29	10,67	6,408	5,911	5,84
Rentabilidade real	7,12	5,429	6,108	-7,071	7,999
Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial	1,62	-0,071	0,608	-12,571	2,499

Renda Fixa

Ao final de 2016, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 13,60%, superando a meta atuarial em 1,46 ponto percentual. Na carteira de Renda Fixa estão alocados 93,22% dos recursos do Plano CV I. O segmento é composto por títulos públicos federais, fundos de renda fixa, debêntures, DPGE e letras financeiras.

Investimentos Estruturados

O segmento de Investimentos Estruturados é composto por fundos imobiliários. A *performance* do segmento foi de 32,29%, igual ao desempenho do índice que referencia os fundos imobiliários na bolsa.

Operações com Participantes

O segmento Operações com Participantes, no qual estão alocados 5,44% dos re-

cursos do Plano CV I, compreende somente Empréstimos aos Participantes. Durante o exercício de 2016, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 13,65%, superando a meta atuarial (IPCA + 5,5%) de 12,14%, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que acarretou despesa da ordem de R\$ 199,38 mil no período.

Empréstimos a Participantes

No exercício de 2016, o Plano CV I realizou 3.212 liberações na linha EAP 2012 - CV, fechando o ano com portfólio de 5.292 contratos ativos, no valor de R\$ 31.027 mil. A carteira, em sua totalidade, é atualizada pela variação do IPCA. Para garantir a liquidação da dívida nos casos de falecimento, existe o Fundo Garantidor de Empréstimo, com adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Ao final de 2016, o saldo do fundo importava na quantia de R\$ 215 mil.

Rentabilidade Bruta e Líquida

No quadro a seguir, apresentamos a rentabilidade bruta e líquida dos custos de gestão da carteira de investimentos.

SEGMENTOS	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)
Renda Fixa	13,60	13,61
Operações com Participantes	13,65	13,65
Investimentos Estruturados	32,29	32,29
Plano CV I	13,85	13,86

Alterações no Empréstimo do Plano BD: Valores Máximos e Limites

Em atendimento às demandas dos Participantes, em 2016, houve algumas alterações quanto aos valores máximos e limites dos empréstimos do Plano BD.

- Elevação dos valores máximos de EAP do Plano BD, conforme tabela abaixo.

FAIXA	IDADE	VALOR MÁXIMO ANTES DE 09/03/2016 (R\$)	VALOR MÁXIMO A PARTIR DE 09/03/2016 (R\$)
I	Até 65	81.000,00	90.000,00
II	De 66 a 75	60.000,00	67.000,00
III	De 76 a 79	35.000,00	39.000,00
IV	De 80 a 90	23.000,00	26.000,00

- Aumento no limite para concessão de Empréstimos de 8 para 9 salários/benefícios nas modalidades de cálculo denominadas Normal e Benefício Projetado, e de 4 para 4,5 salários na modalidade de Cálculo Elegibilidade.

SAC – Nova Modalidade de Cálculo de Empréstimos

Em novembro/2016, a Capef disponibilizou uma nova modalidade de cálculo para cobrança de empréstimos, atendendo a demanda dos Participantes dos Planos BD e CV I.

Trata-se do Sistema de Amortização Constante (SAC), método caracterizado pela amortização de principal fixa do empréstimo e valor da prestação decrescente. Por essa modalidade, no cálculo da prestação serão cobrados mensalmente os juros e a correção monetária.

Diferentemente do método PRICE, único disponível aos Participantes da Capef até então, pelo SAC não ocorre o recálculo anual da prestação, nem geração de resíduo inflacionário no final do prazo contratado.

Vale ressaltar que a taxa de juros efetiva resultante nos dois métodos é a mesma. Por isso, pelo SAC as prestações iniciais tendem a ser mais altas do que as realizadas pelo PRICE.

Para facilitar a decisão dos Participantes, é possível realizar uma simulação no momento da contratação do empréstimo, onde estará disponível um gráfico comparativo entre as modalidades PRICE e SAC.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Distribuição dos investimentos

O PGA é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com maior detalhamento das despesas administrativas. Referido plano é responsável pela gestão administrativa da Entidade e conta com regulamento próprio, conferindo-lhe maior transparência.

Em decorrência de suas características, os recursos do PGA estão alocados no Fundo de Investimento: Renda Fixa Previdenciário Exclusivo e em um imóvel locada à patrocinadora. Em 30/12/2016, o PGA acumulava investimentos totais de R\$ 49,79 milhões.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
Renda Fixa	48.296,18	97,00
Imóveis	1.492,90	3,00
TOTAL INVESTIMENTOS	49.789,08	100,00

Rentabilidade

RENTABILIDADE	%
Renda Fixa	14,02
Imóveis	64,33
TOTAL INVESTIMENTOS	28,10

RESUMO DOS INVESTIMENTOS

PATRIMÔNIO CONSOLIDADO

SEGMENTOS	2015		2016		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	
Total dos Recursos da Entidade	3.719.205,51		4.079.356,26		
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - BD	3.270.939,27	-	3.459.325,64	-	-
Total Investimentos	3.295.077,74	100,00	3.462.609,15	100,00	-
Renda Fixa	2.895.105,47	87,86	3.084.564,28	89,08	66 - 100
Renda Variável	12.683,51	0,38	6.925,35	0,20	0 - 6
Investimentos Estruturados	6.930,82	0,21	8.559,86	0,25	0 - 10
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 0
Imóveis	289.731,94	8,79	271.142,57	7,83	0 - 8
'Operações com Participantes	90.626,00	2,75	91.417,08	2,64	0 - 10
Empréstimos	84.754,64	2,57	85.560,09	2,47	-
Financiamentos Imobiliários	5.871,36	0,18	5.856,99	0,17	-
Disponível - Caixa	22,55	-	288,45	-	-
Outro realizáveis (Impostos a Compensar e OFND)	1.009,84	-	975,51	-	-
Passivo de Investimentos	(21.575,64)	-	(1.484,55)	-	-
Contingência de Investimentos	(3.595,22)	-	(3.062,93)	-	-
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - CV	409.749,39	-	570.241,54	-	-
Total Investimentos	409.762,48	100,00	570.252,29	100,00	-
Renda Fixa	384.555,79	93,85	531.589,75	93,22	57 - 100
Renda Variável	-	-	-	-	0 - 10
Investimentos Estruturados	6.546,51	1,60	7.634,71	1,34	0 - 10
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 3
Imóveis	-	-	-	-	0 - 8
Empréstimos	18.660,19	4,55	31.027,84	5,44	0 - 12
Disponível - Caixa	5,92	-	32,90	-	-
Passivo Investimentos	(19,02)	-	(43,64)	-	-
Total Investimentos - PGA	38.516,86	100,00	49.789,08	100,00	-
Renda Fixa	37.385,80	97,06	48.296,18	97,00	92 - 100
Investimento Imobiliário	1.131,06	2,94	1.492,90	3,00	0 - 8

INVESTIMENTOS DO PLANO BD

DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS

SEGMENTOS	2015		2016		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	3.270.939,27	-	3.459.325,64	-	-
Total Investimentos	3.295.077,74	100,00	3.462.609,15	100,00	-
Renda Fixa	2.895.105,47	87,86	3.084.564,28	89,08	66 - 100
Renda Variável	12.683,51	0,38	6.925,35	0,20	0 - 6
Investimentos Estruturados	6.930,82	0,21	8.559,86	0,25	0 - 10
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 0
Imóveis	289.731,94	8,79	271.142,57	7,83	0 - 8
Operações com Participantes	90.626,00	2,75	91.417,08	2,64	0 - 10
Empréstimos	84.754,64	2,57	85.560,09	2,47	-
Financiamentos Imobiliários	5.871,36	0,18	5.856,99	0,17	-
Disponível - Caixa	22,55	-	288,45	-	-
Outro realizáveis (Impostos a Compensar)	1.009,84	-	975,51	-	-
Passivo de Investimentos	(21.575,64)	-	(1.484,55)	-	-
Contingência de Investimentos	(3.595,22)	-	(3.062,93)	-	-

RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2015		2016	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	3.270.939,27	16,30	3.459.325,64	13,67
Total Investimentos	3.295.077,74	-	3.462.609,15	-
Renda Fixa	2.895.105,47	17,52	3.084.564,28	14,22
Renda Variável	12.683,51	7,00	6.925,35	-4,24
Investimentos Estruturados	6.930,82	7,57	8.559,86	38,91
Investimentos no Exterior	-	-	-	-
Imóveis	289.731,94	6,90	271.142,57	6,40
Operações com Participantes	90.626,00	17,24	91.417,08	15,28
Empréstimos	84.754,64	19,12	85.560,09	15,59
Financiamentos Imobiliários	5.871,36	-7,32	5.856,99	11,61
Disponível - Caixa	22,55	-	288,45	-
Outros realizáveis (Impostos a Compensar e OFND)	1.009,84	-	975,51	-
Passivo de Investimentos	(21.575,64)	-	(1.484,55)	-
Contingência de Investimentos	(3.595,22)	-	(3.062,93)	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)		13,24		14,00
IBrX (Benchmark Renda Variável)		-13,09		36,82
Meta Atuarial (INPC + 5,5% a.a.)		17,40		12,44

GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	2.558.536,70	99,04	73,89	0,035
BTG Pactual	343,82	0,01	0,01	0,500
Santander	5.383,40	0,21	0,16	0,200
Brasil Plural	4.063,59	0,16	0,12	0,400
Fator	4.496,27	0,17	0,13	0,400
Vinci Partners	10.411,96	0,40	0,30	1,055
Total	2.583.235,74	100,00	74,60	-

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO BD		3.463.584.659,96
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS		346.312.259,54
Letras Financeiras do Tesouro Nacional		73.817.191,80
Notas Financeiras do Tesouro Nacional		272.495.067,74
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS		4.111.775,80
COMPANHIAS ABERTAS		4.111.775,80
DEBÊNTURES		4.111.775,80
AÇÕES		6.925.353,12
PATROCINADOR(ES)		6.925.353,12
A VISTA		6.925.353,12
Valor de Mercado a Vista		6.925.353,12
FUNDO DE INVESTIMENTO		2.742.700.108,37
RENDA FIXA		2.574.393.610,51
QUOTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA		2.574.393.591,83
QFIF - RF (BNB RF Previdenciário Exclusivo)		2.558.536.695,73
QFIF - RF (BTG Pactual Capital Markets FI RF Crédito Privado)		343.824,95
QFIF - RF (Santander FIC FI Institucional)		5.383.395,68
QFIF - RF (Crédito Imobiliário - Vinci)		10.411.964,44
(-) Valores Bloqueados p/ Depósito Judicial		-282.288,97
OUTROS INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA		18,68
Pagamentos a Recuperar		18,68
MULTIMERCADO		159.746.636,10
FUNDO FORTALEZA MULTIMERCADO		159.746.636,10
IMOBILIÁRIO		8.559.861,76
QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		24.320,00
Valor de Mercado - QFIIMOB		24.320,00
FDO APLIC QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		8.535.541,76
Valor de Mercado - FAQFII		8.535.541,76
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		271.142.565,34
Comerciais		266.878.873,99
Shopping Centers		-
Terrenos		-
Apartamentos Residenciais		-
Direitos Alienações de Imóveis		2.723.362,53
Outros (Direitos, Garagens, Galpões, ETC)		1.540.328,82
EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES		85.560.094,36
Empréstimos		85.560.094,36
FINANCIAMENTOS AOS PARTICIPANTES		5.856.989,29
Financiamentos Imobiliários		5.856.989,29
DEPÓSITO JUDICIAIS/RECURSAIS		270.670,07
Depósito Judicial		270.670,07
OUTROS REALIZÁVEIS		704.844,07
Impostos a Compensar		9.750.348,50
Provisão para perda - Impostos a Compensar		-9.045.504,43

Custos com Investimentos Incorridos em 2016

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A Capef mantém atualmente um contrato de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a Consultoria Aditus, no valor de R\$ 1.710,00 por mês.

CUSTÓDIA

O custo anual foi de 0,02% até o mês de julho junto ao custodiante banco Itaú, e 0,01% a partir de agosto, junto ao custodiante Santander, relativo as prestações dos serviços de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa Previdenciário Exclusivo.

O custo anual foi de 0,02% até o mês de julho, e o custo médio mensal de R\$ 15.872,36 a partir de agosto, junto ao custodiante Itaú relativo as prestações dos serviços de custódia e controladoria da carteira própria. A partir de 2017, a taxa de custódia da carteira própria será de 0,015%a.a, junto ao banco Santander.

AUDITORIA

Não existe contrato específico para a Auditoria de Gestão de Investimentos.

TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE CORRETAGEM

Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos em Renda Fixa: 0,035% a.a a 1,055%a.a. A devolução de corretagem sobre a tabela da BOVESPA correspondeu, em média, a 90%.

**ADMINISTRADOR
RESPONSÁVEL**



GESTOR
JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

E-MAIL
danilo.araujo@capef.com.br

TELEFONE
(85) 4008-5813

INVESTIMENTOS DO PLANO CV I

DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO

SEGMENTOS	2015		2016		(% POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS))
	DEZ (R\$ MIL)	%	DEZ (R\$ MIL)	%	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	409.749,39	-	570.241,54	-	-
Total Investimentos	409.762,48	100,00	570.252,29	100,00	-
Renda Fixa	384.555,79	93,85	531.589,75	93,22	57 - 100
Renda Variável	-	-	-	-	0 - 10
Investimentos Estruturados	6.546,51	1,60	7.634,71	1,34	0 - 10
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 3
Imóveis	-	-	-	-	0 - 8
Empréstimos	18.660,19	4,55	31.027,84	5,44	0 - 12
Disponível - Caixa	5,92	-	32,90	-	-
Passivo Investimentos	(19,02)	-	(43,64)	-	-

RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2015		2016	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	409.749,39	16,68	570.241,54	13,86
Total Investimentos	409.762,48	-	570.252,29	-
Renda Fixa	384.555,79	17,51	531.589,75	13,60
Renda Variável	-	-	-	-
Investimentos Estruturados	6.546,51	3,06	7.634,71	32,29
Empréstimos	18.660,19	18,16	31.027,84	13,65
Disponível - Caixa	5,92	-	32,90	-
Passivo Investimentos	(19,02)	-	(43,64)	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)	-	13,24	-	14,00
IBrX (Benchmark Renda Variável)	-	(13,09)	-	36,82
Meta Atuarial (IPCA + 5,5% a.a.)	-	16,76	-	12,14

GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	7.929,11	26,13	1,39	0,350
Rio Bravo	2.494,82	8,22	0,44	0,250
Vinci Partners	10.413,61	34,32	1,83	1,055
Brasil Plural	3.557,47	11,72	0,62	0,500
Santander	4.368,81	14,40	0,77	0,200
Fator	1.582,42	5,21	0,28	0,400
Total	30.346,24	100,00	5,32	-

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO CV I		570.252.294,14
TÍTULOS PÚBLICOS		455.026.764,86
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS		455.026.764,86
NOTAS DO TESOURO NACIONAL		435.510.215,17
Valor Atualizado - NTN B		435.510.215,17
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO		19.516.549,69
Valor Atualizado - LFT		19.516.549,69
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS		53.851.489,66
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		41.970.677,88
DEPÓSITO A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL		7.393.781,28
Aplicação em DPGE		7.393.781,28
LETRAS FINANCEIRAS SUBORDINADAS		34.576.896,60
Aplicação em LFSN		34.576.896,60
COMPANHIAS ABERTAS		11.880.811,78
DEBENTURES		11.880.811,78
Valor Atualizado - Debêntures Cias. Abertas		11.880.811,78
FUNDOS DE INVESTIMENTO		30.346.204,19
RENDA FIXA		22.711.495,21
QTAS. FUNDOS INVEST. FINANCS. - RENDA FIXA		22.711.495,21
BNB FIC FI Institucional DI		7.929.105,34
Vinci Crédito Imobiliário - QFIF - RF		10.413.613,55
Santander FIC FI Institucional Ref DI		4.368.776,32
IMOBILIÁRIO		7.634.708,98
QUOTAS FUNDOS INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO]		7.634.708,98
Valor de Mercado-QFIIMOB		5.551.843,10
Valor de Mercado-FAQFII		2.082.865,88
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		31.027.835,43
EMPRÉSTIMOS		31.027.835,43

Custos com Investimentos Incorridos em 2016

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A Capef mantém atualmente um contrato de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a Consultoria Aditus, no valor de R\$ 1.710,00 por mês.

CUSTÓDIA

O custo anual foi de 0,02% até julho junto ao custodiante banco Itaú sobre as prestações dos serviços de custódia e controladoria. A partir de agosto uma média de R\$ 15.242,68 por mês. A partir de 2017, a taxa de custódia será de 0,015%a.a, junto ao banco Santander.

AUDITORIA

Não existe contrato específico para a Auditoria de Gestão de Investimentos.

TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE CORRETAGEM

Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos em Renda Fixa: 0,035% a.a a 1,055%a.a. A devolução de corretagem sobre a tabela da BOVESPA correspondeu, em média, a 90%.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL		GESTOR
		JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO
		E-MAIL
		danilo.araujo@capef.com.br
		TELEFONE
		(85) 4008-5813

INVESTIMENTOS DO PGA**DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO**

SEGMENTOS	2015		2016		(%) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	%	DEZ (R\$ MIL)	%	
Total Investimentos	38.516,86	100,00	49.789,08	100,00	-
Renda Fixa	37.385,80	97,06	48.296,18	97,00	92 - 100
Investimento Imobiliário	1.131,06	2,94	1.492,90	3,00	0 - 8

RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2015		2016	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)
Total Investimentos	38.516,86	23,08	49.789,08	28,10
Renda Fixa	37.385,80	17,68	48.296,18	14,02
Investimento Imobiliário	1.131,06	24,88	1.492,90	64,33

GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	48.296,18	100,00	100,00	0,035
Total	48.296,18	-	-	-

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PGA		49.789.076,44
FUNDO DE INVESTIMENTO		48.296.177,74
RENDA FIXA		48.296.177,74
QUOTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA		48.296.177,74
INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		1.492.898,70
ALUGUÉIS E RENDA		1.492.898,70

Custos com Investimentos Incorridos em 2016

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A Capef mantém atualmente um contrato de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a Consultoria Aditus, no valor de R\$ 1.710,00 por mês.

CUSTÓDIA

O custo anual foi de 0,02% até o mês de julho junto ao custodiante banco Itaú, e 0,01% a partir de agosto, junto ao custodiante Santander, relativo as prestações dos serviços de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa Previdenciário Exclusivo.

AUDITORIA

Não existe contrato específico para a Auditoria de Gestão de Investimentos.

TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE CORRETAGEM

Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos em Renda Fixa: 0,035% a.a. A devolução de corretagem sobre a tabela da BOVESPA correspondeu, em média, a 90%.

**ADMINISTRADOR
RESPONSÁVEL**



GESTOR
JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

E-MAIL
danilo.araujo@capef.com.br

TELEFONE
(85) 4008-5813

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Para alcançar a diretriz estratégica de otimização das despesas administrativas, a Capef adota diversos indicadores de eficiência operacional, os quais são periodicamente comparados aos *benchmarks* do segmento.

Os indicadores de gestão das despesas, como por exemplo, variação orçamentária, índice de cobertura das despesas administrativas, custo administrativo mensal por participante, dentre outros, apresentam desempenho superior à meta estabelecida. O custo administrativo mensal por participantes, por exemplo, vem reduzindo ao longo dos anos e quando comparado ao desempenho dos demais fundos de pensão, encontra-se em patamar inferior à média do mercado.

Limite para cobertura das despesas administrativas

Os recursos necessários para a cobertura das despesas com a administração da Capef são repassados ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) pelos planos previdenciais, respeitados os limites de 1% do somatório dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB) ou de 9% do total das coberturas previdenciárias e dos benefícios pagos no ano, conforme determina o artigo 6º da Resolução CGPC N.º. 29, de 31 de Agosto de 2009.

No caso da Capef, o Conselho Deliberativo definiu como limite o percentual de até 1% sobre os RGPB, que correspondiam a R\$ 40.296 mil em 2016 (R\$36.807 mil em 2015).

De acordo com o plano de custeio aprovado, a Capef desconta: 8,5% sobre as contribuições dos Participantes Ativos e Assistidos do Plano BD e 5,3% sobre as contribuições dos Participantes Ativos do Plano CV I, sendo realizada ainda uma contribuição única de 2,7% sobre o saldo das provisões matemáticas de cada Participante Assistido por ocasião da aposentadoria, além do recebimento da contribuição paritária do Patrocinador.

O valor arrecadado para custear as despesas administrativas totalizou em 2016 R\$ 19.263 mil (R\$ 17.444 mil, em 2015), que correspondeu a 0,48% dos RGPB, (0,47% 2015), conforme detalhamento no quadro abaixo.

R\$ MIL

PLANOS DE BENEFÍCIOS	2016	2015
Plano BD	13.408	12.171
Plano CV I	5.855	5.273
Consolidado	19.263	17.444
Percentual dos RGPB	0,48%	0,47%
Limite (1% RGPB)	40.296	36.807

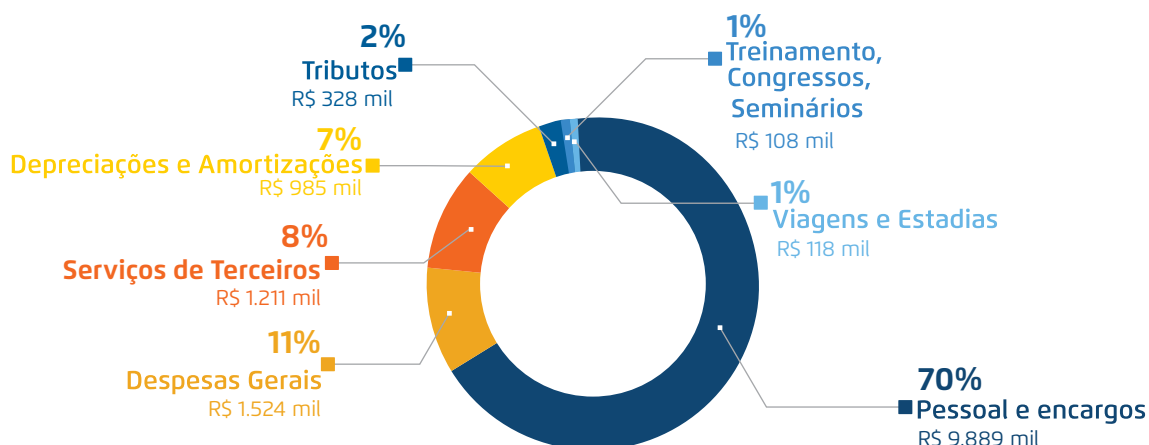
Orçamento

Em 2016, o orçamento previsto de despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, foi de R\$ 14.602 mil (R\$ 14.624 mil, em 2015). Foram utilizados R\$ 14.163 mil (R\$ 13.517 mil, em 2015), de forma que a variação entre a previsão e a despesa administrativa efetivamente realizada foi de R\$ 439 mil, 3,01% abaixo do valor orçado. Esse comportamento das despesas traduz o esforço de economia de todas as áreas da Capecf.

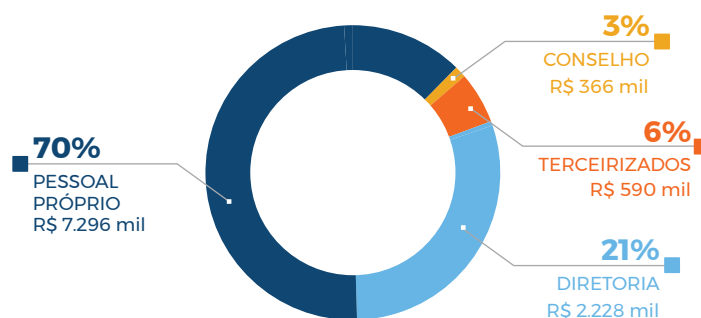
No gráfico a seguir são apresentados os principais grupos que constituem as despesas administrativas.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE 2016

As despesas administrativas da Entidade são classificadas em grupos, conforme estabelecido pela PREVIC, e os maiores gastos são com Pessoal e Encargos, Serviços de Terceiros e Despesas Gerais.

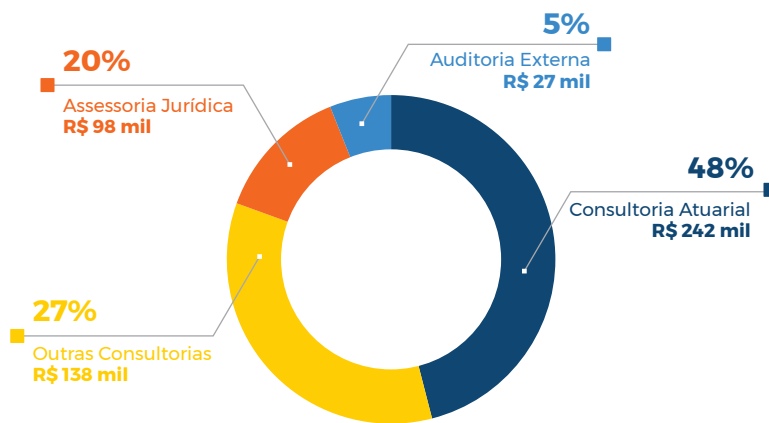


O gráfico a seguir demonstra a distribuição da despesa com Pessoal da Capecf discriminadas em despesas com Diretoria, Conselhos, Pessoal Próprio e Terceirizados.



O grupamento Serviços de Terceiros é composto pelas despesas com serviços terceirizados de pessoas físicas e jurídicas, tais como: Consultorias e Assessorias, Auditoria, Impressões e Envelopamentos, Guarda e Custódia de Documentos e Desenvolvimento de Sistemas.

Apresentamos, abaixo, os valores gastos pela entidade com Consultorias Atuariais, Auditoria Independente, contratada para auditar as Demonstrações Contábeis da Entidade, despesas com Assessoria Jurídica para defesa em processos judiciais e outras consultorias contratadas pela Capecf, onde podemos destacar a consultoria de Planejamento Estratégico e de Investimentos.



Os valores mais representativos do grupo Despesas Gerais referem-se aos gastos com energia elétrica, água e esgoto, telefone, envio de correspondências, licenças de uso de sistemas, vigilância, limpeza e manutenção que juntos totalizaram 71% do grupo.

Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído pelo valor transferido de custeio dos planos de benefícios, somado ao resultado dos investimentos administrativos e outras receitas, subtraído dos gastos operacionais de funcionamento da Entidade e de contingências administrativas.

Todos os anos, a Entidade se esforça para preservar ou aumentar o valor atual do fundo administrativo do PGA, por meio de reduções escalonadas de gastos e atenção à solvência do plano administrativo. O controle de despesas, a renegociação de contratos com fornecedores e a busca contínua da eficiência operacional permanecerão como pontos de atenção por parte da gestão.

A Entidade questiona junto à esfera judicial o recolhimento do PIS e da COFINS incidentes sobre suas receitas administrativas. As contingências perfazem, até 2016, R\$ 1.224 mil.

Em 2016, o Fundo encerrou com um saldo de R\$ 61.845 mil, conforme apresentado na tabela a seguir.

A Capef reavaliou seu imóvel sede, baseada em laudos de perito independente, registrando em “Outras receitas administrativas” a receita de reavaliação positiva auferida, em observância à Instrução N°. 34, de 24 de setembro de 2009, anexo A, alterada pela Instrução PREVIC No. 15 de 12 de novembro de 2014.

R\$ MIL	
Saldo do início do Exercício	48.278
Resultado dos Investimentos Administrativos	6.137
Custeio dos planos de benefícios	19.263
Outras receitas administrativas	3.554
Despesas Administrativas	(14.163)
Contingências	(1.224)
Saldo final do Fundo Administrativo	61.845

Principais Indicadores de Gestão

A Resolução CGPC N° 29, de 31 de Agosto de 2009, estabeleceu no seu artigo 12° que o Conselho Fiscal deve acompanhar e controlar os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto ao limite e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19 da Resolução n° 13, de 2004.

Seguem os indicadores de gestão da Capef, aprovados pelo Conselho Deliberativo:

- a. Variação Orçamentária mede a variação do saldo realizado em relação ao saldo orçado das contas do PGA;
- b. Custo Médio Mensal de Administração por Participante e Assistido representa o valor médio das despesas administrativas por Participante e Assistido, ou seja, qual o custo total médio para administrar os benefícios de cada Participante e Assistido por mês;
- c. Taxa de Administração corresponde à relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores (RGPB);
 - c.1. Taxa de Administração dos Investimentos é a divisão das despesas administrativas inerentes à gestão dos investimentos sobre os recursos garantidores (RGPB);
 - c.2. Taxa de Administração dos Benefícios mede a relação das despesas administrativas inerentes à gestão previdencial sobre os recursos garantidores (RGPB);
- d. Taxa de Carregamento corresponde à relação das despesas administrativas pelo fluxo previdencial (soma das contribuições e dos benefícios) da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC);

e. Índice de Cobertura das Despesas Administrativas equivale a relação das fontes de custeio sobre as despesas administrativas, ou seja, quanto as receitas cobrem as despesas administrativas.

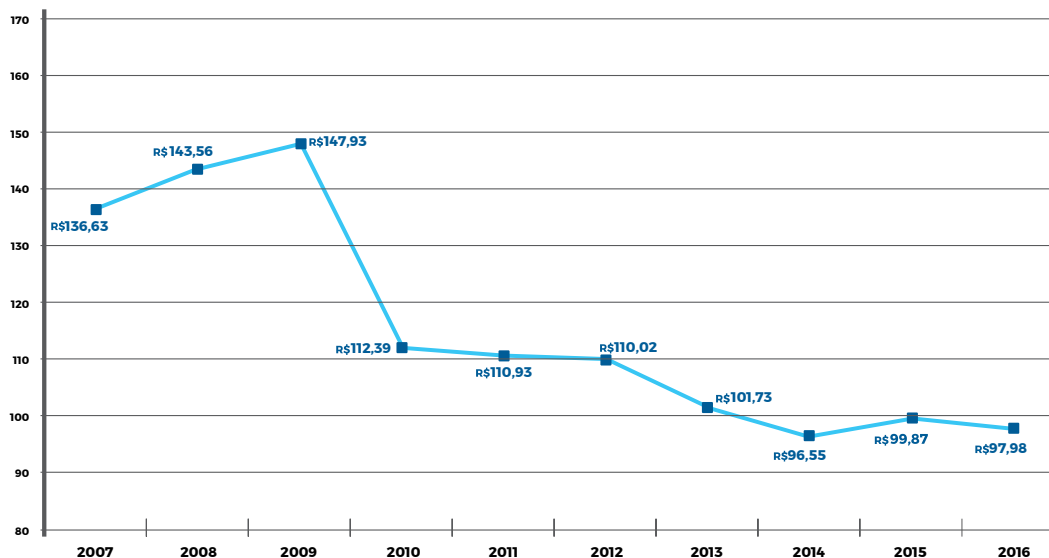
As metas e o realizado de cada indicador estão demonstrados na tabela a seguir:

INDICADORES DE GESTÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

INDICADORES	META	REALIZADO
Varição Orçamentária	+ - 10%	-3,01%
Custo Médio de Administração por Participantes	101,21	97,98
Taxa de Administração	0,3748%	0,3515%
Taxa de Administração dos Investimentos	0,1775%	0,1741%
Taxa de Administração dos Benefícios	0,1973%	0,1774%
Taxa de Carregamento	2,2533%	2,0075%
Índice de Cobertura das Despesas Administrativas	1,28	1,32

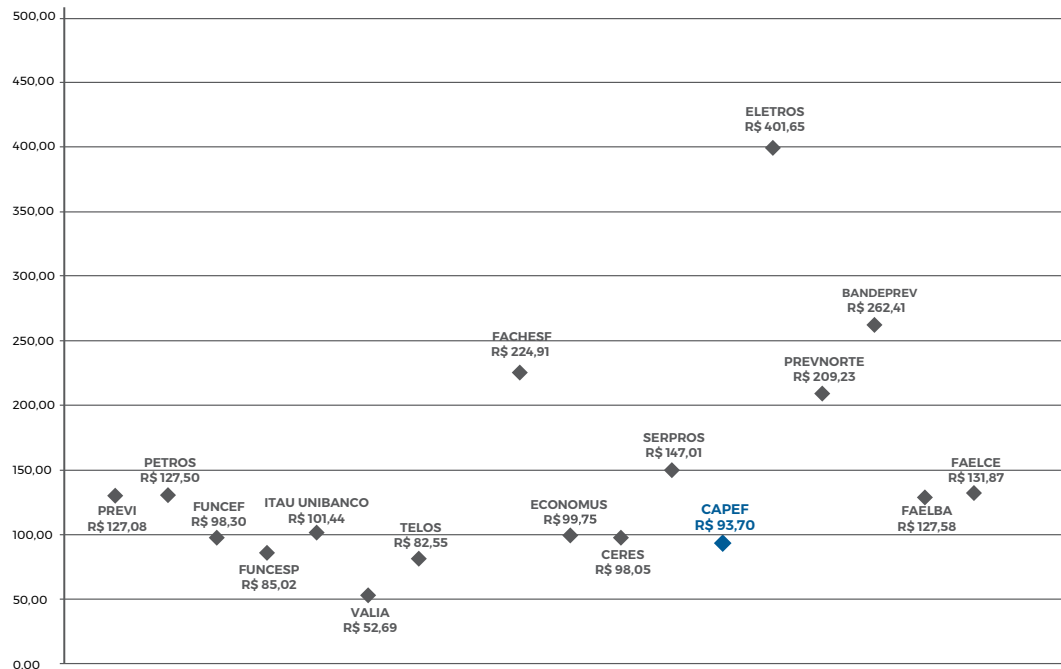
Custo Administrativo Mensal por Participante

Os resultados dos indicadores de gestão administrativa da Capef, apresentados no quadro anterior, comprovam a eficiência na administração dos recursos. Dentre esses indicadores, merece destaque o Custo Administrativo Mensal por Participante, o qual tem apresentado uma trajetória de redução nos últimos anos, conforme demonstra o gráfico a seguir.



Valores ano base Dez/2016

Ao comparar o seu desempenho com os demais Fundos de Pensão, a Capecf observou que o seu Custo Administrativo Mensal por Participante mantém-se em patamar inferior à média do mercado, inclusive abaixo do praticado por outras entidades com quantidade de participantes superior, conforme *benchmark* efetuado com as 18 maiores entidades do país. Segue abaixo o comparativo desse indicador com base nos dados de dezembro de 2015:



Posição: DEZ/2015



Demonstrações Contábeis

do exercício 2016

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro

EM R\$ MIL

ATIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
DISPONÍVEL	322	30
REALIZÁVEL	4.125.449	3.781.178
Gestão Previdencial	40.154	36.256
Gestão Administrativa	1.669	555
Investimentos	4.083.626	3.744.367
Títulos Públicos	801.339	479.470
Crédito Privados e Depósitos	57.963	29.067
Ações	6.925	7.459
Fundos de Investimento	2.821.343	2.827.212
Investimentos Imobiliários	272.635	290.863
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	122.445	109.286
Depósitos Judiciais/Recursais	271	346
Outros Realizáveis	705	664
PERMANENTE	13.516	10.926
Imobilizado	10.635	7.545
Intangível	2.881	3.381
TOTAL DO ATIVO	4.139.287	3.792.134

Fortaleza, 31 de janeiro de 2017

ZILANA MELO RIBEIRODiretora-Presidente
CPF 162.836.353-34**JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

PASSIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
EXIGÍVEL OPERACIONAL	6.230	25.185
Gestão Previdencial	3.348	2.421
Gestão Administrativa	1.351	1.168
Investimentos	1.531	21.596
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	167.295	123.298
Gestão Previdencial	162.456	119.151
Gestão Administrativa	1.776	552
Investimentos	3.063	3.595
PATRIMÔNIO SOCIAL	3.965.762	3.643.651
Patrimônio de Cobertura do Plano	3.875.661	3.572.150
Provisões Matemáticas	3.860.741	3.567.753
Benefícios Concedidos	2.583.659	2.485.353
Benefícios a Conceder	1.277.082	1.082.400
Equilíbrio Técnico	14.920	4.397
Resultados Realizados	14.920	4.397
Superávit Técnico Acumulado	14.920	4.397
Fundos	90.101	71.501
Fundos Previdenciais	19.333	16.139
Fundos Administrativos	61.845	48.278
Fundos dos Investimentos	8.923	7.084
TOTAL DO PASSIVO	4.139.287	3.792.134

CAMILLA BASTOS PAULINO
 Contadora - CRC - CE-023382/O-8
 CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

em 31 de dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
(+/-) A) Patrimônio Social - início do exercício	3.643.651	3.248.972	12,15
1. Adições	768.767	764.841	0,51
(+) Contribuições Previdenciais	245.023	215.459	13,72
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	492.951	524.763	-6,06
(+) Receitas Administrativas	22.817	17.455	30,72
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	6.137	5.453	12,54
(+) Constituição de Fundos de Investimento	1.839	1.711	7,48
2. Destinações	(446.656)	(370.162)	20,67
(-) Benefícios	(387.891)	(353.874)	9,61
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(43.378)	(2.433)	1.682,90
(-) Despesas Administrativas	(14.163)	(13.516)	4,79
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(1.224)	(339)	261,06
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	322.111	394.679	-18,39
(+/-) Provisões Matemáticas	292.988	376.406	-22,16
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	10.523	2.464	327,07
(+/-) Fundos Previdenciais	3.194	5.045	-36,69
(+/-) Fundos Administrativos	13.567	9.053	49,86
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.839	1.711	7,48
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	3.965.762	3.643.651	8,84

Fortaleza, 31 de janeiro de 2017

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente

CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos

CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8

CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO BD

em 31 de dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Varição (%)
1. Ativos	3.549.615	3.369.709	5,34
Disponível	288	23	1.152,17
Recebível	85.741	73.598	16,50
Investimento	3.463.586	3.296.088	5,08
Títulos Públicos	346.312	138.008	150,94
Créditos Privados e Depósitos	4.112	0	100,00
Ações	6.925	7.459	-7,16
Fundos de Investimento	2.742.701	2.769.253	-0,96
Investimentos Imobiliários	271.143	289.732	-6,42
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	91.417	90.626	0,87
Depósitos Judiciais / Recursais	271	346	-21,68
Outros Realizáveis	705	664	6,17
2. Obrigações	170.204	146.707	16,02
Operacional	4.685	23.960	-80,45
Contingencial	165.519	122.747	34,85
3. Fundos não Previdenciais	54.312	44.338	22,50
Fundos Administrativos	45.605	37.361	22,07
Fundos dos Investimentos	8.707	6.977	24,80
5. Ativo Líquido (1-2-3)	3.325.099	3.178.664	4,61
Provisões Matemáticas	3.310.329	3.174.303	4,29
Superávit/Déficit Técnico	14.770	4.361	238,68
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	14.770	4.361	238,68
b) (+/-) Ajuste de Precificação	296.685	286.511	3,55
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	311.455	290.872	7,08

Fortaleza, 31 de janeiro de 2017

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente

CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos

CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8

CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO CV I

em 31 de dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
1. Ativos	586.542	420.704	39,42
Disponível	33	6	450,00
Recebível	16.257	10.936	48,66
Investimento	570.252	409.762	39,17
Títulos Públicos	455.027	341.462	33,26
Crédito Privados e Depósitos	53.851	29.067	85,27
Fundos de Investimento	30.346	20.573	47,50
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	31.028	18.660	66,28
2. Obrigações	191	55	247,27
Operacional	191	55	247,27
3. Fundos não Previdenciais	16.456	11.024	49,27
Fundos Administrativos	16.240	10.917	48,76
Fundos dos Investimentos	216	107	101,87
5. Ativo Líquido (1-2-3)	569.895	409.625	39,13
Provisões Matemáticas	550.412	393.450	39,89
Superávit/Déficit Técnico	150	36	316,67
Fundos Previdenciais	19.333	16.139	19,79
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	150	36	316,67
b) (+/-) Ajuste de Precificação	970	835	16,17
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	1.120	871	28,59

Fortaleza, 31 de janeiro de 2017

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente

CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos

CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8

CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD

em 31 de dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	3.178.664	2.927.956	8,56
1. Adições	588.931	616.411	-4,46
(+) Contribuições	157.755	143.192	10,17
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	431.176	473.219	-8,88
2. Destinações	(442.496)	(365.703)	21,00
(-) Benefícios	(385.710)	(351.099)	9,86
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(43.378)	(2.433)	1.682,90
(-) Custeio Administrativo	(13.408)	(12.171)	10,16
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	146.435	250.708	-41,59
(+/-) Provisões Matemáticas	136.026	248.259	-45,21
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	10.409	2.449	325,03
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	3.325.099	3.178.664	4,61
C) Fundos não previdenciais	54.312	44.338	22,50
(+/-) Fundos Administrativos	45.605	37.361	22,07
(+/-) Fundos dos Investimentos	8.707	6.977	24,80

Fortaleza, 31 de janeiro de 2017

ZILANA MELO RIBEIRODiretora-Presidente
CPF 162.836.353-34**JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CV I

em 31 de dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	409.625	276.418	48,19
1. Adições	168.307	141.256	19,15
(+) Contribuições	106.532	89.712	18,75
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	61.775	51.544	19,85
2. Destinações	(8.036)	(8.049)	-0,16
(-) Benefícios	(2.181)	(2.776)	-21,43
(-) Custeio Administrativo	(5.855)	(5.273)	11,04
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	160.271	133.207	20,32
(+/-) Provisões Matemáticas	156.962	128.147	22,49
(+/-) Fundos Previdenciais	3.194	5.045	-36,69
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	114	15	660,00
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	569.896	409.625	39,13
C) Fundos não previdenciais	16.456	11.024	49,27
(+/-) Fundos Administrativos	16.240	10.917	48,76
(+/-) Fundos dos Investimentos	216	107	101,87

Fortaleza, 31 de janeiro de 2017

ZILANA MELO RIBEIRODiretora-Presidente
CPF 162.836.353-34**JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

em 31 de dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	48.278	39.225	23,08
1. Custeio da Gestão Administrativa	28.954	22.908	26,39
1.1. Receitas	28.954	22.908	26,39
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	19.263	17.444	10,43
Receitas Diretas	1	8	-87,50
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	6.137	5.453	12,54
Outras Receitas	3.553	3	118.333,33
2. Despesas Administrativas	14.163	13.516	4,79
2.1. Administração Previdencial	7.148	6.848	4,38
Pessoal e encargos	4.867	4.227	15,14
Treinamentos/congressos e seminários	55	62	-11,29
Viagens e estadias	54	57	-5,26
Serviços de terceiros	681	749	-9,08
Despesas gerais	834	760	9,74
Depreciações e amortizações	493	428	15,19
Tributos	164	565	-70,97
2.2. Administração dos Investimentos	7.015	6.668	5,20
Pessoal e encargos	5.022	4.356	15,29
Treinamentos/congressos e seminários	53	56	-5,36
Viagens e estadias	64	46	39,13
Serviços de terceiros	530	624	-15,06
Despesas gerais	690	638	8,15
Depreciações e amortizações	492	428	14,95
Tributos	164	520	-68,46
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	1.224	339	261,06
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	13.567	9.053	49,86
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	13.567	9.053	49,86
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	61.845	48.278	28,10

Fortaleza, 31 de janeiro de 2017

ZILANA MELO RIBEIRODiretora-Presidente
CPF 162.836.353-34**JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO BD

em 31 de dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	3.504.011	3.332.348	5,15
1. Provisões Matemáticas	3.310.329	3.174.303	4,29
1.1. Benefícios Concedidos	2.553.789	2.463.721	3,66
Benefício Definido	2.553.789	2.463.721	3,66
1.2. Benefícios a Conceder	756.540	710.582	6,47
Benefício Definido	756.540	710.582	6,47
2. Equilíbrio Técnico	14.770	4.361	238,68
2.1. Resultados Realizados	14.770	4.361	238,68
Superávit Técnico acumulado	14.770	4.361	238,68
Reserva de Contingência	14.770	4.361	238,68
3. Fundos	8.707	6.977	24,80
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	8.707	6.977	24,80
4. Exigível Operacional	4.686	23.961	-80,44
4.1. Gestão Previdencial	3.201	2.385	34,21
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.485	21.576	-93,12
5. Exigível Contingencial	165.519	122.746	34,85
5.1. Gestão Previdencial	162.456	119.151	36,34
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.063	3.595	-14,80

Fortaleza, 31 de janeiro de 2017

ZILANA MELO RIBEIRODiretora-Presidente
CPF 162.836.353-34**JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO CV I

em 31 de dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	570.302	409.787	39,17
1. Provisões Matemáticas	550.412	393.450	39,89
1.1. Benefícios Concedidos	29.870	21.632	38,08
Contribuição Definida	20.520	16.118	27,31
Benefício Definido	9.350	5.514	69,57
1.2. Benefício a Conceder	520.542	371.818	40,00
Contribuição Definida	520.542	371.818	40,00
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	257.432	183.966	39,93
Saldo de contas - parcela participantes	263.110	187.852	40,06
2. Equilíbrio Técnico	150	36	316,67
2.1. Resultados Realizados	150	36	316,67
Superávit Técnico acumulado	150	36	316,67
Reserva de contingência	150	36	316,67
3. Fundos	19.549	16.246	20,33
3.1. Fundos Previdenciais	19.333	16.139	19,79
3.2. Fundos de Investimentos	216	107	101,87
4. Exigível Operacional	191	55	247,27
4.1. Gestão Previdencial	147	36	308,33
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	44	19	131,58

Fortaleza, 31 de janeiro de 2017

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), fundada em 1967, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, multipatrocinada e com multiplano, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado sob a forma de sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado, que tem como objetivo principal assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes aposentados pela Previdência Social que sejam funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), Patrocinador-Fundador; Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (Camed); e a própria Capef, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

A Capef administra 02 (dois) planos de benefícios e um plano de gestão administrativa, conforme apresentados abaixo:

2.1) Plano de Benefício Definido – Plano BD

Plano de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.670.001-74 no CNPB – Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O Plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999.

Em 31 de dezembro de 2016, o plano possuía 1.741 participantes ativos (1.761, em 2015), 3.682 participantes assistidos (3.728, em 2015) e 1.192 beneficiários de pensão (1.163, em 2015).

A avaliação atuarial do Plano BD, com data-base de 31/12/2016, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com base nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23/2015:

Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	RP-2000 Suavizada em 15% (quinze por cento).
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss.
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas.
Hipótese familiar	Família observada no cadastro.
Taxa Real Anual de juros	5,5% a.a. (cinco e meio por cento ao ano).
Projeção de Crescimento Real de Salário	1% a.a. (um por cento ao ano).
Entrada em Aposentadoria	O fluxo de benefício de aposentadoria programada considera como hipótese de entrada em aposentadoria a data em que o participante atinge a elegibilidade de acordo com o regulamento do plano e, para os participantes já elegíveis, considera-se que o fluxo do benefício será iniciado imediatamente.

2.2) Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I

Plano de Contribuição Variável I, inscrito sob o nº 20.100.014-19 no CNPB da PREVIC, iniciou suas operações em 19/05/2010 e conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de repartição de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2016, contava com 5.315 participantes ativos (5.281, em 2015), 94 participantes assistidos (73, em 2015) e 22 beneficiários de pensão (15, em 2015).

A avaliação atuarial do Plano CV I, com data-base de 31/12/2016, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com base nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23/2015:

Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	RP-2000 com taxas de mortalidade suavizadas em 20% em todas as idades, Unisex (70% Masculina), projetada para 2014 com a aplicação da escala de redução futura “AA” segmentada por sexo nas probabilidades de morte (RP-2000 U p.2014 s.20%).
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência IAPC (suavizada em 50%).
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (suavizada em 50%).
Hipótese familiar	Família padrão composta de cônjuge de mesma idade do participante e de dois filhos válidos nascidos nas idades do participante correspondentes a 25 e 27 anos, de acordo com a recomendação do estudo de aderência.
Taxa Real Anual de juros	5,5% a.a. (cinco e meio por cento ao ano).
Projeção de Crescimento Real de Salário	A projeção de crescimento real de salário de cada participante do Plano CV I segue as regras contidas nos planos de cargo dos patrocinadores e em hipótese de progressão da verba de Adicional de Função em Comissão (AFC) indicadas por cada patrocinador.
Entrada em Aposentadoria	Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio.

2.3) Plano de Gestão Administrativa – PGA

As Entidades de Previdência Complementar (EFPC) adotaram, a partir

de janeiro de 2010, a nova planificação contábil instituída pela Resolução CGPC n.º 28, de 26 de janeiro de 2009, em seguida revogada pela Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011.

A mudança na legislação objetivou orientar e padronizar os registros contábeis das EFPCs, de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade e também em relação à convergência do padrão contábil brasileiro às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS - *International Financial Reporting Standards*), aprofundar a transparência e facilitar ao participante a leitura na divulgação de números, custos e resultados dos planos de previdência.

A alteração mais relevante se deu no âmbito administrativo com a criação do Plano de Gestão Administrativa – PGA para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC. As entidades foram obrigadas pelas novas regras a divulgar separadamente balanços e demonstrações de cada um dos planos que administra, conforme prevê a legislação.

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com maior detalhamento nas despesas administrativas e responsável pela gestão administrativa cotidiana por meio de um regulamento específico do plano, conferindo-lhe assim maior transparência.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada na sede da Capef e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas por plano de benefícios, consolidadas em moeda corrente e apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC N.º 29, de 31 de agosto de 2009; Instrução SPC N.º 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução DC/PREVIC N.º 5, de 08 de setembro de 2011 e Instrução MTPS/PREVIC No. 25, de 17 de Dezembro de 2015; a Resolução CNPC N.º 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC N.º 12, de 19 de agosto de 2013 e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos é segregada em três atividades (Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e o Fluxo dos Investimentos), formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização dos objetivos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, de forma a proporcionar informações adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63, da NBC T 19.27.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demons-

trações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstrac o do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstrac o das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa.

Os ajustes e eliminações necessários   consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC No. 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensac es de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do exercício social anterior. Os registros contábeis respeitam a autonomia dos planos de benefícios, sendo possível a identificação em separado do patrimônio dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

A preparação das demonstrações contábeis requer, nos casos das provisões para contingências judiciais e provisões matemáticas, o uso de estimativas na mensuração patrimonial, em que são consideradas expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas, e os valores de realização somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As principais práticas contábeis adotadas na CAPEF estão assim resumidas:

4.1) Resultados das Operações

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência, exceto as contribuições do Plano de Contribuição Variável I que são registradas pelo regime de caixa, conforme consente o item 8.1 do Anexo C – Normas Gerais da Resolução CNPC N  8, de 31 de outubro de 2011.

4.2) Composição do Ativo

4.2.1) Disponível

Registra as disponibilidades existentes em caixa e equivalentes de caixa, inclusive os cheques emitidos em poder da tesouraria.

4.2.2) Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Este grupo contempla, essencialmente, adiantamentos concedidos aos participantes e beneficiários assistidos, contribuições contratadas de responsabilidade de patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados) e beneficiários assistidos (pensionistas), assim como os depósitos judiciais/ recursais relativos às contingências previdenciais.

4.2.3) Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Neste grupo estão registrados os direitos a receber da Gestão Administrativa referente aos adiantamentos concedidos aos empregados, adiantamentos efetuados a terceiros para serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, valores a receber de terceiros, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências administrativas.

4.2.4) Ativo Realizável - Investimentos

Referem-se aos recursos garantidores dos planos previdenciais e aos recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, investimentos estruturados, imóveis, empréstimos e financiamentos imobiliários; em consonância com a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, alterada pelas Resoluções 3.846, de 25/03/2010 e 4.275, de 31/10/2013 e 4.449 de 20/11/2015, todas do Conselho Monetário Nacional - CMN. Os títulos da CAPEF podem ser classificados como “negociação” ou “mantidos até o vencimento”; a parcela dos ativos que está destinada para a manutenção da liquidez é classificada como “negociação”. Os demais títulos, que são classificados como mantido até o vencimento, respeitam o estudo de *Asset Liability Management* - ALM da Entidade.

Conforme a Resolução CNPC No. 15, de 19/11/2014, para apuração da taxa de juros real anual, a ser utilizada como meta para evolução do patrimônio de cada plano de benefícios, a entidade deverá demonstrar, em estudo técnico, a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo de receitas de contribuições e de pagamentos de benefícios.

O referido estudo deverá ser elaborado por profissional atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano de benefícios, para aprovação pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, bem como deverá estar acompanhado por parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

A Resolução CNPC No. 15/2014 também contempla o conceito de “duração de passivo”, cujo fator deverá ser rigorosamente observado para gerenciamento do plano, pelo fato de representar a métrica mais ajustada às características e especificidades de cada plano de benefícios previdenciários. Para esse fim, “duração do passivo” corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

De acordo com a metodologia constante no referido normativo e respectivas instruções, apresentamos a seguir “duração do passivo” e taxa real de desconto (e de rentabilidade dos investimentos), calculadas para os planos de benefícios administrados pela Capef, na posição de 31 de dezembro de 2016:

PLANO DE BENEFÍCIOS	TAXA REAL DE JUROS	DURAÇÃO DO PASSIVO
Plano BD	5,5%a.a.	8,99 anos
Plano CV I	5,5%a.a.	18,72 anos

4.2.4.1) Títulos Públicos

Nessa conta são lançados investimentos em títulos do governo, tais como Notas do Tesouro Nacional (Séries B, C e F), Letras do Tesouro Nacional e Letra Financeira do Tesouro. Atualmente os planos administrados pela CAPEF possuem alocações em Notas do Tesouro Nacional (Série B), que é indexada pela variação do IPCA, e Letra Financeira do Tesouro - LFT, esta atualizada pela variação da Selic. Os valores desses ativos registrados na categoria títulos para negociação são obtidos a partir da divulgação dos Preços Unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao *site* da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os ativos registrados na categoria mantidos até o vencimento têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.2) Crédito Privado e Depósitos

Este grupo incorpora as aplicações em Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE, Letras Financeiras-LF e Debêntures. As aplicações em DPGE são investimentos que contam com a garantia, de até R\$ 20 milhões por instituição financeira, do FGC - Fundo Garantidor de Crédito. As LF são títulos de longo prazo emitidos por instituições financeiras. Já as debêntures são títulos de crédito que podem ser emitidos por sociedades por ações de capital aberto. Os valores desses ativos registrados na categoria títulos para negociação são obtidos a partir da divulgação dos preços unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao *site* da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os ativos registrados na categoria mantidos até o vencimento têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.3) Ações

As ações integrantes dessa conta são avaliadas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC.

4.2.4.4) Fundos de Investimentos

a) Renda Fixa

São classificados como renda fixa os fundos que possuem, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados aos fatores de riscos que dão nome à classe. Fazem parte desses ativos: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN; os depósitos em poupança em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os

títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação - NCE e Cédulas de Crédito à Exportação - CCE; as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; os certificados de recebíveis de emissão de companhias e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Parte dos Títulos Públicos indexados ao IPCA e todos os DPGEs e LFs estão contabilizados como “títulos mantidos até o vencimento”, considerando que permanecerão em carteira até o vencimento, procedimento respaldado no Relatório de Avaliação Atuarial. A Resolução CGPC N° 15, de 23 de agosto de 2005, estabelece que a Entidade poderá vender os títulos a mercado, classificados como “títulos mantidos até o vencimento” apenas se a venda for realizada simultaneamente à aquisição de títulos da mesma natureza com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao do título alienado.

b) Multimercado

São classificados como multimercados, os fundos que possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. O Fortaleza Multimercado FI é contabilizado diariamente pela variação das quotas.

c) Investimentos Imobiliários

São fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, *shopping centers*, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do fundo ou pela venda das suas cotas do fundo, que podem ser negociadas na bolsa de valores.

4.2.4.5) Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição histórico ou pelo valor de reavaliação, determinado por perito independente, para imóveis adquiridos há mais de três anos. Do saldo individual de cada ativo, é subtraída a depreciação acumulada e são adicionados, eventualmente, valores de reformas realizadas, estas igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original, tudo em consonância com as determinações do CGPC e do CMN.

Os imóveis componentes da carteira são reavaliados no mínimo a cada três anos, em consonância com determinações da Instrução No. 34, de 24 de Setembro de 2009, em seu anexo A, item II Procedimentos Contábeis, subitem 19.

O valor da depreciação é calculado pelo método linear, com taxas diferenciadas para cada endereço, tomando-se por

base a vida útil remanescente do ativo determinada pelo laudo de avaliação emitido por pessoas físicas ou jurídicas legalmente habilitadas, não vinculadas direta ou indiretamente à Capef ou as suas patrocinadoras e/ou a seus administradores.

Os direitos obtidos através da alienação a prazo de imóveis são registrados observando-se o valor atualizado do saldo devedor do promitente comprador à luz do respectivo contrato, deduzida a provisão para perdas, estas limitadas ao valor de mercado atribuído gerencialmente às unidades imobiliárias envolvidas na transação de venda a prazo com registro de inadimplência.

Por sua vez, os direitos decorrentes de aluguéis a receber, encargos e pagamentos a recuperar são igualmente contabilizados pelo seu valor atualizado.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para devedores duvidosos, apresentada no quadro a seguir, ficando limitado a 100% do valor, nos casos de atraso no recebimento da receita superior a 360 dias, tudo em consonância com as determinações legais emanadas da Instrução MPS/SPC n°. 34, de 24 de setembro de 2009, na qual se baseia o quadro demonstrado a seguir:

Quadro I
Escala de Percentual de Provisão para Devedores Duvidosos

Quantidade de Dias em Atraso	Percentual de Provisão sobre Créditos (vencidos e vincendos)
entre 61 e 120 dias	25%
entre 121 e 240 dias	50%
entre 241 e 360 dias	75%
acima de 360 dias	100%

4.2.4.6) Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Os empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e beneficiários assistidos são registrados pelo valor contratado, acrescido dos encargos pactuados, com a inclusão ainda de encargos por eventuais atrasos.

A provisão de devedores duvidosos da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários adota escala gradativa similar à do quadro I, ver nota 5.3.5 e 5.3.6.

A rubrica Financiamentos Imobiliários está ainda retificada pelas provisões efetuadas para a cobertura de perdas decorrentes de duas naturezas: (1) do valor segurado, quando o saldo devedor do imóvel exceder ao limite máximo contratado com a companhia seguradora; (2) da política de deságio, que pode decorrer do recálculo do saldo devedor do financiamento para efeito de liquidação antecipada, ao se substituir

a taxa de juros contratual, de 10% a.a. ou 12% a.a., de acordo com cada contrato, pela taxa de juros de 6% a.a.

4.2.4.7) Depósitos Judiciais/Recursais

Corresponde aos valores desembolsados por ordem judicial, a título de adiantamento para condução dos recursos.

4.2.4.8) Outros Realizáveis

A conta Outros Realizáveis é formada pelos direitos do Plano BD decorrentes de Impostos a Compensar (vide nota 5.3.9).

4.2.5) Ativo Permanente

4.2.5.1) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estabelecida.

O bem imóvel encontra-se registrado pelo valor de mercado, determinado por laudo de elaboração elaborado por perito independente, atendendo ao prazo legal de no máximo 3 (três) anos, conforme estabelece a Instrução SPC N° 34, de 24 de setembro de 2009.

4.2.5.2) Intangível

A rubrica Intangível foi criada pela Resolução MPS/CGPC n°. 28, de 26 de janeiro de 2010 e mantida pela Resolução CNPC N° 8, de 31 de outubro de 2011 em consonância com a convergência do padrão brasileiro de contabilidade às normas do *IFRS (International Financial Reporting Standards)*.

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício.

4.3) Composição do Passivo

4.3.1) Exigível Operacional

Refere-se às obrigações da Entidade, conhecidas ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, representados por benefícios devidos a participantes, obrigações fiscais e outros compromissos a pagar e/ou a recolher.

4.3.2) Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável. Aquelas contingências classificadas com chance de perda possível encontram-se divulgadas em Nota Explicativa. Não há tratamento nas Demonstrações Contábeis para as contingências classificadas com chance de perda remota, conforme estabelece a Resolução n° 1.180, de 24 de julho de 2009.

4.3.3) Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos acumulados para fa-

zer frente às obrigações dos planos. Compõe o Patrimônio Social, o Patrimônio de Cobertura dos Planos e Fundos. O Patrimônio de Cobertura dos Planos se subdivide em Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico.

4.3.3.1) Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios

As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

a) Benefícios Concedidos - representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com pensões de dependentes.

b) Benefícios a Conceder - representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade no patrocinador.

4.3.3.2) Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas. Na ocorrência de superávit, deverá ser registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que por menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$.

Para fins desse cálculo, são consideradas as Provisões Matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirem característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

4.3.3.3) Fundos

Registra os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

a) Gestão Previdencial - fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica.

b) Gestão Administrativa - fundo constituído com a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. Os planos de benefícios transferem um percentual fixado pelo atuário responsável e aprovado pelo Conselho Deliberativo a título de Custeio Administrativo para o Plano de Gestão Administrativa com a finalidade de custear as despesas administrativas dos planos. O fundo é formado quando as despesas administrativas não excedem as receitas com custeio administrativo advindos dos planos de benefícios e pela rentabilidade do fundo aplicado.

- c) Investimentos – fundos destinados à quitação de empréstimos simples e de financiamentos imobiliários em caso de morte do mutuário, e de resíduos existentes após o prazo contratual no caso de financiamentos. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e pela rentabilidade dos recursos do fundo aplicado.

4.4) Gestão de Risco

A Capef entende que para atender seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões precisa gerir seus investimentos considerando todos os riscos que as diversas classes de ativos estão expostas, em conformidade com as normas que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

Em atendimento aos normativos acima, a Capef desenhou processos e desenvolveu metodologias com vistas à execução de todas as fases da gestão de riscos: identificação, avaliação, controle e monitoramento. As atribuições e responsabilidades das áreas integrantes destes processos estão definidas nos seus regimentos e as metodologias desenvolvidas estão aderentes às melhores referências de mercado, sendo frequentemente testadas e validadas. Os parâmetros, métricas e limites de risco constam das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios da Capef.

A gestão integrada dos riscos é fundamental para a segurança e solidez das operações realizadas pelos fundos de pensão. A Capef possui uma área, Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos – ASGER, que tem por objetivo identificar, gerenciar, tratar e monitorar os tipos de riscos aos quais a Entidade está exposta, a saber:

- a) Risco de Mercado: É o risco de que movimentos adversos no mercado (variação da taxa de juros, do preço dos ativos, etc.) possam afetar o desempenho econômico financeiro do plano. Para a gestão de risco de mercado a Capef utiliza-se de alguns instrumentos para mitigá-los são eles: relatórios diários com o *Value at Risk* – VaR; Relatório Mensal de Investimentos contendo informações sobre o desempenho e análise das carteiras; Relatório Trimestral de Risco, que apresenta projeções de rentabilidade, indicadores de risco e retorno e o acompanhamento dos demais tipos de risco; acompanhamento diário do desempenho dos planos de benefícios da Capef, onde é listado a *performance* de cada segmento no dia, mês e acumulado do ano e utilização de um Comitê de Investimento, através de reuniões mensais onde são discutidas opções de investimentos.
- b) Risco de Crédito (contraparte): É o risco relacionado com a capacidade dos emitentes das obrigações decorrentes do ativo financeiro de honrar os compromissos, na forma e condições assumidas, ou de concentração de créditos em poucos emitentes. O risco de crédito é mitigado através da utilização de um modelo de risco de crédito para aquisição de ativos, onde são levados em conta limites legais e da Política de Investimentos; análise de prazo e taxa de retorno; análise de indicadores financeiros do emissor. Outro mitigador são relatórios mensais de consultorias de investimentos e administrador com os ratings dos ativos de crédito que fazem parte dos investimentos da Capef. Por fim no Relatório Trimestral de Risco é feita uma análise da carteira de crédito da Capef.

- c) Risco de Liquidez: É o risco relacionado com o casamento de fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano. A liquidez do plano a Capef é monitorada por meio de modelo *Asset Liability Management* - ALM; acompanhamento mensal da liquidez seguindo as regras estabelecidas em suas Políticas de Investimento, além das análises feitas no Relatório Trimestral de Risco.
- d) Risco Operacional / Legal: É o risco associado a perdas resultantes da operação do negócio e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos). O risco operacional é mitigado por meio da utilização de um Comitê de Controles Internos que avalia e valida os dados referentes aos erros operacionais, visando controlar e mitigar continuamente os riscos; processos mapeados e revisados constantemente. No tocante ao risco legal, a Entidade dispõe de uma Assessoria Jurídica de Contencioso que possui processo estruturado de avaliação e provisionamento das contingências passivas decorrentes de ações judiciais, contando, inclusive, com um manual indicando todos os procedimentos relacionados a essa matéria. Trata-se de um processo dinâmico, que passa por análises contínuas, a fim de verificar a necessidade de se revisar o risco contingencial dessas ações, com a consequente constituição, minoração ou majoração de provisões. Adicionalmente, é feito ainda um acompanhamento do risco contingencial, presente no Relatório Trimestral de Risco.
- e) Risco Atuarial: É o risco que está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuariais não aderentes, cadastros desatualizados ou ainda descasamento entre ativos e passivos. A mitigação do risco atuarial inclui a verificação dos seguintes itens: descasamentos entre ativo e passivo; aderência das premissas financeiras e demográficas; adequação do plano de custeio; compatibilidade do método de financiamento adotado; resultado do plano (superávit, equilíbrio ou déficit); e independência do trabalho do atuário.

4.5) Tributação

4.5.1) Imposto de Renda - IR

A Lei nº 11.053/2004 introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto em seu artigo 5º, a partir de 1º de janeiro de 2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o recolhimento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente ou quando do resgate de sua reserva de poupança.

4.5.2) Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC

De acordo com a Lei nº 12.154/2009 e IN PC/PREVIC No. 3, de

10/10/2012, a CAPEF é obrigada ao recolher quadrimestralmente a TAFIC, cuja finalidade é contribuir para a cobertura dos custos com o processo de fiscalização e supervisão, executados pela PREVIC, sobre as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, no que se refere aos planos de benefícios previdenciários e ao plano de gestão administrativa.

4.5.3) PIS/COFINS sobre Receitas Administrativas

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade impetrou um mandado de segurança, em outubro de 2015, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre o patrimônio que administra. Por meio de decisão liminar, a Entidade vem efetuando depósitos mensalmente, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. No entanto, em julho de 2016, o Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender que ela não possui direito àquela isenção. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer depositando os valores dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra essa sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, e tal medida encontra-se pendente de análise pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.1) REALIZÁVEL - Gestão Previdencial

Neste grupamento estão registradas, entre outros valores, as diferenças de contribuições a receber, à medida que são realizadas adesões ao Regulamento Geral do ano de 2003 do Plano BD (R\$ 11 mil), os adiantamentos realizados a participantes que serão restituídos ao Plano BD (R\$ 213 mil), os depósitos que o Plano BD efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais) totalizando o montante de R\$ 39.606 mil, além de valores a serem ressarcidos principalmente de pensionistas de falecidos no Plano BD (R\$ 307 mil) e no CV (R\$ 17 mil).

EM R\$ MIL

PLANO	RECURSOS A RECEBER		ADIANTAMENTOS		DEPÓSITOS JUDICIAIS/ RECURSAIS		OUTROS REALIZÁVEIS		TOTAL	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
BD	11	10	213	213	39.606	35.780	307	234	40.137	36.237
CV	0	0	0	0	0	0	17	19	17	19
	11	10	213	213	39.606	35.780	324	253	40.154	36.256

5.2) REALIZÁVEL - Gestão Administrativa

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2016	2015
Contas a Receber	164	145
Contribuições para Custeio	26	12
Responsabilidade de Empregados	113	120
Responsabilidade de Terceiros	25	13
Despesas Antecipadas	122	210
Adiantamentos	39	61
Pagamentos Antecipados	64	141
Almoxarifado	19	8
Depósitos Judiciais/Recursais	1.378	195
Tributos a Compensar	5	5
TOTAL	1.669	555

O saldo deste grupamento corresponde a:

- a) Contas a Receber: custeio a ser recebido dos planos de benefícios, referente a ajustes nas contribuições do mês de dezembro; empréstimos de férias concedidos aos funcionários por ocasião de férias e valores que serão ressarcidos por terceiros.
- b) Despesas Antecipadas: adiantamentos realizados a funcionários por ocasião de férias, cuja apropriação se dará no mês de competência; cartões-refeição de funcionários; diversas licenças e garantias de manutenção de *softwares* e *hardwares* da Capef e estoque de materiais de escritório e de limpeza que serão reconhecidas como despesas com a sua efetiva utilização.
- c) Depósitos Judiciais/ Recursais: PIS/ COFINS recolhidos judicialmente. Ver nota 11.1.
- d) Tributos a Compensar: créditos de IRRF e CSLL retidos indevidamente. O crédito vem sendo mensalmente atualizado pela SELIC desde o reconhecimento até ser compensado junto à Secretaria da Receita Federal.

5.3) REALIZÁVEL - Investimentos

O saldo consolidado dos Investimentos, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está detalhado no quadro a seguir:

R\$ mil

Rubricas	2016	2015
Investimentos	4.083.626	3.744.367
Títulos Públicos	801.339	479.470
Nota do Tesouro Nacional	708.005	416.031
Letras Financeiras do Tesouro	93.334	63.439
Créditos Privados e Depósitos	57.963	29.067
Instituições Financeiras	41.971	17.987
Companhias Abertas	15.992	11.080
Ações	6.925	7.459
Patrocinadores	6.925	7.459
Fundos de Investimento	2.821.343	2.827.212
Renda Fixa	2.645.401	2.673.839
Ações	-	5.225
Multimercado	159.747	134.671
Empresas Emergentes	-	35
Imobiliário	16.195	13.442
Investimentos Imobiliários	272.635	290.863
Empréstimos	116.588	103.415
Financiamentos Imobiliários	5.857	5.871
Depósitos Judiciais/Recursais	271	346
Outros Realizáveis	705	664

5.3.1) Títulos Públicos

5.3.1.1) Nota do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Nota do Tesouro Nacio-

nal, Série - B, que são corrigidas pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das NTN-B variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Os títulos deste item são integrantes dos Planos BD e CV I, na posição de 31 de dezembro de 2016.

Plano BD

TIPO	EMISSION/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	3.000	7.883	8.529	9.085	VENCIMENTO	556
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.000	13.118	14.196	15.142	VENCIMENTO	946
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	350	950	1.000	1.060	VENCIMENTO	60
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.000	13.558	14.264	15.142	VENCIMENTO	878
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	15.892	16.656	VENCIMENTO	764
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	15.892	16.656	VENCIMENTO	764
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	15.892	16.656	VENCIMENTO	764
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	15.892	16.656	VENCIMENTO	764
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	1.000	2.971	2.986	2.986	NEGOCIAÇÃO	-
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	8.760	26.061	26.151	26.160	VENCIMENTO	9
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	7.500	22.303	22.381	22.398	VENCIMENTO	17
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.739	29.842	29.864	VENCIMENTO	22
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.749	29.852	29.864	VENCIMENTO	12
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.761	29.863	29.864	VENCIMENTO	1
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.761	29.863	29.864	VENCIMENTO	1
TOTAL					272.495	278.053		5.557

Plano CVI

TIPO	EMISSION/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	40	110	113	126	VENCIMENTO	13
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	660	1.696	1.864	2.074	VENCIMENTO	210
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.517	2.824	3.143	VENCIMENTO	318
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.990	5.649	6.285	VENCIMENTO	636
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	5.051	5.649	6.285	VENCIMENTO	636
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.470	2.824	3.143	VENCIMENTO	318
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	5.160	5.649	6.285	VENCIMENTO	636
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.550	2.824	3.143	VENCIMENTO	318
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.887	5.649	6.285	VENCIMENTO	636
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.851	5.649	6.285	VENCIMENTO	636
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.500	3.627	4.237	4.714	VENCIMENTO	477
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.382	3.088	3.143	VENCIMENTO	55
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.368	3.071	3.143	VENCIMENTO	72
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.367	3.062	3.143	VENCIMENTO	80
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.857	6.254	6.285	VENCIMENTO	31
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.266	2.824	3.143	VENCIMENTO	318
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.269	2.824	3.143	VENCIMENTO	318
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.625	5.895	6.285	VENCIMENTO	390
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.376	5.649	6.285	VENCIMENTO	636
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.200	4.903	6.126	6.914	VENCIMENTO	788
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.204	2.742	3.143	VENCIMENTO	400
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	4.000	10.320	11.949	12.570	VENCIMENTO	621
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	4.000	10.203	11.787	12.570	VENCIMENTO	783
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	5.057	5.838	6.285	VENCIMENTO	447
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.971	5.698	6.264	VENCIMENTO	566

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZA- DO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.937	5.602	6.264	VENCIMENTO	663
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.000	10.014	11.363	12.529	VENCIMENTO	1.166
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.923	5.586	6.264	VENCIMENTO	678
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.003	5.672	6.264	VENCIMENTO	592
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.959	5.602	6.264	VENCIMENTO	662
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.925	5.564	6.264	VENCIMENTO	701
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.925	5.564	6.264	VENCIMENTO	701
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.947	5.564	6.264	VENCIMENTO	700
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.469	8.393	9.397	VENCIMENTO	1.003
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.919	8.766	9.397	VENCIMENTO	631
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.279	5.844	6.264	VENCIMENTO	421
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.952	8.792	9.397	VENCIMENTO	605
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.240	5.794	6.264	VENCIMENTO	470
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.240	5.794	6.264	VENCIMENTO	470
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.987	8.830	9.397	VENCIMENTO	567
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.910	8.741	9.397	VENCIMENTO	656
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.922	8.740	9.397	VENCIMENTO	657
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.877	8.690	9.397	VENCIMENTO	706
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.251	5.793	6.264	VENCIMENTO	471
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.259	5.802	6.264	VENCIMENTO	463
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.592	2.852	3.132	VENCIMENTO	280
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.595	2.856	3.132	VENCIMENTO	276
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.545	2.801	3.132	VENCIMENTO	332
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.555	2.812	3.132	VENCIMENTO	320
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.562	2.820	3.132	VENCIMENTO	312
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.918	8.700	9.397	VENCIMENTO	697
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.785	5.193	6.264	VENCIMENTO	1.071
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.499	5.649	6.285	VENCIMENTO	636
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.200	7.702	8.314	10.023	VENCIMENTO	1.709
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.427	2.618	3.132	VENCIMENTO	514
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.861	5.244	6.264	VENCIMENTO	1.021
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.861	5.244	6.264	VENCIMENTO	1.021
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.770	5.113	6.264	VENCIMENTO	1.152
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.810	5.153	6.285	VENCIMENTO	1.132
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.814	5.142	6.285	VENCIMENTO	1.143
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	4.000	9.761	10.351	12.570	VENCIMENTO	2.219
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.140	7.549	9.397	VENCIMENTO	1.847
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.840	5.211	6.285	VENCIMENTO	1.074
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.809	4.990	6.264	VENCIMENTO	1.275
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	300	721	748	940	VENCIMENTO	191
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	500	1.202	1.247	1.566	VENCIMENTO	319
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.737	5.827	6.264	VENCIMENTO	438
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.000	11.376	11.702	12.529	VENCIMENTO	826
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	6.500	19.310	19.387	19.411	VENCIMENTO	25
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	300	907	917	943	VENCIMENTO	25
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	700	2.116	2.141	2.200	VENCIMENTO	59
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.089	6.158	6.285	VENCIMENTO	127
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	3.000	9.202	9.302	9.428	VENCIMENTO	125
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.747	5.810	6.264	VENCIMENTO	454
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	500	1.437	1.453	1.566	VENCIMENTO	113
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.924	2.945	3.143	VENCIMENTO	197
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.971	3.000	3.143	VENCIMENTO	142
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	5.966	6.025	6.285	VENCIMENTO	260
TOTAL					435.510	480.165		44.654

5.3.1.1.1) Nota do Tesouro Nacional - Ajuste de Precificação**5.3.1.1.1) Nota do Tesouro Nacional - Ajuste de Precificação**

A Resolução CNPC No. 16, de 19/11/2014, e posteriores instruções, estabelecem novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar a partir da apuração de superávit e déficit dos seus planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no Balanço. As sobras ou insuficiências, somente poderão ser destinadas e equacionadas, respectivamente, após a incorporação do montante de recursos que corresponde ao “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais”. O montante correspondente ao referido ajuste deverá ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constarão em nota explicativa no item 12.2.4 e podem resultar em valor positivo ou negativo, acrescendo ou deduzindo o resultado dos planos reportado no Balanço.

O “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais” de que trata a Resolução CNPC No. 16/2014 corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Apresentamos a seguir demonstrativo posicionado em 31 de dezembro, com a composição dos Títulos Públicos da Carteira Administrada do Plano de Benefício Definido, selecionados para o cálculo do ajuste de precificação, conforme estabelece a Resolução CGPC No. 4/2002, acrescidos dos valores que correspondem à apuração do “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais”, de acordo com a Resolução CNPC No. 16/2014:

Plano BD

EM R\$ MIL

TIPO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2016	VALOR AJUSTADO EM 31/12/2016	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO RESOLUÇÃO CNPC No. 16/2014
NTNB	15/08/18	20.000	59.861	60.859	998
NTNB	15/05/19	20.000	58.317	60.225	1.907
NTNB	15/08/20	28.400	83.637	87.136	3.499
NTNB	15/05/21	56.260	167.952	170.738	2.786
NTNB	15/08/22	35.350	101.557	109.295	7.739
NTNB	15/08/24	242.597	654.527	755.110	100.583
NTNB	15/05/35	316.106	766.926	881.356	114.430
NTNB	15/05/45	73.001	147.516	212.259	64.743
TOTAL	-	-	2.040.293	2.336.979	296.685

O ajuste de precificação referente ao final do exercício de 2016 foi de R\$ 296.685 mil. A variação do ajuste, em relação ao final do exercício de 2015, foi

positiva em R\$ 10.174 mil. A justificativa para tal fato, refere-se à aquisição de títulos durante o ano de 2016 com taxas de retorno acima da meta atuarial do plano.

Para o Plano CV I, os títulos públicos da carteira selecionados para o devido cálculo do ajuste de precificação, conforme estabelece a Resolução CGPC No. 4/2002, acrescidos dos valores que correspondem à apuração do “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais”, de acordo com a Resolução CNPC No. 16/2014:

Plano CV I

EM R\$ MIL

TIPO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2016	VALOR AJUSTADO EM 31/12/2016	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO RESOLUÇÃO CNPC No. 16/2014
NTNB	15/05/21	6.500	5.040	5.129	88
NTNB	15/08/50	2.000	3.342	4.224	882
TOTAL	-	-	8.383	9.353	970

O ajuste de precificação referente ao final do exercício de 2016 foi de R\$ 970 mil. A variação do ajuste, em relação ao final do exercício de 2015, foi positiva em R\$ 135 mil. A justificativa para tal fato refere-se à aquisição de títulos durante o ano de 2016 com taxas de retorno acima da meta atuarial do plano.

5.3.1.2) Letras Financeiras do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, cuja correção se dá pela SELIC. Os títulos deste item são ativos integrantes das carteiras dos Planos BD e CVI na posição de 31 de dezembro de 2016.

Plano BD

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
LFT	TESOURO	01/03/2020	112	25	34	34	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2020	138	910	1.164	1.164	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2020	4	2.616	2.998	2.998	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2020	138	3.181	3.638	3.638	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	820	1.016	1.164	1.164	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	327	18.200	20.784	20.784	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	356	3.709	4.211	4.211	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	432	4.662	5.176	5.176	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	2.468	5.897	6.523	6.523	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	500	217	236	236	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	602	4.989	5.070	5.070	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2021	479	3.159	4.036	4.036	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2021	448	3.075	3.775	3.775	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2021	169	789	945	945	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2021	354	1.191	1.424	1.424	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2022	615	2.543	2.983	2.983	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2022	775	6.013	6.905	6.905	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2022	28	2.401	2.754	2.754	MERCADO
TOTAL	-	-	-	-	73.817	73.817	-

Plano CVI

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZA- DO (R\$ MIL)
LFT	TESOURO	01/09/2021	818	6.499	6.889	6.889	MERCADO	-
LFT	TESOURO	01/09/2022	725	5.947	6.099	6.099	MERCADO	-
LFT	TESOURO	01/09/2022	776	6.499	6.529	6.529	MERCADO	-
TOTAL					19.517	19.517		-

5.3.2) Créditos Privados e Depósitos**5.3.2.1) Instituições Financeiras**

Estão contabilizadas aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito - DPGE e Letras Financeiras - LF pertencentes exclusivamente ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores dos DPGE e LF variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

Depósitos a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito - DPGE:

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZA- DO (R\$ MIL)
DPGE	Banco Mercantil do Brasil	04/04/17	4.000	4.000	7.394	7.394	VENCIMENTO	
TOTAL					7.394	7.394		

Letras Financeiras:

TIPO	EMISSOR/PA- PEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLI- CAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CON- TÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MER- CADO (R\$ mil)	CATEGORIA
LF	SAFRA	09/03/2022	10	5.000	6.643	6.643	VENCIMENTO
LF	BTG PACTUAL	09/03/2022	10	5.000	6.643	6.643	VENCIMENTO
LF	ITAÚ	29/08/2022	4	1.909	1.976	1.976	VENCIMENTO
LF	ITAÚ	29/08/2022	10	4.787	4.950	4.950	VENCIMENTO
LF	ITAÚ	22/08/2022	7	3.294	3.398	3.398	VENCIMENTO
LF	BRADESCO	14/06/2023	14	5.292	5.483	5.483	VENCIMENTO
LF	BRADESCO	14/06/2023	14	5.292	5.483	5.483	VENCIMENTO
TOTAL	-	-	-	-	34.577	34.577	-

5.3.2.2) Companhias Abertas

Estão contabilizadas, nesta conta, aplicações em Companhias Abertas, as debêntures da BNDES Participações - BN-DESPAR pertencentes ao plano BD e da Concessionária Auto Raposo Tavares - CART e da Cia Energética de Minas Gerais - CEMIG, pertencentes ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das debêntures variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Tais títulos privados encontram-se precificados na curva.

Plano BD

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIACÃO MERCADO X CONTABILIZA- DO (R\$ MIL)
DEBENTURE	BNDENPAR	15/05/2019	232	305	318	324	VENCIMENTO	6
DEBENTURE	BNDENPAR	15/05/2019	739	971	1.013	1031	VENCIMENTO	18
DEBENTURE	BNDENPAR	15/05/2019	285	374	391	398	VENCIMENTO	7
DEBENTURE	BNDENPAR	15/05/2019	577	758	791	805	VENCIMENTO	14
DEBENTURE	BNDENPAR	15/05/2019	385	506	528	537	VENCIMENTO	9
DEBENTURE	BNDENPAR	15/05/2019	782	1.027	1.072	1091	VENCIMENTO	19
TOTAL					4.112	4.185		73

Plano CVI

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIACÃO MERCADO X CONTABILIZA- DO (R\$ MIL)
DEBENTURE	Consercio- nário Rapo- so Tavares	15/12/2024	5.000	5.022	6.129	5.788	VENCIMENTO	-341
DEBENTURE	Cia Energé- tica de Mi- nas Gerais	15/02/2025	1.000	998	1.223	1.034	VENCIMENTO	-189
DEBENTURE	Cia Energé- tica de Mi- nas Gerais	15/02/2025	3.700	3.692	4.528	3.826	VENCIMENTO	-702
TOTAL					11.880	10.648		-1.232

5.3.3) Ações**5.3.3.1) Patrocinadores**

A Carteira é composta por ações ON do patrocinador instituidor Banco do Nordeste do Brasil - S.A pertencentes ao Plano BD. Os papéis possuem um valor de mercado de R\$ 6.925 mil. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da Bovespa em que foram negociadas.

5.3.4) Fundos de Investimento**5.3.4.1) Renda Fixa**

A carteira de Renda Fixa dos planos administrados pela Capef é composta pelo Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo, com gestão do BNB compartilhada com a Capef, cotas do fundo *Capital Market*, com gestão do Banco BTG Pactual, cotas do fundo Vinci FI Renda Fixa Imobiliário, com gestão da *Vinci Partners* e cotas do fundo Santander FIC FI Institucional com gestão do Banco Santander Brasil, estes dois últimos pertencentes às carteiras próprias dos planos BD e CVI. A seleção desses fundos é realizada pelo Comitê de Investimentos da Entidade por meio de critérios objetivos. As taxas de administração cobradas por esse fundos estão dentro dos padrões praticados pelo mercado.

As aplicações encontram-se integralmente custodiadas junto à instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme prevê a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

Segue o detalhamento da carteira de fundos de RF consolidada:

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	CATEGORIA	VALOR DA VARIACÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/18	20.000	53.470	59.861	60.495	Vencimento	634
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/19	20.000	52.686	58.317	59.757	Vencimento	1.439
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/20	28.400	49.906	83.637	86.077	Vencimento	2.440
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/24	242.597	337.605	654.527	738.155	Vencimento	83.627
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/35	316.106	513.686	871.184	970.192	Vencimento	99.008
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/45	260.225	367.181	664.300	800.729	Vencimento	136.429
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	1.300	3.268	4.085	4.085	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	42.000	130.764	171.981	131.985	Vencimento	-39.996
COMPROMISSADAS	Tesouro Nacional	07/03/17	4.428	37.358	37.377	37.377	Negociação	-
Fundo Crédito Privado II	BTG Pactual	01/01/19	2.318.078	3.036	1.297	1.297	Negociação	-
CONTAS PAGAR/RECEBER	-	-	-	-	263	263	-	-
TESOURARIA	-	-	-	-	3	3	-	-
(A) Fundo Bco Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo	-	-	-	-	-	2.890.415	-	283.582
(B) Cota do Fundo Vinci FI RF Imobiliário	Vinci	-	142.324	-	20.826	20.826	Negociação	-
(C) Cota do Fundo Capital Market	BTG Pactual	-	45.754	-	344	344	Negociação	-
(D) Cotas do Fundo Santander FIC Referenciado DI RF	SANTANDER	-	66.048	-	9.751	9.751	Negociação	-
(E) Cotas do fundo BNB FIC Referenciado DI RF	BNB	-	6.245.677	-	7.929	7.929	Negociação	-
Sub-total Fundos de Renda Fixa (A+B+C+D+E)	-	-	-	-	2.645.683	2.929.264	-	283.582
(-) Bloqueio Judicial	-	-	-	-	-282	-	-	-
Total Fundos de Renda Fixa	-	-	-	-	2.645.401	-	-	283.582

As cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo são segregadas entre dois planos da Capef: BD e PGA - Plano de Gestão Administrativa. O Plano BD detêm 49.780.550 cotas, enquanto o PGA é detentor de 939.682 cotas. Entretanto, dentro desta carteira, ainda há R\$ 282 mil destinados a bloqueios judiciais. Segue a segregação dos valores monetários das cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo entre os planos de benefícios BD e PGA.

EM R\$ MIL

	2016	2015
(A) Fundo Bco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo	2.606.833	2.654.071
Plano BD	2.558.537	2.616.685
Plano de Gestão Administrativa	48.296	37.386

5.3.4.2) Multimercado

A rubrica Multimercado é composta pelo Fundo Fortaleza Multimercado cujos títulos e valores mobiliários encontram-se discriminados a seguir. Seu patrimônio é composto exclusivamente por recursos do Plano BD e totaliza R\$ 159.747 mil em de 31 de dezembro de 2016.

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
Fundos Imobiliários	-	-	-	11.505	9.982	9.982	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Bradesco	-	2.950.911	-	28.584	28.584	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Vinci Partrns	-	66.205	-	9.687	9.687	Negociação	-
FIDC	CESP	15/06/17	22	6.875	457	457	Negociação	-
Debêntures	Transmissão Paulista	15/12/17	250.000	2.522	995	995	Vencimento	-
Debêntures	CEMIG	15/12/17	780.000	7.816	4.587	4.587	Vencimento	-
Debêntures	Conc. Auto Raposo Tavares	15/12/24	5.000	5.021	5.789	5.789	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	5.000	12.173	15.697	15.713	Vencimento	16
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	1.600	3.879	5.002	5.028	Vencimento	26
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/55	1.000	2.531	2.770	3.132	Vencimento	363
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/55	2.000	5.075	5.554	6.264	Vencimento	710
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/55	1.000	2.527	2.766	3.132	Vencimento	366
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/21	1.240	3.689	3.703	3.703	Negociação	-
LFT	Tesouro Nacional	01/03/19	580	3.788	4.895	4.895	Negociação	-
LFT	Tesouro Nacional	01/03/20	720	4.703	6.073	6.073	Negociação	-
LFT	Tesouro Nacional	01/09/21	4.180	30.621	35.201	35.201	Negociação	-
LFT	Tesouro Nacional	01/03/22	2.140	16.226	18.011	18.011	Negociação	-
Contas a pagar e a receber	-	-	-	-	-23	-23	-	-
Tesouraria	-	-	-	-	17	17	-	-
Total de Renda Fixa				118.951	159.747	161.227		1.481

5.3.4.3) Imobiliário

Segmento composto por cotas de fundos, que investem em empreendimentos imobiliários. Os fundos pertencem aos Planos BD e CV I e possuem, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 16.195 mil aplicados em cotas de quatro fundos imobiliários conforme quadros a seguir:

Plano BD

EM R\$ MIL

ATIVOS	CUSTO	FINANCEIRO
FII BR PLURAL ABSOLUTO	5.008	4.039
FATOR IFIX FII	5.040	4.496
SP DOWNTOWN FII	28	24
TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO	10.076	8.560

Plano CV I

EM R\$ MIL

ATIVOS	CUSTO	FINANCEIRO
SANTANDER AGÊNCIA FII	2.971	2.495
SP DOWNTOWN FII	5.000	3.057
FII BR PLURAL ABSOLUTO	2.500	500
FATOR IFIX FII	2.000	1.582
TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO	12.471	7.635

5.3.5) Investimentos Imobiliários

A carteira de investimentos imobiliários, pertencente ao Plano de Benefício Definido e ao Plano de Gestão Administrativa, encerrou o ano de 2016 com ativos distribuídos em seis estados da federação e detendo valor total de R\$ 272.635 mil, sendo no Plano BD R\$ 271.143 mil (R\$ 290.863 mil, em 2015), R\$ 266.879 mil pertencentes às edificações e respectivos direitos, R\$ 4.264 mil referentes a direitos líquidos creditórios por vendas a prazo de imóveis, créditos diversos. Compondo o PGA temos R\$ 1.492 mil (R\$ 1.131 mil em 2015) referentes a edificações.

A tabela a seguir sintetiza a posição da carteira observada ao final de 2016:

EM R\$ MIL

ATIVOS	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	272.635	290.863	-6,27%
EDIFICAÇÕES	268.372	277.170	-3,17%
IMÓVEIS LOCADOS	231.297	239.476	-3,42%
IMÓVEIS DESOCUPADOS	36.754	37.440	-1,83%
OUTROS (ÁREAS CEDIDAS AO CONDOMÍNIO)	321	254	26,22%
DIREITOS CREDITÓRIOS	4.264	13.693	-68,86%
LOCAÇÕES	1.541	2.007	-23,23%
ALIENAÇÕES	2.723	11.686	-76,70%

5.3.5.1) Edificações

Iniciamos o ano de 2016 com um desenquadramento passivo de 0,79 ponto percentual em função dos resultados positivos das reavaliações ocorridas nos últimos anos. Vale ressaltar que o inciso I do artigo da Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, não considera infração aos limites estabelecidos nesta norma os desenquadramentos passivos decorrentes de valorização de ativos. Não obstante, a Entidade conseguiu o reenquadramento da carteira de imóveis do Plano BD ao limite legal de 8%, resultado das vendas de imóveis ocorridas durante os últimos anos.

Ao longo do exercício de 2016, no tocante aos ativos edificados, a carteira teve reduções patrimoniais decorrentes da venda de salas e vagas nos imóveis localizados nos Edifício Beira Mar Trade Center (CE) e Edifício Visconde de Ouro Preto (RJ).

Os imóveis reavaliados trouxeram reflexos patrimoniais no Plano BD, tudo à luz da periodicidade trienal, prevista na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Para tanto, a Entidade efetuou, com base em laudos de avaliação independente, a reavaliação dos ativos discriminados no quadro seguinte, obtendo-se acréscimo líquido de R\$ 631 mil ao valor da carteira do Plano de Benefício Definido:

QUADRO DE REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL - 2016 PLANO BD

EM R\$ MIL

UF	IMÓVEL	MÊS	CUSTO CONTÁBIL ANTERIOR	VALOR DE AVALIAÇÃO	RESULTADO LÍQUIDO DA REAVALIAÇÃO	VARIAÇÃO (%)
BA	Ed. Catabas Center	mar/16	24.329	16.017	(8.312)	-34,16%
DF	Ed. Paulo Sarasate	mar/16	9.476	11.951	2.475	26,12%
CE	Galeria São Luiz	mai/16	6.165	7.128	963	15,63%
CE	Prédio Barão de Studart	mai/16	7.909	10.500	2.591	32,75%
PE	Ed. Apolônio Sales	set/16	72.726	72.440	(286)	-0,39%
RJ	Ed. Século de Frontin	set/16	9.810	9.800	(10)	-0,10%
RJ	Ed. Manhattan Tower	set/16	30.077	30.995	918	3,05%
RJ	Ed. Gustavo de Matos	set/16	3.138	3.578	440	14,02%
PE	Galpão Oliveira Lima	out/16	2.864	4.716	1.852	64,68%
			166.493	167.125	631	+ 0,38%

A carteira de imóveis do PGA, por conta de reavaliação, cresceu R\$ 374 mil conforme quadro a seguir:

PGA

EM R\$ MIL

UF	IMÓVEL	MÊS	CUSTO CONTÁBIL ANTERIOR	VALOR DE AVALIAÇÃO	RESULTADO LÍQUIDO DA REAVALIAÇÃO	VARIAÇÃO (%)
CE	Ed. Paulo Aguiar Frota	out/16	1.098	1.472	374	34,02%
			1.098	1.472	374	+ 34,02%

Em 2016, a conta de passivo de investimentos imobiliários possuía um saldo de R\$ 1.137 mil, com destaque para as garantias recebidas em razão de imóveis locados a terceiros - caução, que detinha saldo individual de R\$ 850 mil, entre outras obrigações transitórias (aluguéis antecipados e valores/despesas a apropriar).

5.3.5.2) Locações

Na carteira de imóveis, encontram-se registrados 136 contratos de locação comercial, de onde provêm as principais receitas do segmento. Destarte, o saldo líquido da rubrica de locações, no final do exercício, conta com um total de R\$ 1.541 mil (R\$ 2.007 mil, em 2015).

No ano de 2016, o total de direito obtido sobre locações alcançou a soma de R\$ 13.962 mil (R\$ 13.436 mil, em 2015), relativo a aluguéis vencidos e vincendos, além de encargos por atraso, pagamentos a recuperar e recebimentos por compensação.

Entretanto, o valor acima é retificado pelas contas de provisões para perdas com aluguéis, encargos e pagamentos a recuperar, decorrentes do não pagamento por locatários que devolveram ou abandonaram o imóvel, atingindo o montante de R\$ 12.421 mil, em 2016 (R\$ 11.429 mil, em 2015). As provisões são calculadas em consonância com os critérios definidos pela Instrução MPS/SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, conforme demonstrado anteriormente.

5.3.5.3) Alienações

Ocorreram as seguintes alienações de imóveis durante o exercício de 2016:

EM R\$ MIL

UF	IMÓVEL	UNIDADES	MÊS	CUSTO CONTÁBIL	VALOR VENDA	JUROS FINANCIAMENTO	VALOR TOTAL VENDA	LUCRO	VARIAÇÃO (%)
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	vaga 437	jan/16	24	26			2	+ 7,42%
RJ	Ed. Visconde de Ouro Preto	Loja, Sobreloja e Subloja	fev/16	6.770	6.900			130	+ 1,92%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	vaga 333 e 334	nov/16	48	54	4	58	6	+ 12,17%
				6.842	6.980	4	58	138	+ 2,01%

No entanto, a Entidade possui ainda um saldo de R\$ 218.779 mil relativo a parcelas vencidas e vincendas de vendas a prazo realizadas, além de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações referentes aos prédios Beira Mar Trade Center, Pedro Filomeno e Medical Center, todos localizados em Fortaleza-Ce.

O saldo acima informado é retificado, principalmente, pela parcela de provisão de perdas de recebimento de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações. As provisões de perdas são calculadas com base na diferença entre o valor atualizado do saldo devedor, inclusive encargos por atraso, e o valor de mercado atribuível gerencialmente às unidades imobiliárias alienadas. Em dezembro de 2016, tal provisão alcançou o saldo de R\$ 216.024 mil, do qual se destaca o valor de R\$ 216.008 mil, relativo a vendas na década de 90, do empreendimento Beira Mar Trade Center (CE), todas com processos judiciais em andamento. Para composição do valor líquido dos direitos de alienações é deduzida ainda à rubrica de juros a apropriar (R\$ 16 mil).

Assim, o saldo líquido da conta de alienação de imóveis, no final do exercício, conta com um montante de R\$ 2.723 mil (R\$ 11.686 mil, em 2015).

Segue a composição do saldo devedor líquido, por imóvel alienado: R\$ 96 mil referentes a salas do prédio Medical Center (CE); R\$ 2.577 mil para o BMTC (CE) e R\$ 50 mil para apartamento do Edifício Pedro Filomeno (CE).

5.3.6) Empréstimos a Participantes**Plano BD**

No exercício de 2016, o plano realizou 2.615 liberações de empréstimos, com portfólio ao final do ano de 9.102 contratos ativos, totalizando R\$ 85.560 mil.

Os empréstimos atualizados com base na variação do IGP-DI representam 0,56% da carteira onde 98,19% referem-se aos saldos de empréstimos atualizados pela variação do INPC, e apenas 1,25% referem-se aos contratos atualizados pela equivalência salarial.

Para garantia dos empréstimos contratados, desde o ano de 2006, o plano BD conta com o Fundo Garantidor de Empréstimo unificado. Esse instrumento objetiva assegurar a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. O Fundo Garantidor de Empréstimo terminou 2016 com saldo de R\$ 8.094 mil (R\$ 6.438 mil em 2015), de acordo com o demonstrativo a seguir:

SALDO EM DEZ/15 (R\$ MIL)	ENTRADAS (R\$ MIL)	BAIXAS (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (R\$ MIL)	SALDO EM DEZ/16 (R\$ MIL)
6.438	1.991	1.242	907	8.094

O fundo foi criado após parecer atuarial como alternativa de redução do custo de seguridade para o associado e oferecimento de solvência ao então grupamento de mutuário alocado nesta modalidade de seguro na Entidade.

Plano CV I

No exercício de 2016, o Plano CV I realizou 3.212 liberações de Empréstimos, apresentando ao final do período um portfólio de 5.292 contratos ativos, no valor de R\$ 31.028 mil, em 2015 o valor correspondeu a R\$ 18.660 mil. A carteira é atualizada pela variação do IPCA em sua totalidade.

O Plano CV I também possui Fundo Garantidor de Empréstimo e ao final de 2016, o saldo da rubrica importava em R\$ 216 mil (R\$ 107 mil em 2015), de acordo com o demonstrativo a seguir:

SALDO EM DEZ/15 (R\$ MIL)	ENTRADAS (R\$ MIL)	BAIXAS (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (R\$ MIL)	SALDO EM DEZ/16 (R\$ MIL)
107	150	63	21	216

5.3.7) Financiamento Imobiliário

A linha de financiamento imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo ao final de 2016 somente 46 contratos ativos no valor total de R\$ 5.857 mil (R\$ 5.871 mil em 2015), saldo líquido após o desconto de todas as provisões de perdas efetuadas.

Desde 2003, o Conselho Deliberativo da Capecf implementou a política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários do Plano BD, que contempla: (1) programa de deságios para quitação à vista ou refinanciamento do saldo devedor; (2) dação em pagamento do imóvel para liquidação integral da dívida existente; e (3) quitação do saldo devedor ou reconstrução do financiamento, tomando-se por base o valor de mercado, definido por laudo técnico de avaliação devidamente atualizado.

A política de reestruturação da carteira de financiamentos imobili-

ários explica a existência de provisão para deságio ao final de 2016 de R\$ 2.809 mil, valor resultante do recálculo do contrato pela taxa equivalente a INPC + 6% ao ano. Paralelamente, encontra-se constituída uma provisão no montante de R\$ 1.641 mil para os casos de inadimplência, ao final de 2016.

A cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente é garantida por seguro prestamista, com o valor do capital segurado limitado a R\$ 547 mil para mutuários com idade inferior ou igual a 65 anos, enquanto esse limite é de R\$ 400 mil para mutuários com idade superior a 65 anos. O seguro é contratado anualmente e contempla casos de sinistro por falecimento ou por invalidez decorrente de acidente ou doença. Os saldos devedores que ultrapassam o valor fixado na apólice encontram-se provisionados em face do risco de perda, totalizando o montante de R\$ 38.158 mil em 31 de dezembro de 2016.

5.3.8) Depósitos Judiciais/Recursais

O saldo de R\$ 271 mil em 2016 (R\$ 346 mil em 2015) depositado em juízo pelo Plano BD viabilizou a defesa da Entidade em três processos, a saber: a) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras; b) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbências incidentes sobre ações de rescisões contratuais de compra e venda de salas e vagas de garagem do Edifício Beira-Mar Trade Center, em decorrência de inadimplência; c) ação que pleiteia a devolução de valores recolhidos à União a título de imposto de renda e a declaração de inconstitucionalidade do art. 6º, §1º e 2º, do Decreto-Lei nº 2.065/83, sob o argumento de que a Capef goza de imunidade tributária; e d) ação de revisão dos contratos de compra e venda das salas 910 e 911 e das vagas de garagem 533 a 536 do Edifício Beira Mar Trade Center.

5.3.9) Outros Realizáveis

O saldo de R\$ 705 mil (R\$ 664 mil em 2015) da conta Outros Realizáveis, pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formado pelos créditos tributários referentes a retenções indevidas de IR, descontados do recebimento de aluguéis e de juros sobre capital próprio relativo a ações preferenciais e ordinárias do BNB. A Capef já solicitou a restituição dos valores junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e aguarda decisão daquele órgão.

6. PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2016, o Ativo Permanente da Capef, pertencente exclusivamente ao Plano de Gestão Administrativa, apresentou saldo de R\$ 13.516 mil (R\$ 10.926 mil em 2015).

6.1 Imobilizado

A rubrica Imobilizado apresentou saldo de R\$ 10.635 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 7.545 mil em 2015).

R\$ mil

	2016	2015
Imobilizado	10.635	7.545
Bens Móveis	591	659
Bens Imóveis	10.044	6.886

Visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, a CAPEF realiza estudo acerca de seu ativo imobilizado desde 2011. Trata-se do Teste de Recuperabilidade ou “*Impairment Test*”, introduzido pela Resolução CFC 1.110, de 29 de novembro de 2007 que aprovou a NBC T 19.10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A NBC T rege que, caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O teste de recuperabilidade aplicado pela CAPEF não encontrou evidências que assinalem grupo de ativos que estejam desvalorizados, tendo em vista a idade recente de seus bens e do parque tecnológico que compõe o imobilizado.

No exercício de 2016, o imóvel sede da Capef, pertencente ao Plano de Gestão Administrativa foi reavaliado baseado em laudos de perito independente conforme a Instrução No. 34, de 24 de setembro de 2009, anexo A, alterada pela Instrução PREVIC No. 15 de 12 de novembro de 2014 onde prevê que as avaliações imobiliárias devem ser realizadas, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos, a cada três anos. A Capef utiliza a reavaliação trienal para o seu imóvel do PGA. Segue detalhamento da reavaliação realizada:

IMÓVEL	HISTÓRICO	DATA DA REAVALIAÇÃO ANTERIOR	DATA DA REAVALIAÇÃO	AVALIADOR	CUSTO CONTÁBIL ANTERIOR R\$ mil	VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ mil	RECEITA DE REAVALIAÇÃO LÍQUIDA R\$ mil	VARIAÇÃO %	VIDA ÚTIL REMANESCENTE (EM ANOS)
ED. PAULO AGUIAR FROTA (CE)	PRÉDIO SEDE	31/12/13	30/09/16	1	2.135 4.042	3.094 6.532	3.449	+ 55,84%	62
				TOTAL	6.177	9.626	3.449	+ 55,84%	+ 55,84%

6.2) Intangível

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício. Em 31 de dezembro de 2016, apresentou saldo de R\$ 2.881 mil (R\$ 3.381 mil em 2015). Segue detalhamento da composição do intangível.

PROJETOS	CUSTO TOTAL	PRAZO DE AMORTIZAÇÃO	INÍCIO DA AMORTIZAÇÃO	% AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO NO ANO (R\$ MIL)	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)
Sistema de Benefício	2.618	120 meses	mai/11	10%	262	1.484	1.134
Sistema de Imóveis	478	120 meses	mar/16	10%	40	40	438
Sistema de Empréstimos	83	60 meses	jan/11	20%	1	83	0
Sistema de Cálculo Atuarial	10	60 meses	abr/11	20%	1	10	0
Sistema Gestão Administrativa Patrimonial	429	60 meses	jul/15	20%	86	129	300
Sistema de Provisão Judicial	50	60 meses	jan/11	20%	10	50	0
Sistema de Gestão Atuarial	888	120 meses	mar/16	10%	74	74	814
Software	856	60 meses			33	661	194
TOTAL	5.412				507	2.531	2.881

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1) Previdencial

No final do exercício de 2016, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 3.348 mil (R\$ 2.421 mil em 2015).

O saldo corresponde, primordialmente, a aposentadorias, pensões, restituições e pecúlios a serem pagos aos participantes do Plano BD, bem como a retenções de Imposto de Renda sobre benefícios e resgates de contribuições a serem repassados à Secretaria da Receita Federal na devida competência.

7.2) Administrativo

O saldo corresponde aos compromissos assumidos pela Capecf relativo ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviços de terceiros, gastos com manutenção da CAPEF (água, energia, telefone etc.). No final do exercício de 2016, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.351 mil (R\$ 1.168 mil em 2015).

7.3) Investimentos

No final do exercício de 2016, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.531 mil (R\$ 21.596 mil em 2015), composto principalmente por exigibilidades do plano BD, tais como: a) cauções recebidas de locatários de imóveis; b) condomínios a pagar; c) serviços de corretagem relativos à locação de salas comerciais e d) seguro de vida de financiamentos imobiliários a repassar à seguradora.

Neste grupo encontravam-se registrados, preponderantemente, os tributos compensados com os créditos tributários provenientes do RET - Regime Especial de Tributação, reconhecidos em 2007 e não homologados em 2008. A exigibilidade surgiu após a compensação dos tributos de responsabilidade da Capecf no período de janeiro de 2007 a abril de 2008. Em setembro de 2016, a Secretaria da Receita Federal indeferiu, em última instância, o pedido de tais as compensações. Com o indeferimento, a Capecf recolheu R\$ 19.800 mil, registrando a baixa da exigibilidade tributária. Vide nota 11.2.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registram-se no exigível contingencial ocorrências vinculadas a decisões judiciais futuras que poderão ou não gerar desembolsos aos planos administrados pela Entidade e depósitos que o Plano efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais).

Em 31 de dezembro de 2016, o Exigível Contingencial, pertencente ao Plano BD e ao PGA, totalizou R\$ 167.295 mil (R\$ 123.298 mil em 2015). Não há, até esta data, qualquer passivo contingencial para o Plano CV I. Segue detalhadamente a composição da rubrica:

EM R\$ MIL

RUBRICA	2016	2015
Exigível Contingencial	167.295	123.298
Gestão Previdencial	162.456	119.151
Provisionado (Provável)	122.850	83.371
Depósito Judicial	38.256	34.486
Depósito Recursal	1.350	1.294
Gestão Administrativa	1.776	552
Provisionado (Provável)	301	258
Depósito Judicial	1475	294
Investimentos	3.063	3.595
Provisionado (Provável)	2.792	3.249
Depósito Judicial	271	346

8.1) Gestão Previdencial - Plano BD

As contingências da Gestão Previdencial do Plano BD, classificadas pelos pareceres técnicos da área jurídica como perda provável encontram-se distribuídas conforme quadro a seguir:

EM R\$ MIL

RUBRICA	2016	2015
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROVÁVEL		
Saldo Inicial	83.371	81.111
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	53.803	382
Reversão da Provisão (processos excluídos sem pagamento ou revisão de atuais)	(14.211)	(6.378)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	(113)	8.272
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	0	(15)
Saldo Final	122.850	83.371

O saldo final refere-se:

- a) a diferenças de benefícios e devolução de contribuições, calculadas conforme regras do Instrumento de Acordo, relativas aos participantes que não aderiram ao Regulamento de 2003 totalizando o valor de R\$ 6.013 mil; e
- b) a obrigações decorrentes de demandas judiciais, excedentes aos efeitos da adesão ao Regulamento de 2003, referentes a diferença de

benefício líquida de contribuições, devolução de contribuição extra e de contribuição acima de 360 dias, valor do pecúlio, abono, cesta-alimentação e outras no valor de R\$ 116.837 mil.

Ressalte-se que há 150 processos judiciais classificados como perda possível, portanto não passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução nº 1.180, de 24 de julho, de 2009. Esses processos têm objetos diversos como abono, anulação do acordo geral, pensões e diferenças de benefícios e são estimados em R\$ 483.866 mil.

A Entidade não possui condições de estabelecer um cronograma de saída de recurso relativamente as suas demandas judiciais, haja vista que a mensuração de um prazo para tais acontecimentos envolve fatores que são impossíveis de ser avaliados, a exemplo do tema de duração do processo.

8.2) Gestão Administrativa

Segue a composição da provisão judicial administrativa:

R\$ mil

Rubrica	2016	2015
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROVÁVEL		
Saldo Inicial	552	213
Constituição de Provisões	1.181	294
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	43	45
Saldo Final	1.776	552

A constituição de provisões, no total de R\$ 1.475 mil, corresponde a valores provisionados acerca da incidência de contribuições para o PIS e COFINS. A CAPEF questiona na esfera judicial o recolhimento dessas contribuições. Vide nota 11.1. Não existem demandas classificadas como possíveis.

Há ainda, a provisão de um processo judicial, de danos morais interposto contra a entidade, no valor de R\$ 301 mil.

8.3) Investimentos - Plano BD

As contingências do fluxo de investimento, pertencentes exclusivamente ao Plano BD, classificada como perda provável, finalizaram o exercício de 2016 com um saldo de R\$ 3.063 mil (R\$ 3.595 mil em 2015).

R\$ mil

Rubrica	2016	2015
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROVÁVEL		
Saldo Inicial	3.595	2.881
Reversão de Depósitos Judiciais/ Recursais	(75)	0
Constituição de Depósitos Judiciais/ Recursais	0	12
Reversão da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	(516)	291
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	59	411
Saldo Final	3.063	3.595

O saldo final refere-se:

- a) aos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária, onde a Capecf questionava o recolhimento de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras no valor de R\$ 426 mil. A Entidade desistiu da ação face adesão a MP 2.222/01;
- b) no segmento de investimentos imobiliários as ações mais relevantes se referem aos cálculos processuais das vendas a prazo das alienações fiduciárias no valor de R\$ 1.560 mil e da execução fiscal do IPTU de diversos imóveis da Capecf no total de R\$ 244 mil;
- c) no segmento de empréstimos e financiamentos as ações referem-se à revisão dos contratos de financiamentos imobiliários no total de R\$ 486 mil e a uma única ação de revisão de contrato de empréstimos no montante de R\$ 76 mil;
- d) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) totaliza o montante de R\$ 271 mil.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

9.1.1) Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos da Entidade relativos aos benefícios previdenciais futuros, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário independente.

Plano BD

Em 31 de dezembro de 2016, as Provisões Matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 3.310.329 mil (R\$ 3.174.303 mil em 2015). A variação de 4,29% decorreu, principalmente, da evolução normal das Provisões Matemáticas que cresce em função dos juros atuariais e das contribuições recebidas e decresce pelos benefícios pagos pelo plano.

R\$ mil

RUBRICA	2016	2015
Provisões Matemáticas	3.310.329	3.174.303
Benefícios concedidos	2.553.789	2.463.721
Benefícios a conceder	756.540	710.582

As Provisões Matemáticas diminuíram em termos reais (o aumento de 4,29% é inferior à variação do INPC no período, 6,58%). Essa diminuição ocorreu em função da maturidade do Plano BD que, em seu atual estágio, possui o total dos benefícios pagos superior ao recebimento das contribuições.

Plano CV I

O saldo das Provisões Matemáticas que pertence ao Plano CV I, em 31 de dezembro de 2016, totalizou R\$ 550.412 mil (R\$ 393.450 mil, em 2015). O crescimento de 39,89% decorreu, principalmente, do

aporte de novas contribuições e de sua capitalização. Ressalte-se que o Plano CV I iniciou suas operações em Maio de 2010.

R\$ mil

RUBRICA	2016	2015
Provisões Matemáticas	550.412	393.450
Benefícios concedidos	29.870	21.632
Benefícios a conceder	520.542	371.818

9.1.2) Equilíbrio Técnico

9.1.2.1) Reserva de Contingência - Superávit Técnico Acumulado

O superávit de R\$ 14.770 mil apresentado no Plano BD, em 31 de dezembro de 2016, foi impactado neste exercício, pelo resultado positivo dos investimentos no valor R\$ 431.176 mil e, negativamente, no valor de R\$ 420.767 mil, pelos dispêndios decorrentes do aumento das obrigações do plano, pagamento de benefícios, constituição de despesas administrativas e reversão de contingências, resultando no superávit conforme destacado no quadro a seguir:

R\$ mil

SUPERÁVIT EM 31/12/2015	4.361
Fluxo Previdencial	(227.955)
Investimentos	431.176
Custeio administrativo	(13.408)
Provisões Atuariais	(136.026)
Contingências	(43.378)
SUPERÁVIT EM 31/12/2016	14.770

A situação atuarial do plano CV I, em 31 de dezembro de 2016, apresenta-se superavitária em R\$ 150 mil (atuariamente superavitário em R\$ 36 mil, em 31 de dezembro de 2015), visto que parte das obrigações atuariais existentes, referentes aos benefícios concedidos, possuem características de benefício definido.

O resultado atuarial a seguir demonstra o impacto positivo do recebimento das contribuições e do resultado positivo dos investimentos no valor de R\$ 166.125 mil e, negativo, no valor de R\$ 166.011 mil pelo aumento das obrigações do plano, pagamento de despesas administrativas e constituição de fundos previdenciais.

R\$ mil

SUPERÁVIT EM 31/12/2015	36
Fluxo Previdencial	104.350
Investimentos	61.775
Custeio administrativo	(5.855)
Provisões Atuariais	(156.962)
Fundos Previdenciais	(3.194)
SUPERÁVIT EM 31/12/2016	150

9.2) Fundos

9.2.1) Fundos Previdenciais

O Plano CV I conta com o fundo de solvência atuarial que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências nos portfólios previdenciais mutualistas, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir: a) dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras; b) do saldo da conta de patrocinador relativo a participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e c) da recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para benefício de risco cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referente à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras vertidas ao plano.

Os fundos previdenciais do Plano CV I totalizaram R\$ 19.333 mil, em 31 de dezembro de 2016, (R\$ 16.139 mil, em 2015) sendo distribuídos entre Fundo de Solvência Atuarial –Portfólio Mutualista (R\$ 10.523 mil) e Fundo Mutualista para Benefícios de Risco (R\$ 8.810 mil).

Não consta em 31 de dezembro de 2016, fundo de natureza previdencial no Plano BD.

9.2.2) Fundo de Custeio Administrativo

O Fundo de Custeio Administrativo é constituído pelas receitas oriundas dos custeios administrativos recebidos dos planos de benefício, resultado dos investimentos administrativos e receitas diretas da gestão administrativa, deduzidas das despesas e contingências administrativas. No exercício de 2016, o Plano BD destinou 8,5% (8,5%, em 2015) e o Plano CV I 5,3% (5,3%, em 2015) das receitas previdenciais, relativas às contribuições patronais e laborais de participantes ativos e assistidos e 2,7% incidente uma única vez sobre o saldo da conta individual do participante para o Plano CV I. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 61.845 mil (R\$ 48.278 mil, em 2015).

9.2.3) Fundos de Investimentos

9.2.3.1) Plano BD - Fundo de Garantia de Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Na posição de 31 de dezembro de 2016, registraram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 8.707 mil, sendo R\$ 8.095 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 612 mil Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário (R\$ 6.977 mil, R\$ 6.438 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 539 mil Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário em 2015).

No exercício de 2016, foi utilizado do fundo de Empréstimos o valor de R\$ 1.242 mil (R\$ 985 mil, em 2015), em razão do

falecimento de mutuários, e constituídos os valores de R\$ 1.991 mil (R\$ 1.704 mil, em 2015) e de R\$ 907 mil (R\$ 909 mil, em 2015), decorrentes do recebimento de contribuições e da rentabilidade do fundo, respectivamente.

9.2.3.2) Plano CV I - Fundo de Garantia de Empréstimos

Na posição de 31 de dezembro de 2016, registraram-se fundos no Plano CV I no valor de R\$ 216 mil. No exercício de 2016, foram constituídos R\$ 151 mil, decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 21 mil, em virtude de sua rentabilidade. Vale ressaltar que foi utilizado do fundo de garantia o valor de R\$ 63 mil decorrente de falecimentos de participantes.

10. FATOS RELEVANTES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A segregação do Plano de Gestão Administrativa - PGA foi estabelecida por meio do Anexo C - Normas Gerais, da Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010, mantida pela Resolução CNPC No. 8, de 31 de Outubro de 2011, com a finalidade de identificar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa separadamente dos planos de benefícios, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

De acordo com o art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31 de Agosto de 2009, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar. O Conselho Deliberativo da Entidade estabeleceu como limite anual de recursos destinados pelos planos de benefícios para o PGA 1% incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir. Em 31 de Dezembro de 2016, o limite para cobertura das despesas administrativas da Capef atingiu R\$ 40.296 mil e suas despesas administrativas efetivas totalizaram R\$ 14.163 mil (R\$ 13.516 mil em 2015).

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ mil	
	2016	2015
Pessoal e Encargos	9.889	8.583
Treinamentos/Congressos e Seminários	108	118
Viagens e Estadias	118	103
Serviços de Terceiros	1.211	1.373
Despesas Gerais	1.524	1.398
Depreciação e Amortização	985	856
Tributos	328	1.085
TOTAL	14.163	13.516

A Instrução nº. 34, de 24 de setembro de 2009, no seu anexo A - Normas Complementares, item II - Procedimentos Operacionais, subitem 6, ao final de cada mês, estabelece que a EFPC deve registrar nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Ressalta-se que essa participa-

ção não representa, para os planos previdenciais, um direito a receber, devendo ser observado o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo na Entidade. Para essa finalidade as despesas são segregadas proporcionalmente ao quantitativo de participantes e ao patrimônio de cada plano de benefício.

O quadro a seguir detalha a participação de cada plano de benefício previdenciário no fundo administrativo nas posições de 31 de dezembro de 2016 e 2015.

R\$ mil

	2016	2015
Participação no Fundo Administrativo	61.845	48.278
Plano BD	45.605	37.361
Plano CV	16.240	10.917

11. TRIBUTOS FEDERAIS

11.1) PIS/COFINS cobrados sobre Recursos destinados ao Custeio Administrativo

Em junho de 2006, a CAPEF impetrou um mandado de segurança a fim de evitar a incidência de contribuições para o PIS e COFINS sobre as suas receitas, por entender que o §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 era inconstitucional. Em decisão liminar, o Juízo autorizou o depósito dos valores correspondentes às sobreditas contribuições, até uma resolução definitiva. Em setembro de 2013, certificou-se o trânsito em julgado da sentença que proveu a pretensão da CAPEF. Diante disso, a Entidade requereu o levantamento dos depósitos que fizera e permaneceu a não recolher contribuições para o PIS e COFINS sobre suas receitas.

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade ajuizou uma ação, em outubro de 2015, por meio do mandado de segurança, tombado sob o nº 0807082-95.2015.4.05.8100, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre o patrimônio que administra.

Em meados de novembro de 2015, a CAPEF obteve decisão liminar, autorizando-a a depositar judicialmente os valores correspondentes a esses tributos, em vez de recolhê-los diretamente à União.

No entanto, em julho de 2016, o Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender que ela não possui direito àquela isenção. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer depositando os valores dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra essa sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, e tal medida encontra-se pendente de análise pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Mensalmente, a Entidade vem efetuando esses depósitos, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. Os depósitos efetuados pela Capef em 31/12/2016 acumulam R\$ 1.378 mil.

11.2) Créditos Tributários provenientes do RET - Regime Especial de Tributação

A Entidade questiona junto à esfera judicial, após ter seu pedido indeferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, última instância da Secretaria da Receita Federal, a não homologação do crédito tributário, reconhecido em 2007, no valor de R\$ 11.111 mil proveniente da exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do RET - Regime Especial de Tributação, alusivos ao 4º trimestre de 2003 e ao ano de 2004.

O crédito tributário, atualizado monetariamente, foi utilizado para compensar os recolhimentos tributários da entidade durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008. A não homologação pela Receita Federal das compensações tributárias e a possibilidade de perda do processo administrativo quanto à matéria de fato levaram a Capef, em obediência ao princípio da prudência, a efetuar a reversão do saldo desse crédito, provisionar o total de débitos tributários compensados, atualizando-os pela Selic e a reconhecer a multa de 20%.

Em 2012 a Secretaria da Receita Federal restituiu à Capef o valor de R\$ 1.415 mil (valor original de R\$ 732 mil) relativos ao RET do 1º, 2º e 3º trimestres de 2004. Permanecem pendentes de homologação os tributos relativos ao 4º trimestre de 2003 no valor de R\$ 8.646 mil (valor original de R\$ 3.642 mil).

Em março de 2015 a Secretaria da Receita Federal restituiu à Capef o valor de R\$ 683 mil (valor original R\$ 321 mil) relativo ao RET 4º trimestre de 2004.

Em setembro de 2016, a Secretaria da Receita Federal indeferiu, em última instância, o pedido de tais as compensações. Com o indeferimento, a Capef recolheu R\$ 19.800 mil, registrando a baixa da exigibilidade tributária.

Em dezembro de 2016, a Entidade protocolou na Seção Judiciária de Brasília - DF ação anulatória de débito fiscal com repetição de indébito, questionando junto à esfera judiciária a não homologação do crédito tributário.

Todos os questionamentos citados acima pertencem ao Plano BD. O Plano CV I não possui demandas fiscais.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1) ATIVO CONTINGENTE - OFND

Em 23/06/1986, através do Decreto-Lei nº 2.228, o Poder Executivo Federal criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores privados. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade das Entidades Fechadas de Previdência Privada (com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual) aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas, atualmente denominadas "provisões matemáticas), nas "Obrigações" desse Fundo (OFND's), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

O Decreto-Lei nº 2.383/87 alterou o Decreto-Lei nº 2.228 modificando o indexador de atualização monetária dos valores investidos, bem como as regras para utilizações dos valores aplicados, acarretando desvantagens aos investidores. Assim, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, desde o ano de 1991, ingres-

sou em nome de suas associadas com processo judicial contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, objetivando a observância dos expurgos inflacionários incidentes sobre a remuneração do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Em 29/11/2010 o processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça e atualmente encontra-se em fase de execução mediante o Recurso Especial nº 1.163.879 /RJ.

Considerando que a receita de investimentos, decorrente dessa decisão judicial, depende ainda de confirmações futuras e ajuste nos valores estimados, a CAPEF não efetuou seu registro contábil conforme estabelece o Ofício 4630/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, que impede a realização desse reconhecimento enquanto não houver manifestação da Justiça Federal em relação aos valores devidos e a forma de pagamento.

A CAPEF continua com o acompanhamento acerca dos fatos posteriores à decisão judicial, no sentido de verificar a confirmação daqueles fatores, o posicionamento do órgão fiscalizador PREVIC, para no momento oportuno, melhor avaliar sobre a possibilidade de reconhecimento do respectivo direito.

12.2) TAXA DE JUROS E ajuste na precificação de ativos - IMPACTOS

12.2.1) Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidente sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

12.2.2) Taxa de Juros parâmetro

A taxa de juros parâmetro corresponde àquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios. Os pontos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros Média e correspondentes taxas de juros parâmetro, bem como limites inferior e superior, a serem aplicados na avaliação de 2016 foram divulgados por meio da Resolução CNPC No. 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC no. 23, de 26 de Junho de 2015, e Portaria PREVIC No. 708, de 25 de Dezembro de 2015.

12.2.3) Cálculo da Taxa de Juros Atuarial para o exercício de 2016

Para a definição da taxa de juros atuarial foram elaborados para cada um dos planos de benefícios, Plano de Benefício Definido - BD e Plano de Contribuição Variável I - CV I, o estudo técnico de convergência entre a hipótese de taxa de juros real anual e a taxa de retorno real anual projetada, o que resultou na recomendação e adoção da taxa de juros atuariais de 5,5% a.a., para ambos os planos.

O citado estudo observou a *duration* do passivo do Plano de Benefício Definido de 9,17 anos e a *duration* do Plano de Contribuição Variável I é de 22,21 anos, ambas na data base de 31/12/2015, e constatou que a taxa de juros atuarial está dentro do intervalo definido pela Portaria PREVIC nº 186, de 28 de Abril de 2016, sendo de 4,33% a.a. o limite inferior e o superior de 6,58% a.a.

Para o plano CV I a taxa de juros atuarial também ficou dentro do intervalo legal (4,38% a.a. para o limite inferior e de 6,66% a.a o limite superior).

A Resolução CGPC No. 26, de 29 de Setembro de 2008, que estabelece as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário foi modificada pela Resolução CNPC No. 16, de 19 de novembro de 2014, em relação à taxa máxima de juros utilizada na destinação de superávit e com a inserção da definição e critérios do ajuste de precificação que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados com a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,5% e o valor contábil desses títulos (Ver Nota 5.3.1).

A PREVIC emitiu, em 04 de Fevereiro de 2015, a Instrução No. 19, tratando das questões da Resolução CNPC No. 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico. Os termos desta resolução, para fins de apuração do resultado superavitário/deficitário sujeitos ao equacionamento deverão ser considerados o ajuste de precificação positivo ou negativo.

Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo da cobertura aos benefícios a conceder com valor ou níveis previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão. O Ajuste de precificação dos títulos públicos, em 31 de Dezembro de 2016, dos Planos BD e CV I resultaram em valores positivos de R\$ 296.685 mil e R\$ 970 mil, respectivamente, conforme demonstrado no item a seguir.

12.2.4) Apuração de Resultados

O resultado do exercício de 2016 do plano BD foi apurado pelo regime de competência e resultou no superávit contábil de R\$ 14.770 mil, já no plano CV I o superávit contábil apurado foi de 150 mil.

Em Novembro de 2015, foi emitida a Resolução CNPC No. 22, que alterou a Resolução CGPC No. 26, que estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/ utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $(duration - 4) \times 1\% \times$ Provisões Matemáticas. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $(10\% + (duration \times 1\%)) \times$ Provisão Matemática.

A *duration* do passivo do plano BD é de 8,99 anos em 31/12/2016, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 4,99% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 18,99% das Provisões Matemáticas.

A *duration* do passivo do plano CV I é de 18,72 anos em 31/12/2016, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 14,72% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 28,72% das Provisões Matemáticas.

O equilíbrio técnico ajustado dos planos BD e CV I, bem como o índice de solvência, no final do exercício de 2016 encontram-se demonstrados a seguir.

Plano BD		2016
A) Cálculo dos Limites		R\$ Mil
a) Saldo Provisões Matemáticas (P.M) (conta 2.3.1.1.00.00.00)		R\$ 3.310.329
b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)		4,99%
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((a*b1)/100)*-1$		- R\$ 165.185
c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado		
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)		18,99%
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(a*c1)/100$		R\$ 628.631
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$		R\$ 827.582
c4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)		R\$ 628.631
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		R\$ Mil
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00)		R\$ 14.770
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo		R\$ 296.685
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado		R\$ 311.455
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência		9,41%
Plano CV I		2016
A) Cálculo dos Limites		R\$ Mil
a) Saldo Provisões Matemáticas - benefício definido estruturado em regime de capitalização (P.M - BD) (conta 2.3.1.1.01.02)		R\$ 9.350
b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)		14,72%
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((a*b1)/100)*-1$		-R\$ 1.376
c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado		
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)		28,72%
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(a*c1)/100$		R\$ 2.685
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$		R\$ 2.338
c4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)		R\$ 2.338
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		R\$ Mil
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00)		R\$ 150
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo		R\$ 970
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado		R\$ 1.120
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência		11,98%

Fortaleza, 31 de janeiro de 2017.

ZILANA MELO RIBEIRO
Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15



Pareceres

Parecer dos Auditores Independentes em relação
às Demonstrações Contábeis

Manifestação do Conselho Deliberativo

Manifestação do Conselho Fiscal

Parecer da Avaliação Atuarial do Plano BD

Parecer da Avaliação Atuarial do Plano CV I



Tel.: +55 85 3244 1221
 Fax: + 55 85 3244 2480
www.bdobrazilrcs.com.br

Av. Desembargador Moreira, 2120
 Sala 1601, Aldeota
 Fortaleza/CE 60170-002

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
 Conselheiros, Diretores e Patrocinadores, Participantes e Beneficiários Assistidos da
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF
 Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza - CE, 02 de março de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 -S- CE

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO RELATIVA ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO
EXERCÍCIO DE 2016 DA CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS
DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF**

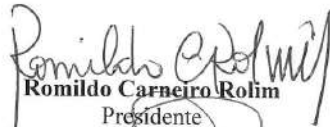
Este Conselho, em sua 267ª Reunião realizada no dia 20/03/2017, em atendimento ao disposto no anexo C, item 17, alínea k, do anexo da Resolução CNPC Nº 8, de 31/10/2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19/08/2013 e pela Resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014 e com base no art. 28, “d” do Estatuto da Entidade, analisou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2016:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstra es do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstra es da Muta o do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstra es das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis consolidadas;
- h) Parecer dos Auditores Independentes;
- i) Demonstra es Atuariais (Plano BD e Plano CV I);
- j) Pareceres dos Atuários (Plano BD e Plano CV I); e
- k) Parecer do Conselho Fiscal.

Desta forma, com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes SS, Atuarh Consultoria Atuarial, Vesting Consultoria Atuarial e Conselho Fiscal da Entidade complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Entidade, o Conselho Deliberativo manifesta-se favoravelmente   aprova o das Demonstra es Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capef relativo ao encerramento do exercício de 2016 e determina a divulga o, nos meios de comunica o da Entidade das referidas demonstra es, em atendimento ao artigo

1º da Resolução do MPS/CNPC Nº 2, de 03/03/2011 dentro do prazo estabelecido pela PREVIC, por meio do Relatório Anual da Capef, bem como disponibilizar aos participantes, beneficiários e assistidos por meio eletrônico ou encaminhados no prazo máximo de trinta dias, contados da data da formalização do pedido.

Fortaleza – Ceará, 20 de março de 2017.



Romildo Carneiro Rolim
Presidente


José Nilton Fernandes
Conselheiro


Nivaldo Trindade Santos
Conselheiro


Stélio Gama Lyra Júnior
Vice – Presidente


José Andrade Costa
Conselheiro


Reginaldo da Silva Medeiros
Conselheiro

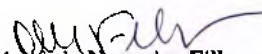
**PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016**

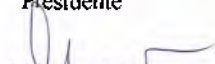
Este Conselho, em sua 431ª Reunião, realizada no dia 15 de março de 2017, em atendimento ao disposto no item 17, alínea j, do anexo da Resolução CNPC Nº 8, de 31/10/2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12 de 19/08/2013, e em cumprimento ao art. 41 do Estatuto da Entidade, apreciou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2016:


- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstra es do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstra es da Muta o do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstra es das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis consolidadas;
- h) Parecer dos Auditores Independentes;
- i) Demonstra es Atuariais (Plano BD e Plano CV I); e
- j) Pareceres dos Atuários (Plano BD e Plano CV I).

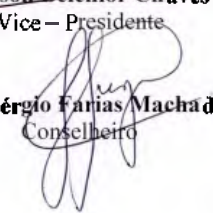
Desta forma, com base nos documentos, citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes SS, Atuaria Consultoria Atuarial e Vesting Consultoria Atuarial, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Entidade, o Conselho Fiscal se manifesta favoravelmente   aprova o das Demonstra es Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capecf relativo ao encerramento do exercício de 2016.

Fortaleza – Ceará, 15 de março de 2017.


Ant nio Nogueira Filho
Presidente


Lúcia de Fátima Barbosa Da Silva
Conselheira


Adelson Belehior Chaves
Vice – Presidente


Luiz Sérgio Farias Machado
Conselheiro



PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2016 DO PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS (PLANO BD) DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (CAPEF)

1. Este parecer refere-se à avaliação atuarial do plano da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (CAPEF) na modalidade de Benefício Definido (BD) para todos os benefícios constantes de seu regulamento, nos termos da Resolução CGPC Nº 16, de 22/11/2005 e da Instrução PREVIC nº 12, de 13/10/2014, estando avaliado na posição de 31/12/2016.
2. A obrigação atuarial do Plano BD da CAPEF, em 31/12/2016, foi quantificada em **R\$3.310.328.778,32**. Confrontada com o Patrimônio de Cobertura do Plano, de **R\$3.325.098.875,68** ficou quantificado superávit técnico de **R\$ 14.770.097,36**, correspondente a 0,44% do Patrimônio de Cobertura do Plano e idêntico percentual em relação às provisões matemáticas. Referido superávit deverá ser destinado à formação de Reserva de Contingência, conforme disciplinado no artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, e no artigo 7º da Resolução CGPC/MPS Nº 26, de 29/09/2008.
3. Os dados cadastrais empregados nesta avaliação atuarial consideraram informações com posição de 31/12/2016. Foram realizados testes de consistência em relação às informações da base cadastral. Ao final, a base cadastral foi julgada consistente e satisfatória para a realização da avaliação atuarial.
4. Em relação ao exercício anterior, os custos normais, sem despesas administrativas, sofreram diminuição, de 12,04% para 11,49%, redução de 0,55 ponto percentual. A contribuição dos assistidos não sofreu alteração, relativamente ao ano anterior, tendo sido mantida em 21,25% (vinte e um inteiros e vinte e cinco centésimos por cento).
5. A meta atuarial vigente em 2016 – variação anual do INPC de 6,58%, acrescida da taxa de juros atuarial de 5,5% ao ano – ficou quantificada em 12,44%. Neste mesmo período a rentabilidade nominal efetiva dos investimentos alcançou 13,67%, que descontando a variação anual do INPC, permitiu a rentabilidade real de 6,65%. A rentabilidade nominal dos investimentos correspondeu a 109,89% da meta atuarial.
6. Em atendimento ao inciso 1-II do Anexo VIII da Instrução PREVIC nº 12, de 13/10/2014, encontram-se detalhadas no Quadro nº 1 as variações percentuais ocorridas nos valores das provisões matemáticas, levantadas atuarialmente nas posições de final de 2015 e de 2016, descontando-se a variação do INPC no mesmo período.



**Quadro Nº1 – Comparativo da Variação das Provisões Matemáticas do Plano BD
entre 31/12/2015 e 31/12/2016 – Valores Atualizados e Posicionados em
31/12/2016 – Registro nas Demonstrações Atuariais (DA)**

PROVISÕES MATEMÁTICAS	31/12/2015⁽¹⁾	31/12/2016	VARIAÇÃO
1.1. Benefícios Concedidos	R\$ 2.625.833.575,02	R\$ 2.553.789.182,17	(2,74)%
1.2. Benefícios a Conceder	R\$ 757.338.595,47	R\$ 756.539.596,15	(0,11)%
TOTAL	R\$ 3.383.172.170,49	R\$ 3.310.328.778,32	(2,15%)

Nota:

(1) valores de 31/12/2015, atualizados para 31/12/2016 pela variação do INPC em 2016, de 6,58%.

7. Conforme demonstrado no quadro acima, as provisões matemáticas totais sofreram, de 2015 para 2016, redução percentual, de 2,15%, tendo por base a variação do INPC em 2016. A rubrica de Benefícios Concedidos (BC) experimentou decréscimo, de 2,74% e a rubrica Benefícios a Conceder (BaC) decresceu, 0,11% nesta comparação. Ainda que o reajuste nos valores anual dos benefícios de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) tenha sido acima da variação do INPC, foi observada a redução, em termos reais, no valor das provisões matemáticas totais, entre 2015 e 2016, que ocorreu, principalmente, em função da maturidade do Plano BD que, em seu atual estágio, possui o total dos benefícios pagos superior ao recebimento das contribuições.

8. O Plano BD conta, na posição de 31/12/2016, com 6.536 participantes, assim distribuídos: 1.741 ativos e 4.795 assistidos, sendo 3.682 aposentados e 1.113 grupos de pensão. Os riscos atuariais associados a este plano estão relacionados aos eventos biométricos de entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e de mortalidade de válidos, grupo principal, cujas estimativas já ficam expressas pelas tábuas atuariais, além de alteração na base cadastral, seja do grupo principal, seja de beneficiários do plano, grupo secundário. Não se espera para o grupo principal nenhuma variação nos valores de salário de contribuição ou de benefício além das projeções de crescimento salarial de 1% (um por cento) ao ano e de variação do INPC, seguindo as regras do regulamento do plano, a primeira já tratada como hipótese financeira. Pelo exposto, não estão sendo avaliadas, neste momento, medidas extraordinárias para mitigação dos riscos atuariais deste plano.

9. Assim, consideradas as premissas, o método atuarial, os regimes financeiros, os dados cadastrais dos participantes e demais informações prestadas pela CAPEF, concluímos que na posição de 31/12/2016 o plano previdenciário na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) da CAPEF se encontrava atuarialmente superavitário. Não houve alteração no regime financeiro bem como no método de custeio. Desta forma propomos a manutenção do plano de custeio ora vigente para ser aplicado durante o ano de 2017, conforme Quadro nº 2.



Quadro Nº2 – Contribuições Normais de Participantes Ativos do Plano BD para o Exercício de 2017

Salário de Contribuição	Taxa de Contribuição ⁽²⁾	Parcela a deduzir
Até 0,5 UBC ⁽¹⁾	2,6%	-
Acima de 0,5 UBC até 1 UBC	4,2%	0,0080 UBC
Acima de 1 UBC até 1,2 UBC	5,8%	0,0240 UBC
Acima de 1,2 UBC	12,6%	0,1056 UBC

Nota:

(1) UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 2.782,44 para 2017 (R\$ 2.588,32 em 2016).

(2) Os percentuais referem-se apenas à parcela de responsabilidade dos participantes ativos, portanto não incluem as parcelas de responsabilidade dos patrocinadores.

10. Os valores das provisões matemáticas, do Patrimônio de Cobertura do Plano BD e o resultado atuarial encontram-se detalhados no Quadro nº 3.

**Quadro Nº 3 – Provisões Matemáticas, Patrimônio de Cobertura do Plano BD e Resultado Atuarial – Valores em Reais
Posição: 31/12/2016**

RUBRICA CONTÁBIL	VALOR
1. Provisões Matemáticas	3.310.328.778,32
1.1. Benefícios Concedidos	2.553.789.182,17
1.2. Benefícios a Conceder	756.539.596,15
2. Patrimônio de Cobertura do Plano	3.325.098.875,68
RESULTADO (2 – 1)	14.770.097,36

12. O resultado superavitário do plano BD em 2016, de **R\$14.770.097,36 (quatorze milhões, setecentos e setenta mil, noventa e sete reais e trinta e seis centavos)**, proveio, sobretudo, das rentabilidades auferidas em 2016, acima da meta atuarial.

13. Observando-se as regras contidas no Regulamento do Plano BD, as provisões matemáticas importam, na posição de 31/12/2016, em R\$3.310.328.778,32, sendo R\$2.553.789.182,17 para Benefícios Concedidos e R\$756.539.596,15 para Benefícios a Conceder, valores esses apurados de acordo com as normas em vigor e com base nas práticas atuariais correntes. Ditas provisões matemáticas expressam de modo satisfatório as obrigações previdenciais do Plano BD avaliado e aponta estado de solvência econômica, traduzido pelo superávit técnico de R\$14.770.097,36. O método atuarial agregado e o regime financeiro de capitalização para todos os benefícios encontram-se apropriadamente empregados nas avaliações deste plano de benefícios.

14. Este é o nosso parecer.

Fortaleza, 23 de janeiro de 2017.

Eloina Maria Pinheiro Diógenes
Eloina Maria Pinheiro Diógenes
 Atuária – MIBA nº 1216

Vesting Consultoria Financeira e Atuarial
 Av. Santos Dumont, 1789 - sala 513 – Aldeota
 60.150-160 – Fortaleza – CE
 Fone/Fax – 3244-3078



Parecer da Avaliação Atuarial 2016 - Plano CV I

Parecer da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2016 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I.

Fevereiro de 2017

atuarhconsultoria.com.br
Rua Dr. Gilberto Studart, 1717, Sala 1002 – CEP 60.192-095 – Cocó – Fortaleza – CE
85 8819-0929 – contato@atuarhconsultoria.com.br



1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo apresentar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2016 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF. O Plano CV I foi aprovado em 25.03.2010 e teve suas operações iniciadas no dia 19.05.2010, quando recebeu suas primeiras contribuições.

2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano CV I é classificado na modalidade de contribuição variável nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005, uma vez que os benefícios programados do plano apresentam características de ambas as modalidades, de contribuição definida, na fase de acumulação e na fase inicial de recebimento do benefício, e de benefício definido, na fase final do recebimento do benefício. Ressalte-se que o benefício de aposentadoria programada é fruído em duas fases distintas pelo participante: na fase individual de renda certa a prazo certo (prazo determinado), com benefício mensurado em quotas, e na fase coletiva (mutualista) de renda vitalícia, com benefício expresso em moeda corrente.

3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

No Plano CV I, são adotados os regimes financeiros de capitalização e de repartição de capital de cobertura para o financiamento de seus benefícios.

Para o custeio dos benefícios programados, é adotado o regime financeiro de capitalização e, para os benefícios não programados, o regime de repartição de capital de cobertura. Destaque-se que parcela dos benefícios não programados é custeada pelo saldo da Conta do Participante, financiado pelo método de Capitalização Individual.

O regime de repartição de capital de cobertura caracteriza-se por constituir provisões somente na concessão dos benefícios. No Plano CV I, a cobertura da parcela dos benefícios não programados, estruturados sob esse regime, é realizada a partir da transferência de recursos do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos para a conta individual do participante na ocasião da concessão do benefício não programado.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante e, no caso do Plano CV I, de forma individual, conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano CV I estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Nessa seção serão apresentadas as hipóteses adotadas nesta avaliação (Quadro 1). Destaque-se que as hipóteses foram escolhidas com base na boa prática atuarial e respeitando a legislação vigente sobre o tema e estão fundamentadas em Estudo de Aderência específico.



Quadro 1 – Hipóteses atuariais adotadas na avaliação de 31.12.2016

Hipótese	Valor
Composição da família de pensionistas	Família padrão composta de cônjuge de mesma idade do participante e de dois filhos válidos nascidos nas idades do participante correspondentes a 25 e 27 anos, de acordo com a recomendação do estudo de aderência.
Entrada em aposentadoria	Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio.
Indexador do Plano	IPCA (IBGE)
Projeção de Crescimento Real de Salário	A projeção de crescimento real de salário de cada participante do Plano CV I segue as regras contidas nos planos de cargo dos patrocinadores e em hipótese de progressão da verba de Adicional de Função em Comissão (AFC) indicadas por cada patrocinador (3,57%)
Taxa Real Anual de Juros	5,50%
Tábua Atuarial de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (suavizada em 50%)
Tábua Atuarial de Mortalidade de Inválidos	Experiência IAPC (suavizada em 50%)
Tábua Atuarial de Mortalidade Geral	RP-2000 com taxas de mortalidade suavizadas em 20% em todas as idades, Unisex (70% Masculina), projetada para 2014 com a aplicação da escala de redução futura "AA" segmentada por sexo nas probabilidades de morte (RP-2000 U p.2014 s.20%).

5. CADASTRO

A posição da base cadastral utilizada nesta avaliação é a de 31.12.2016 e considera 5.315 participantes ativos vinculados ao plano, 34 a mais que a quantidade observada no final do exercício passado, sendo 66,0% do sexo masculino. Na mesma posição, haviam 91 aposentadorias programadas concedidas e 17 benefícios não programados, sendo 3 aposentadorias por invalidez, 12 pensões de ativo e duas pensões de aposentado por invalidez, totalizando 22 beneficiários. Durante o ano de 2016, foram pagos cinco pecúlios de ativos para sete beneficiários (uma das concessões foi relativa a falecimento ocorrido em 2015).

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não sendo necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Os resultados detalhados dos testes encontram-se no "Relatório de Análise e Validação da Consistência dos Dados Cadastrais – Plano CV I". Além do teste, destaque-se que a base de dados cadastrais utilizada no cálculo das provisões matemáticas de benefício concedido é mensalmente atualizada e a nova base de dados é comparada com a base de dados do mês anterior, sendo as alterações confirmadas com a Gerência de Previdência (Geprev) da Capecf. Por fim, as provisões matemáticas de benefício a conceder são calculadas em função dos saldos individuais de cada participante (informados pela Geprev) sendo sua consistência verificada nos registros contábeis do plano.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

6. DURATION

A metodologia de cálculo da duração (*duration*) do passivo do plano está definida no item 1.4 do Anexo à Resolução CGPC/MPS nº 18/2006, conforme alteração promovida pela Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, e pelo disposto na Instrução PREVIC nº 19, de 04.02.2015.



Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo de benefício concedido do Plano CV I da CAPEF, obtém-se a *duration* do passivo de 18,72 anos. Destaque-se que a redução da *duration* calculada neste exercício em relação ao exercício de 2015, que foi de 22,21 anos, deve-se, além do avanço de um ano para os aposentados na fase de renda certa, às concessões dos benefícios não programados no exercício, aposentadoria por invalidez e pensão do ativo, cuja fase BD, utilizada para o cálculo da duração, inicia-se imediatamente após a concessão.

7. PLANO DE CUSTEIO

No Plano CV I, os custos dos benefícios programados e não programados (de risco) são individualmente calculados para cada Participante Ativo, por ocasião de seu ingresso no plano e em cada avaliação atuarial anual.

O custo de administração do plano é rateado entre taxa de carregamento de participante ativo (definida como taxa de administração no regulamento do plano) e taxa de administração de assistido. Para o exercício de 2017, a taxa de administração de participante, que incide sobre a contribuição individual do ativo, inclusive quando pagas com recursos portados, será reduzida de 5,30% para 5,00%, enquanto que a taxa de administração de assistido, que incide uma única vez sobre o saldo da conta individual na concessão do benefício, ficará mantida em 2,70%.

O Conselho Deliberativo da CAPEF, em sua 258ª Reunião Ordinária ocorrida em 28/10/2016, aprovou as novas taxas de custeio administrativo para o Programa de Gestão Administrativa (PGA) da CAPEF. O estudo de solvência do Fundo Administrativo do PGA, que fundamentou a decisão do Conselho, elaborado a partir dos fluxos projetados de contribuições e despesas administrativas até o ano de 2107, evidenciou que o fundo do PGA é solvente com as taxas aprovadas.

A taxa total de contribuição do Plano CV I para o ano de 2017 foi estimada em 17,12% (para 2016, a estimativa era de 17,40%), sendo que a taxa de contribuição sobre a totalidade do salário de participação perfaz 8,57% (8,71% em 2016) para os participantes, incluindo contribuição de autopatrocinados de 0,01%, e de 8,55% (8,68% em 2016) para os patrocinadores.

Em uma perspectiva coletiva de longo prazo, com a redução gradativa das contribuições extraordinárias futuras em virtude da aposentadoria dos “participantes fundadores” do plano, a taxa de contribuição média agregada do Plano CV I convergirá para uma taxa de contribuição menor, próxima ao limite da contribuição normal de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador).

Para tornar o processo de inscrição no BNB mais simples e ágil, os novos participantes desse patrocinador poderão ser admitidos no plano com a taxa de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador). A taxa de contribuição inicial de admissão no plano terá validade até o término do exercício em que foi feita a inscrição, quando ocorre a revisão de custeio anual.

8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 2, as provisões matemáticas do Plano CV I cresceram 39,89% em 2016 em relação ao encerramento do exercício de 2015. Descontada a variação do IPCA do período de 6,29%, o crescimento real das provisões foi de 31,62%. O aumento relativo maior observado nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos na modalidade BD decorreu, principalmente, pelas concessões de pensão de ativo e aposentadoria por invalidez ocorridas durante o exercício de 2016. A redução em termos reais das Provisões Matemáticas de Benefício Concedido de Pensão de Assistido ocorreu porque, durante o exercício, não ocorreu concessão desse tipo de benefício.



Quadro 2 – Resultado do Plano em 2015 e 2016

Rubrica Contábil	Valores em R\$			
	2015	2016	Varição Nominal	Varição Real
(+) Patrimônio de Cobertura do Plano	393.486.137,31	550.562.394,54	39,92%	31,64%
(-) Provisões Matemáticas	393.450.149,38	550.411.961,51	39,89%	31,62%
Benefícios a Conceder				
Contribuição Definida	371.818.179,59	520.541.948,56	40,00%	31,71%
Saldo de Contas – parcela Patrocinador	183.965.821,03	257.431.550,32	39,93%	31,65%
Saldo de Contas – parcela Participante	187.852.358,56	263.110.398,24	40,06%	31,77%
Benefícios Concedidos	21.631.969,79	29.870.012,95	38,08%	29,91%
Contribuição Definida	16.118.098,20	20.519.840,40	27,31%	19,78%
Benefício Definido	5.513.871,59	9.350.172,55	69,58%	59,54%
(=) Resultado do Exercício	14.552,77	114.445,10	686,41%	639,88%
(=) Superávit Técnico	35.987,93	150.433,03	318,01%	293,27%
Reserva de Contingência	35.987,93	150.433,03	318,01%	293,27%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

No exercício, o resultado superavitário foi de R\$ 114.445,10 e proveio, principalmente, da rentabilidade dos investimentos sobre o superávit do exercício anterior e de ganhos atuariais do exercício. Esse resultado elevou o superávit acumulado na posição de 31.12.2016 para R\$ 150.433,03 (superávit de R\$ 35.987,93 em 31.12.2015).

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 26, de 29.09.2008, considerando a *duration* do passivo do Plano CV I de 18,72 anos, o limite para que a Entidade seja obrigada a destinar resultado superavitário à constituição de reserva de contingência é de 25% das Provisões Matemáticas (R\$ 2.337.543,14).

O superávit do Plano CV I de R\$ 150.433,03, que correspondente a 1,61% do total das provisões matemáticas na modalidade BD, é inferior ao limite R\$ 2.337.543,14, devendo ser, portanto, registrado na Reserva de Contingência.

O valor do ajuste de precificação do Plano CV I, em 31.12.2016, foi apurado em R\$ 970.418,84 (R\$ 835.276,25 em 31.12.2015). Dessa forma, o Equilíbrio Técnico Ajustado do plano totaliza R\$ 1.120.851,87, que corresponde a 11,99% do total das provisões matemáticas de benefício definido. O valor do ajuste é apurado, conforme a citada resolução CGPC nº 26, pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,5%, e o valor contábil desses títulos.

9. FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

O Plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído, segundo o Regulamento do plano, a partir dos seguintes valores:

- i) Valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano;



- ii) Valor correspondente ao saldo da conta de patrocinador relativo a Participante Ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e
- iii) Valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do Participante Assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

Ocorrendo insuficiência atuarial concernente aos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente do Plano CV I, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano.

No Quadro 3 pode ser observado o demonstrativo da variação desse fundo em 2016. Em relação ao encerramento de 2015, o saldo do fundo cresceu 35,9% em reais, e representa 1,91% do total das provisões matemáticas do plano. Para 2017, não há previsão de utilização de recursos do Fundo de Solvência Atuarial.

Quadro 3 – Movimentação do Fundo de Solvência Atuarial em 2016

Fundo de Solvência Atuarial	Em quotas	Em R\$
(+) Saldo inicial em 31.12.2015	4.610.272,82	R\$ 7.742.860,81
(+) Recursos recebidos	900.063,26	R\$ 2.780.628,05
(-) Recursos utilizados	-	-
(=) Saldo em 31.12.2016	5.510.336,08	R\$ 10.523.488,86

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano.

Conforme demonstrado no Quadro 4, em 2016, o saldo do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos cresceu 4,93% em reais. No ano, foram utilizadas 1.114.933,20 quotas (52,9% a mais do que as quotas constituídas no ano) para o pagamento do capital de morte referente a concessões de pensão por morte de ativo e aposentadoria por invalidez em 2016. Para 2017, não há previsão de utilização de recursos desse fundo além dos aportes recebidos no ano.

Quadro 4 – Movimentação do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos em 2016

Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos	Em quotas	Em R\$
(+) Saldo inicial em 31.12.2015	4.999.004,64	R\$ 8.395.728,38
(+) Recursos recebidos	729.006,44	R\$ 2.411.576,75
(-) Recursos utilizados	1.114.933,20	R\$ 1.997.375,40
(=) Saldo em 31.12.2016	4.613.077,88	R\$ 8.809.929,73

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

Na posição de 31.12.2016 o balanço patrimonial do Plano CV I registrou ainda dois fundos não previdenciais – Administrativo e de Investimentos – com destinações específicas. A participação do Plano CV I no Fundo Administrativo registrado no Programa de Gestão Administrativa – PGA totaliza R\$ 16.240.064,98. O Fundo Administrativo é destinado a cobrir despesas administrativas futuras da Entidade na administração dos planos. O fundo do Programa



de Investimentos conta com o saldo de R\$ 215.420,67 destinados à cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes em caso de morte do participante durante a vigência do contrato.

10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

As obrigações do Plano CV I em contas individuais são avaliadas em quotas e, por isso, apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais. Essas obrigações, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder de participantes ativos e à fase de renda certa a prazo certo dos benefícios concedidos de aposentadoria programada a participantes assistidos, totalizaram, no encerramento do exercício de 2016, R\$ 541,06 milhões e representavam 98,30% do total das provisões matemáticas.

Já as obrigações previdenciais relativas aos capitais complementares de morte e invalidez e aos benefícios concedidos prestados em fase de renda vitalícia são mutualistas e avaliadas em moeda corrente, podendo eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais, caso as hipóteses atuariais utilizadas no plano não se confirmem no futuro. Dessa forma, os riscos atuariais do Plano CV I estão restritos a esses portfólios.

Para mitigar os riscos atuariais, o Plano CV I conta com dois fundos previdenciais. Ocorrendo insuficiência atuarial, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, cujo saldo em 31.12.2016 totaliza R\$ 10.523,49 mil (saldo de R\$ 7.742,86 mil em 31.12.2015), com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano. O Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, cujo saldo em 31.12.2016 totaliza R\$ 8.809,93 mil (saldo de R\$ 8.395,73 mil em 31.12.2015), tem o objetivo de prover o pagamento de capitais complementares, nos casos de invalidez ou óbito do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

Apesar do crescimento em reais observado em 2016, pela primeira vez desde a criação do Plano, os valores pagos com capitais complementares decorrentes de invalidez e morte, superaram os valores arrecadados com as contribuições destinadas ao Fundo Mutualista pra Benefícios de Riscos. Esse comportamento deve ser monitorado e, no próximo estudo de aderência, avaliado se há evidência de uma tendência, que indique eventualmente a necessidade de alteração da hipótese, ou trata-se de um comportamento aleatório, comum para esse tipo de variável.

O Plano CV I incorpora ainda outros mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais dos portfólios mutualistas, tais como: *i)* a concessão de benefícios na fase de renda vitalícia com valor inicial igual ao valor do benefício previsto para pagamento no último mês da fase de renda certa a prazo certo, sendo este pagamento pautado por quotas; e *ii)* os índices de reajuste dos benefícios de renda certa a prazo certo utilizam o mecanismo de quota, sendo que, para os vitalícios, são calculados com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitada a 100% e não inferior a 30% da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no ano.

Em 31.12.2016, as provisões matemáticas dos benefícios concedidos não programados (aposentadoria por invalidez, pensão de ativo e de inválido) e programados (aposentadoria programada na fase de renda vitalícia), parcela da obrigação do plano exposta a riscos atuariais, totalizavam R\$ 9.350,17 mil (R\$ 5.513,87 mil em 31.12.2015). Conforme mostrado no Quadro 5, a seguir, uma redução de 0,5 p.p. na hipótese da taxa real anual de juros elevaria o valor dessas provisões matemáticas em R\$ 919,44 mil. Nesse caso, o plano inicialmente passaria a apresentar um déficit de R\$ 769,01 mil, que seria integralmente coberto pelo Fundo de Solvência Atuarial. Ressalte-se ainda, que o valor do ajuste de precificação do plano, considerando a taxa de juros de 5,5%, totaliza R\$ 970,42 mil.



Quadro 5 – Impacto da mudança na hipótese da taxa real anual de Juros nas Provisões Matemáticas na modalidade de Benefício Definido do Plano CV I

Rubrica	Valores em R\$			
	Taxa de juros de 5,50%	Taxa de juros de 5,00%	Variação	Variação
Provisões Matemáticas na modalidade de Benefício Definido	9.350.172,55	10.269.615,52	9,83%	919.442,97
Benefícios programados	4.584.738,71	5.250.827,80	14,53%	666.089,09
Benefícios não programados	4.765.433,84	5.018.787,72	5,32%	253.353,88

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

Pelo exposto, os riscos atuariais existentes no Plano CV I não são relevantes e estão mitigados pelos mecanismos presentes em sua arquitetura.

11. CERTIFICAÇÃO

Os desequilíbrios atuariais nos planos de benefícios podem ter natureza conjuntural, quando originados de fatores sazonais ou ocasionais, que estão sujeitos à reversão no curto prazo. Quando a origem dos desequilíbrios são de fatores mais estáveis, com baixa probabilidade de reversão em curto ou médio prazo, eles são classificados como de natureza estrutural.

O resultado superavitário de R\$ 114.445,10, verificado no exercício de 2016, foi influenciado, principalmente, pela rentabilidade dos investimentos sobre o superávit do exercício anterior e de ganhos atuariais do exercício (fatores conjunturais). Conforme demonstrado neste parecer, o resultado superavitário acumulado do Plano CV I de R\$ 150.433,03, de natureza conjuntural, é inferior ao limite de R\$ 2.337.543,14 estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº 26 e, por isso, deve ser contabilizado como Reserva de Contingência no final do exercício.

A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, nas formulações contidas na Nota Técnica Actuarial do Plano e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizado dados cadastrais de participantes consistentes. Em nossa opinião, as Provisões Matemáticas do Plano CV I, na posição de 31.12.2016, de R\$ 550.411.961,51, retratam adequadamente as obrigações previdenciais do plano e o resultado superavitário acumulado de R\$ 150.433,03 aponta o estado de solvência econômica do plano.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 10 de fevereiro de 2017.

Sérgio César de Paula Cardoso
Atuário - MIBA Nº 2.285



Sumário da Política de Investimentos

Plano BD

Plano CV I

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD

MACROALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento da CAPEF e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios, além dos quesitos da Resolução nº 3.792, concluiu-se por proposta de modelo para a alocação dos ativos do Plano BD da Capecf no ano de 2017:

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 3.792	POSIÇÃO ATUAL (BD) EM 30/10/2016	PROPOSTA DE INTERVALO LIMITES CAPEF	
	TETO (%)	(%)	INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	89,01%	68	100
Renda Variável	70	0,19%	0	4
Investimentos Estruturados	20	0,25%	0	10
Investimentos no Exterior	10	0,00%	0	0
Imóveis	8	7,90%	0	8
Operações com Participantes	15	2,66%	0	10

LIMITES POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO

Além dos limites de alocação e concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 3.792, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

a) Restrições para o Segmento de Renda Fixa e Multimercado

Serão observadas as seguintes restrições:

- I. Limitar em 1% do patrimônio do Plano BD as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- II. Limitar em 10% do total dos investimentos do Plano BD as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade;
- III. Não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive por meio de fundos de investimentos;

- IV. Não adquirir títulos de empresas do segmento de armamento e fumo;
- V. Não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- VI. Não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- VII. Não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 15 maiores, definido pelo *ranking* do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 7 anos;
- VIII. Não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 16ª colocação no *ranking* do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido.

b) Restrições para o Segmento de Renda Variável

Serão observadas as seguintes restrições:

- I. Não aplicar diretamente em ações do segmento de armamento e fumo. Será admitida a aplicação caso o ativo pertença a alguma cesta de índices que possa compor a carteira de investimentos do plano.
- II. Não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).

c) Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

Serão observadas as seguintes restrições:

- I. Limitar em até 2% do patrimônio do plano, as aplicações em cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários abertos;
- II. Limitar em até 10% do total da carteira de imóveis do plano, as aplicações em Fundos de Investimentos Imobiliários originados a partir da carteira de imóveis do Plano BD;
- III. São vedadas aplicações em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado alavancado;
- IV. São vedadas aplicações em cotas de fundos de investimento em participações – FIP'S.

d) Restrições para o Segmento de Imóveis

Serão observadas as seguintes restrições:

- I. Incorporação de novos imóveis apenas nas seguintes situações: permutas e dação em pagamento;
- II. A alienação de imóveis, com preço abaixo do valor registrado na contabilidade do plano, somente será realizada com anuência do Conselho Deliberativo.

e) Restrições para o Segmento Operações com Participantes

As restrições referentes a este segmento estão definidas nas regras de concessão de operações com participantes aprovada pela PAOA 2016/141, de 26/09/2016.

UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DERIVATIVOS

Todas as operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

Serão observadas as seguintes restrições para operações sem a finalidade de hedge:

- I. O depósito de margem fica limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa que compõem o patrimônio da carteira do plano;
- II. O valor total dos prêmios de opções pago ficará limitado a 5%, do patrimônio da carteira do plano;
- III. Fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 3% considerando o período de um ano.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL

Meta de Rentabilidade para o Plano BD

Em 2014, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar aprovou a Resolução MPS/CNPC nº15, de 19/11/2014, que alterou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria MPS/PREVIC/DIACE nº 186, de 28.04.2016), compreendido entre 4,33% e 6,58%, sendo definida em função da duration do Plano BD que é de 9,17 anos (demonstrações atuariais de 2015).

Para o total de ativos do Plano BD, a rentabilidade a ser alcançada para o ano de 2017 é INPC + 5,5% a.a (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2016/157, de 26/10/2016). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente ao perfil do benefício pago ao participante assistido do plano.

Meta de Rentabilidade para cada Segmento de Aplicação

Além da meta do plano de INPC + 5,5% aa, a Entidade trabalha com metas para

cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

a) Renda Fixa

Seguem os critérios:

- a.1 Quando a variação do INPC em relação ao IPCA for igual ou superior a 0,8 pp/ano, o segmento terá como parâmetro de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano + 0,5 pp/ano;
- a.2 Quando a variação do INPC em relação ao IPCA for maior que 0,6 pp e menor que 0,8 pp/ano, o segmento terá como parâmetro de rentabilidade a **Meta Atuarial do Plano + 0,75 pp/ano;**
- a.3 Quando a variação do INPC em relação ao IPCA for menor ou igual a 0,6 pp/ano, o segmento terá como parâmetro de rentabilidade a **Meta Atuarial do Plano + 1 pp/ano.**

b) Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como *benchmark* a variação do IbrX50 + 0,5 pp/ano. Como estratégia de diversificação de ativos da carteira, poderão ser realizados investimentos em ativos que tenham *benchmarks* diferentes do IbrX50.

c) Multimercado

O *benchmark* para o fundo Fortaleza Multimercado é composto da seguinte ponderação:

- 92% (o critério segue o mesmo definido para o segmento de Renda Fixa - item 3.5.a) e
- 8% (Segmento de Estruturados - Fundos Imobiliários: IFIX + 0,5 pp/ano)

d) Operações com Participantes

A Carteira de Operações com Participante tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes serão definidas na política de empréstimo da Entidade, que englobará as regras para contratação dos EAP's - Empréstimos a Participantes, bem como as regras de desinvestimento da carteira de financiamento imobiliário.

e) Imóveis

A Carteira de Imóveis tem como referencial de rentabilidade superar a variação do IGMI-C - Índice Geral do Mercado Imobiliário - Comercial, divulgado pela FGV - Fundação Getúlio Vargas.

f) Estruturados

Para o segmento de Investimentos Estruturados as metas serão:

- I. Fundos Imobiliários: superar a variação do IFIX + 0,5 pp/ano;

- II. ii. Fundos de Participações – FIP’s: meta atuarial acrescido de spread de 5 pp/ano.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se “por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios”.

Na CAPEF, o risco de mercado é tratado conforme descrito no Modelo de Gestão de Risco de Mercado, aprovado pela PAOA 2016/49 de 22 de abril de 2016.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento:

- Renda Fixa: até 2% do valor do patrimônio líquido da carteira;
- Fundo Multimercado: até 3% do valor do patrimônio líquido da carteira;
- Renda Variável: até 5,20%, baseado pelo VaR do *benchmark* da carteira, o IBRX-50, de 2008 até novembro de 2015, acrescido de dois desvios-padrão.

Será realizado teste de stress com a finalidade de analisar o comportamento da rentabilidade em relação à meta atuarial em um momento de alta volatilidade do mercado.

Os parâmetros utilizados nos cenários de estresse são definidos em reunião do Comitê de Investimentos, de acordo com o comportamento do mercado.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez está relacionado ao casamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano.

O risco de liquidez é monitorado por meio do modelo ALM (Asset Liability Management – Gestão de Ativos e Passivos). A ferramenta de ALM pode ser entendida como uma estratégia de investimento que objetiva, com a maior probabilidade possível, compatibilizar uma melhor alocação dos ativos ao passivo existente, considerando seu prazo médio de fluxo de caixa, o retorno esperado dos investimentos e as contribuições regulares feitas pelos patrocinadores e participantes.

CÓDIGO DE ÉTICA

O código de Ética direcionado a todos os profissionais da CAPEF foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

MODELOS DE GESTÃO

A Capef adota três modelos de gestão: Gestão Própria (realizada pela própria Entidade); Gestão Terceirizada (realizada por gestores contratados); e Gestão Compartilhada (realizada pela Capef em conjunto com uma ou várias Instituições Financeiras).

CUSTOS

No ano 2016, houve redução na taxa de administração do BNB – RF Empresarial. A tabela a seguir apresenta os valores das taxas de administração pagas durante o ano 2016, assim como os percentuais das taxas que vigorarão em 2017.

FUNDOS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PAGA EM 2016 (R\$)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO VIGORARÁ EM 2017 (%)*
BNB - RF Empresarial	913.021,96	0,035
FI Multimercado	145.166,80	0,100

* Até julho/2016 0,04%aa, a partir de agosto/2016 0,035% aa.

METODOLOGIA DE SELEÇÃO DOS GESTORES EXTERNOS

a) Gestores de Fundos de Investimentos

A Entidade utiliza modelo desenvolvido internamente com base em análise quantitativa e qualitativa. No método quantitativo, analisamos os recursos sob gestão, patrimônio e rentabilidade dos fundos, índice Sharpe e prêmio sob o *benchmark*. No método qualitativo, analisamos a existência e a experiência da área de estudos e pesquisas econômicas, além de uma equipe de analistas disponíveis para consulta da Entidade.

De posse dos dados acima, é definido um *ranking* com as devidas notas atribuídas às análises mencionadas.

b) Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários

O risco de crédito representado por uma corretora e distribuidora pode ser considerado baixo, pois apenas prestam serviços de intermediação financeira. Seus resultados são baseados em corretagens e comissões, não havendo aporte de recursos por parte de seus clientes na forma de investimentos.

A CAPEF atua no sentido de se obter o melhor percentual de devolução das corretagens, inclusive para operações realizadas nos fundos de gestores externos.

Fica determinado que a devoluções de corretagem, para fundos exclusivos, será de no mínimo 90% de devolução. Esse percentual poderá ser de no mínimo 80% caso a corretora forneça serviços de análise de empresas, conference call's com analistas, economistas e envio de relatórios.

c) Corretoras de imóveis

A CAPEF realiza parcerias com diversas imobiliárias, estas sediadas na cidade do imóvel a ser locado/alienado, ou de outras praças, porém, em caráter excepcional, poderá contratar imobiliárias em regime de exclusividade para locação/venda de unidades comerciais desocupadas.

Na escolha das empresas imobiliárias para compra/venda e locação serão observados aspectos como: consolidação da empresa, tradição no mercado, plano de atuação, estrutura disponível e trabalhos executados anteriormente para a Entidade.

Em termos de remuneração, a corretagem ficará limitada a taxa máxima de 6% do valor da venda à vista ou a prazo, no caso de alienações, e do valor equivalente a um aluguel mensal, no caso de locação. Será admitida a possibilidade de revisão de tais condições somente em casos especiais apreciados individualmente pelo Comitê de Investimentos/ Diretoria Executiva da CAPEF, onde seja comprovada maior dificuldade de comercialização, vacância crônica, elevados custos de despesas fixas (IPTU, Foro, Condomínio etc) na manutenção do imóvel.

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CV I

MACROALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento da CAPEF e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, além dos quesitos da Resolução nº 3.792, concluiu-se por proposta de modelo para a alocação dos ativos do Plano CV I no ano de 2017.

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 3.792	POSIÇÃO ATUAL (CVI) EM 30/10/2016	PROPOSTA DE INTERVALO LIMITES CAPEF	
	TETO (%)	(%)	INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	93,28%	57	100
Renda Variável	70	-	0	10
Investimentos Estruturados	20	1,42%	0	10
Investimentos no Exterior	10	-	0	3
Imóveis	8	-	0	8
Operações com Participantes	15	5,30%	0	12

LIMITES POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO

Além dos limites de alocação e concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 3.792, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

a) Restrições para o Segmento de Renda Fixa e Multimercado

Serão observadas as seguintes restrições:

- I. Limitar em 5% as aplicações do patrimônio do Plano CV I em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito conforme modelo de risco de crédito da Entidade, observando-se a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio do FIDC;
- II. Limitar em 20% as aplicações do total dos investimentos do Plano CV I em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade;
- III. Não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive através de fundos de investimentos;
- IV. Não adquirir títulos de empresas do segmento de armamento e fumo;
- V. Não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- VI. Não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- VII. Não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 15 maiores, definido pelo *ranking* do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 7 anos;
- VIII. Não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 16^o colocação no *ranking* do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido.

b) Restrições para o Segmento de Renda Variável

Serão observadas as seguintes restrições:

- I. Não aplicar diretamente em ações do segmento de armamento e fumo. Será admitida a aplicação caso o ativo pertença a alguma cesta de índices que possa compor a carteira de investimentos do plano.
- I. Não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4^o, da Instrução CVM n.º 358/02).

c) Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

Serão observadas as seguintes restrições:

- I. Limitar em até 10% as aplicações em cotas de fundos de investimento imobiliário
- II. Limitar em até 5% as aplicações em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos classificados como multimercado alavancado;

- III. Limitar em 5% a aplicação em FIP's (Fundos de Investimentos em Participações) e Fundos de Cotas em Fundos de Participações.

d) Restrições para o Segmento de Imóveis

Serão observadas as seguintes restrições:

- I. Vedada a aquisição de imóveis residenciais;
- II. Vedada a aquisição de terrenos, exceto aqueles destinados à realização de empreendimentos imobiliários ou construção de imóveis para renda;
- III. Alienação de imóveis com preço abaixo do valor registrado na contabilidade somente será realizada com anuência do Conselho Deliberativo.

e) Restrições para o Segmento Operações com Participantes

As restrições referentes a este segmento estão definidas nas regras de concessão de operações com participantes.

UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DERIVATIVOS

Todas as operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

Serão observadas as seguintes restrições para operações sem a finalidade de hedge:

- I. O depósito de margem fica limitado a 8% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa que compõem o patrimônio da carteira do plano;
- II. O valor total dos prêmios de opções pagos ficará limitado a 8%, do patrimônio da carteira do plano;
- III. Fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 2% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 5% considerando o período de um ano.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL

Meta de Rentabilidade para o Plano CV I

Em 2014, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MPS/CNPC nº15, de 19/11/2014, que alterou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios estaria limitada ao intervalo, calculado

pela metodologia da PREVIC (Portaria MPS/PREVIC/DIACE nº 186, de 28.04.2016), compreendido entre 4,38% e 6,66%, sendo definida em função da duration do Plano CV I que é de 22,2 anos (demonstrações atuariais de 2015).

Para o total de ativos do Plano CV I a rentabilidade a ser perseguida, para o ano de 2017, é IPCA + 5,5% a.a. (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2016/146, de 03/10/2016). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano.

Meta de Rentabilidade para cada Segmento de Aplicação

Além da meta do plano de INPC + 5,5% aa, a Entidade trabalha com metas para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

a) Renda Fixa

A Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial + 0,80 pp/ano.

b) Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como *benchmark* a variação do IbrX50 + 1,0 pp/ano. Como estratégia de diversificação de ativos da carteira, poderão ser realizados investimentos em ativos que tenham *benchmarks* diferentes do IbrX50.

c) Investimentos Estruturados

Para o segmento de investimentos estruturados as metas serão:

- I. Fundos Imobiliários: superar a variação do IFIX + 0,5 pp/ano;
- II. Fundos de Participações – FIP's: meta atuarial acrescido de spread de 5,0 pp/ano;
- III. Fundos multimercados do segmento de estruturados: meta atuarial acrescido de 1,5 pp/ano.

d) Investimentos no Exterior

Os Fundos de investimentos no Exterior terão como *benchmark* superar o BDRX – Índice de BDRs Não Patrocinados – GLOBAL acrescido de 1,0 pp/ano.

e) Imóveis

A carteira de imóveis terá como referencial de rentabilidade superar a variação do IGMI-C - Índice Geral do Mercado Imobiliário - Comercial, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

f) Operações com Participantes

A Carteira de Operação com Participantes tem como referencial de rentabilidade superar IPCA + 5,5% a.a acrescida dos custos administrativos.

As características e regras das operações com os participantes serão definidas na política de empréstimos da entidade, para o Plano CV I.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se “por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios”.

Na CAPEF, o risco de mercado é tratado conforme descrito no Modelo de Gestão de Risco de Mercado, aprovado pela PAOA 2016/49 de 22 de abril de 2016.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento:

- Renda Fixa: até 2% do valor do patrimônio líquido da carteira;
- Fundo Multimercado: até 3% do valor do patrimônio líquido da carteira;
- Renda variável: até 6,39%, baseado pelo VaR do *benchmark* da carteira, o IBRX-50, desde 2008 até novembro de 2015, acrescido de três desvios-padrão.

Será realizado teste de stress com a finalidade de analisar o comportamento da rentabilidade em relação à meta atuarial em um momento de alta volatilidade do mercado.

Os parâmetros utilizados nos cenários de estresse são definidos em reunião do Comitê de Investimentos, de acordo com o comportamento do mercado.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez está relacionado ao casamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano.

O risco de liquidez é monitorado por meio do modelo ALM (Asset Liability Management – Gestão de Ativos e Passivos). A ferramenta de ALM pode ser entendida como uma estratégia de investimento que objetiva, com a maior probabilidade possível, compatibilizar uma melhor alocação dos ativos ao passivo existente, considerando seu prazo médio de fluxo de caixa, o retorno esperado dos investimentos e as contribuições regulares feitas pelos patrocinadores e participantes.

CÓDIGO DE ÉTICA

O código de Ética direcionado a todos os profissionais da CAPEF foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários através da página eletrônica da Entidade e através da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da CAPEF com vistas a garantir sua transparência na gestão e consolidar a imagem ética de entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco.

MODELOS DE GESTÃO

A Capef adota três modelos de gestão: Gestão própria (realizada pela própria entidade); Gestão terceirizada (realizada por gestores contratados); e Gestão compartilhada (realizada pela Capef em conjunto com uma Instituição Financeira).

CUSTOS

No ano 2016, o Plano CV I apresentou R\$ 166.489,85 de custos, referentes à taxa de custódia, Selic/Cetip, CVM/CBLC, Corretagens/emolumentos e Outras.

METODOLOGIA DE SELEÇÃO DOS GESTORES EXTERNOS

a) Gestores de Fundos de Investimentos

A Entidade utiliza modelo desenvolvido internamente com base em análise quantitativa e qualitativa. No método quantitativo, analisamos os recursos sob gestão, patrimônio e rentabilidade dos fundos, índice Sharpe e prêmio sobre o *benchmark*. No método qualitativo, analisamos a existência e a experiência da área de estudos e pesquisas econômicas, além de uma equipe de analistas disponíveis para consulta da Entidade.

De posse dos dados acima, é definido um *ranking*, com as devidas notas atribuídas às análises mencionadas.

b) Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários

O risco de crédito representado por uma corretora e distribuidora pode ser considerado baixo, pois apenas prestam serviços de intermediação financeira. Seus resultados são baseados em corretagens e comissões, não havendo aporte de recursos por parte de seus clientes na forma de investimentos.

A CAPEF atua no sentido de se obter o melhor percentual de devolução das corretagens, inclusive para operações realizadas nos fundos de gestores externos.

Fica determinado que a devoluções de corretagem, para fundos exclusivos, será de no mínimo 90% de devolução. Esse percentual poderá ser de no mínimo 80% caso a corretora forneça serviços de análise de empresas, conference call's com analistas, economistas e envio de relatórios.

c) Corretoras de imóveis

A CAPEF firmará parceria com diversas imobiliárias, estas sediadas na cidade do imóvel a ser locado/alienado, ou de outras praças, porém, em caráter excepcional, poderá contratar imobiliárias em regime de exclusividade para locação/venda de unidades comerciais desocupadas.

Na escolha das empresas imobiliárias para compra/venda e locação se-

rão observados aspectos como: consolidação da empresa, tradição no mercado, plano de atuação, estrutura disponível e trabalhos executados anteriormente para a Entidade.

Em termos de remuneração, a corretagem ficará limitada a taxa máxima de 6% do valor da venda à vista ou a prazo, no caso de alienações, e do valor equivalente a um aluguel mensal, no caso de locação. Será admitida a possibilidade de revisão de tais condições somente em casos especiais apreciados individualmente pelo Comitê de Investimentos/ Diretoria Executiva da CAPEF, onde seja comprovada maior dificuldade de comercialização, vacância crônica, elevados custos de despesas fixas (IPTU, Foro, Condomínio etc) na manutenção do imóvel.



www.apef.com.br